

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL
BNDES E SUAS CONTROLADAS
CNPJ: Nº. 33.657.248/0001-89
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – SISTEMA BNDES
31 DE DEZEMBRO DE 2010

Senhor acionista e demais interessados:

Apresentamos o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras anuais do Sistema BNDES relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010. As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN).

I. AMBIENTE MACROECONÔMICO

A recente situação fiscal dos países da Zona do Euro vem se consolidando como um ponto vulnerável da recuperação da economia mundial. O expressivo crescimento dos déficits fiscais a partir de 2007-2008, cuja intenção seria combater os efeitos recessivos da crise internacional, gerou forte elevação do endividamento público como proporção do PIB na Europa, em especial de Portugal, Itália, Irlanda, Grécia e Espanha. Essa combinação vem desencadeando uma aguda desconfiança nos mercados internacionais, elevando os custos não apenas de novas emissões de dívida soberana por esses países, mas também de rolagem/refinanciamento dos compromissos vigentes. Mesmo com a adoção de um pacote de financiamento à região no valor de € 750 bilhões, arquitetado pelas principais economias da Zona do Euro, os *spreads* de CDS – *Credit Default Swap* (uma medida de risco) dos países em situação fiscal mais frágil continuam em níveis elevados.

Ao longo do segundo semestre de 2010, a principal novidade na economia internacional foi o novo ciclo de quantitative easing (QE2) levado a cabo pelo FED, banco central americano. Essa política, de expansão monetária com compra de títulos visava a estimular a retomada da economia americana. Os principais efeitos, porém, fizeram-se sentir nos mercados cambiais, de commodities e financeiros. Diversos países viram suas moedas valorizarem-se perante o dólar nesse período. Em reunião do G-20, chegou-se a cunhar a expressão “Guerra Cambial” para caracterizar o momento. Outro mercado que foi profundamente afetado pelo QE2 foi o de commodities, cujos preços já recuperaram ou até mesmo ultrapassaram os recordes observados em 2007. Esse movimento levou a um aumento na inflação em diversos países, Brasil inclusive. A China, que mantém sua moeda relativamente atrelada ao dólar, e que tem um peso relevante de alimentos na composição de sua inflação, já iniciou um ciclo de aperto monetário.

No Brasil, o cenário econômico, ao final de 2010, mostrou-se benigno no que diz respeito ao crescimento econômico. O PIB a preços de mercado registrou, no terceiro trimestre de 2010, crescimento de 6,7% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Esse resultado deveu-se, basicamente, à formação bruta de capital fixo, que cresceu 21,2% no terceiro trimestre de 2010 em relação ao mesmo período do ano passado. O consumo das famílias – crescimento de 5,9% no mesmo período –, mas já apresenta sinais de desaceleração na margem enquanto o investimento mantém o crescimento marginal robusto.

Com relação ao balanço de pagamentos, as transações correntes apresentaram um déficit de US\$ 11,4 bilhões (2,3% do PIB em 12 meses), saldo ligeiramente superior ao observado no mesmo período de 2009 (1,17% do PIB em 12 meses). As exportações do terceiro semestre de 2010 foram 11,3% superiores às daquelas do período equivalente em 2009, ao passo que as importações sofreram aumento de 40,9%. O déficit em transações correntes pode ser explicado pela desvalorização do dólar frente ao real, resultado deficitário de serviços e rendas (US\$ 50,5 bilhões acumulados de janeiro até setembro de 2010 contra US\$ 35,8 bilhões no mesmo período de 2009), assim como o crescente déficit de viagens internacionais (US\$ 3 bilhões no terceiro trimestre de 2010 contra US\$ 1,7 bilhões no mesmo trimestre de 2009). O resultado líquido da conta de capitais avançou 52%, passando de US\$ 205 milhões para US\$ 312 milhões entre 2009 e 2010.

No que diz respeito à inflação, o IPCA apresentou variação de 5,9% em 12 meses. Alimentos e bebidas foram os principais responsáveis por este resultado, por apresentarem alta nos preços de itens específicos como carnes, açúcar e trigo. Para 2011, as expectativas apontam para uma inflação acima do centro da meta. No entanto, é de se esperar que o ciclo de expansão dos preços das commodities arrefeça, reduzindo, assim, as pressões inflacionárias no médio prazo.

Para 2011, espera-se que a economia brasileira siga crescendo, porém a uma taxa mais próxima de 4,5%, novamente impulsionado pela expansão da demanda doméstica. O destaque é a forte retomada dos investimentos. O crescimento do Brasil em 2011, acima da média mundial, virá acompanhado de maior déficit em transações correntes.

II. A EMPRESA

O BNDES, fundado em 1952, é uma empresa pública federal vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. O capital do BNDES pertence inteiramente ao Governo Federal. Desde sua criação, o BNDES vem atuando como o principal instrumento do Governo Federal para execução de políticas de investimento, sendo a principal fonte de financiamento de longo prazo na economia brasileira. Suas linhas de apoio contemplam financiamentos de longo prazo a custos competitivos para o desenvolvimento de projetos de investimentos e para a comercialização de máquinas e equipamentos novos, fabricados no Brasil, bem como para o incremento das exportações brasileiras. A atuação da BNDESPAR, sua subsidiária integral, contribui ainda para o fortalecimento da estrutura de capital de empresas privadas e para o desenvolvimento do mercado de capitais.

Dentre as atividades compreendidas no objeto social do BNDES, conforme o artigo 9º, inciso VI, do seu estatuto social, está a realização, como entidade integrante do sistema financeiro nacional, de quaisquer operações nos mercados financeiro e de capitais.

O BNDES executa suas atividades diretamente ou por meio de duas de suas subsidiárias integrais. A BNDESPAR provê apoio financeiro para capitalização de empreendimentos controlados por grupos privados, enquanto a FINAME auxilia a expansão e modernização da indústria brasileira ao fornecer financiamento, usualmente por meio de agentes financeiros credenciados, para a aquisição de máquinas e equipamentos fabricados no Brasil. O BNDES oferece também, diretamente ou por meio da FINAME, financiamento às exportações de produtos e serviços, com foco especial em bens de capital e, eventualmente, bens de consumo com maior ciclo de comercialização. Adicionalmente, como parte da estratégia de ampliar o apoio à internacionalização das empresas brasileiras, o Banco inaugurou, em novembro de 2009, a sua subsidiária em Londres, a BNDES Limited, que se encontra em fase pré-operacional.

Os produtos e serviços do BNDES atendem às necessidades de investimentos de amplo espectro de empresas estabelecidas no Brasil, seja no que concerne ao porte – apoiando desde micro, pequena e médias até grandes empresas – seja no que concerne ao setor de atividade. Os produtos e serviços do BNDES (i) são acessíveis a empresas de diversos setores, tais como infraestrutura, agronegócio, produção de bens finais diversos, produção de insumos básicos, produção de bens de capital; e (ii) estão disponíveis para investimentos de cunho social. A parceria com outras instituições financeiras, com agências estabelecidas em todo Brasil, permite a disseminação do crédito, possibilitando um maior acesso aos recursos do BNDES.

A experiência do BNDES em alocar estes recursos, garantindo os maiores benefícios possíveis para o desenvolvimento nacional, tem contribuído para o crescimento da produção nacional de bens e serviços, expandido a oferta de postos de trabalho, promovido o desenvolvimento do mercado de capitais e incentivado a modernização econômica, os avanços tecnológicos e as melhores práticas de proteção ambiental e inclusão social.

PRINCIPAIS FATOS ADMINISTRATIVOS NO EXERCÍCIO DE 2010

Lançamento do programa BNDES ProCopa Turismo. O programa tem dotação orçamentária de R\$ 1 bilhão e é destinado à construção, reforma e ampliação da rede hoteleira no Brasil, tendo em vista a demanda projetada pela realização, no País, da Copa do Mundo de 2014.

Reformulação das Políticas Operacionais. A proposta objetivou reorganizar os normativos, tanto nos aspectos de conteúdo, revisando conceitos e condições, quanto nos de forma, buscando facilidade e clareza no acesso à informação.

Alterações no programa microcrédito para ampliar alcance e duplicar desembolsos. Entre as mudanças, o Programa BNDES Microcrédito reduziu o valor mínimo de financiamento para agentes repassadores, o que permite credenciar maior número de instituições financeiras, e simplificou os procedimentos internos, a fim de reduzir o tempo entre o pedido de financiamento e a liberação de recursos.

Prorrogação do prazo de vigência do Programa BNDES de Sustentação do Investimento (BNDES PSI) para 31 de março de 2011.

Assinatura do Memorando de Entendimento entre os bancos de desenvolvimento dos países BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China). O documento estabelece diretrizes para cooperação técnica nas respectivas áreas de atuação e *expertise* das instituições envolvidas.

Premiação pelo Fundo da Amazônia na categoria ALIDE Verde do *Prêmio ALIDE 2010 – Buenas Práticas en las Instituciones Financieras de Desarrollo*.

Lançamento do Programa Cinema Perto de Você, parceria entre o BNDES, a Agência Nacional de Cinema (ANCINE) e os ministérios da Cultura e da Fazenda. A iniciativa apoiará projetos de expansão do parque exibidor cinematográfico brasileiro.

Assinatura de acordo de cooperação com o Export-Import Bank dos EUA (Ex-Im Bank). O objetivo do acordo é permitir que as duas instituições busquem oportunidades para promoverem, em conjunto, investimentos e projetos de interesse de empresas brasileiras e norte-americanas.

Criação do Programa BNDES Emergencial de Reconstrução dos Estados de Alagoas e Pernambuco (BNDES PER Alagoas e Pernambuco). O Programa destinará até R\$ 1 bilhão para empresas localizadas em cidades afetadas pelas enchentes em junho de 2010.

Assinatura de memorando de entendimento com Japan Institute for Overseas Investment (JOI), entidade que busca orientar os investimentos do país asiático no exterior. O documento visa ampliar a cooperação entre as duas instituições.



(continuação)

Aprovação da criação do Programa ABC (Programa para Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agricultura). O objetivo do programa é contribuir para a redução do desmatamento. Seus beneficiários serão produtores rurais e suas cooperativas, inclusive para repasse a cooperados.

Lançamento de projeto de estímulo à universalização do saneamento, o Saneamento em Foco. O objetivo do projeto é formar uma rede com os principais atores do setor, em busca de soluções para o desafio da universalização do serviço.

Recebimento do Selo Pró-Equidade de Gênero – 3ª edição, concedido pela Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres, da Presidência da República. O programa Pró-Equidade de Gênero é uma iniciativa do Governo Federal, cujo objetivo é estimular a igualdade de condições no ambiente de trabalho, por meio da adoção de novas concepções na gestão de pessoas e na cultura organizacional.

Assinatura de Acordo de Cooperação Técnica e Financeira com Instituto Votorantim para ações de inclusão socioprodutiva. O objetivo do acordo é apoiar projetos de qualificação profissional e estruturação de atividades produtivas em municípios com indicadores sociais críticos nas cinco regiões do País.

Aprovação da Política Corporativa de Arquivos do BNDES (PCA). Com a implementação das atividades previstas, será desenvolvido um conjunto de instrumentos de gestão que representem o universo documental do BNDES, subsidiando a recuperação da informação, melhorando o acesso e preservando o acervo representativo da memória institucional.

Recebimento do Prêmio TI & Governo 2010, promovido pelo Anuário TI & Governo. Na avaliação foram julgados 20 projetos, divididos em três categorias: e-Administração Pública, e-Serviços Públicos e e-Democracia.

Recebimento do Selo Amigo dos Catadores, concedido pelo Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis. A entrega foi um reconhecimento ao apoio do BNDES a projetos de coleta seletiva de lixo com inclusão social de catadores de materiais recicláveis.

CUSTOS FINANCEIROS

A taxa de juros final aos beneficiários dos empréstimos concedidos pelo BNDES varia conforme a forma de apoio, tipo de operação, natureza e região, sendo composta:

Nas Operações Diretas:	Custo Financeiro + Remuneração do BNDES + Taxa de Risco de Crédito
Na Operações Indiretas:	Custo Financeiro + Remuneração do BNDES + Taxa de Intermediação Financeira + Remuneração da Instituição Financeira Credenciada

O **custo financeiro** reflete o custo de captação de recursos pelo BNDES e varia de acordo com as fontes destes recursos (FAT, Tesouro Nacional, Organismos Multilaterais, dentre outros).

Os principais custos de captação do BNDES estão associados a TJLP, dólar e cesta de moedas. Em menor escala, ao IPCA e à Selic.

As linhas de apoio à exportação utilizam também a LIBOR acrescida da variação do dólar norte-americano ou a TJFPE – Taxa de juros fixa pré-embarque acrescida da variação do dólar norte-americano.

A **remuneração do BNDES** varia conforme cada Produto, Linha de Financiamento, Programa ou Fundo, podendo chegar a 2,5% a.a.. Tem por objetivo cobrir as despesas operacionais e garantir retorno sobre o patrimônio líquido consolidado do BNDES.

A **taxa de risco de crédito** pode chegar a 3,57% a.a*., de acordo com a classificação de risco de crédito do tomador do financiamento, e visa cobrir os riscos de perdas por inadimplência na carteira.

* Aplicáveis às empresas e grupos econômicos não financeiros até 31/12/10

Nas operações indiretas a taxa de risco de crédito é substituída pela **taxa de intermediação financeira**, que reflete o risco sistêmico das Instituições Financeiras Credenciadas, limitada a 0,5% a.a. De acordo com o tamanho da Companhia financiada e/ou com o programa de investimento ao qual o projeto está vinculado, a taxa de intermediação financeira é isentada.

A **remuneração da instituição financeira credenciada** é a taxa que reflete o risco de crédito assumido pelas Instituições Financeiras Credenciadas, e será negociada diretamente entre o beneficiário e a instituição repassadora dos recursos.

FONTES DE RECURSOS

Para dar suporte às suas atividades, o BNDES demanda recursos adequados. As particularidades da oferta doméstica de crédito no país, concentrada no curto prazo, conduziram o governo à busca de soluções alternativas de captação de recursos para apoiar projetos de investimento de longo prazo. A Constituição Federal de 1988 assegurou fonte estável de recursos para o BNDES, o Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT. Esta fonte resulta basicamente da unificação dos fundos constituídos com recursos do Programa de Integração Social - PIS e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP. De acordo com a Constituição Federal, 60% da arrecadação do FAT destinam-se a custear o seguro-desemprego e o abono salarial e 40% são aplicados pelo BNDES em programas de desenvolvimento econômico.

Desde 2008 as captações do Tesouro Nacional vem se tornando uma fonte significativa de recursos. A lei nº 11.948/09 autorizou a concessão de créditos de até R\$ 100 bilhões para o BNDES, integralmente captados em 2009. De forma a garantir recursos suficientes para atender a demanda por desembolsos em 2010, foi publicada a MP 472/09, que alterou o limite de crédito previsto na lei 11.948/09 e garantiu ao BNDES linha de crédito adicional de R\$ 80 bilhões, integralmente liberados no segundo trimestre de 2010. Ainda em 2010, foi publicada a MP 505/10 que autorizou a concessão de R\$ 30 bilhões ao BNDES, dos quais, R\$ 24,8 bilhões, captados sob a forma de LFT (Letras Financeiras do Tesouro), foram utilizados para integralização de ações de emissão da Petrobras.

Adicionalmente, o BNDES conta com recursos provenientes de: retorno das suas operações, monetização de ativos de sua carteira, participações societárias, recursos captados no mercado internacional de capitais, seja através de organismos multilaterais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Mundial, seja com a emissão de bonds, recursos captados no mercado interno, através da emissão de debêntures pela BNDESPAR, recursos captados via Fundos Institucionais, como FMM (Fundo da Marinha Mercante), FGI (Fundo Garantidor de Investimentos), dentre outros.

SUBSIDIÁRIAS

Em 31/12/10, o BNDES possuía três subsidiárias integrais: BNDES Participações S/A – BNDESPAR, Agência Especial de Financiamento Industrial – FINAME e BNDES Limited. Através da BNDESPAR, o BNDES contribui para o fortalecimento da estrutura de capital de empresas privadas brasileiras e para o desenvolvimento do mercado de capitais, mediante participações acionárias e aquisição de debêntures conversíveis. Já a FINAME concede apoio, através de agentes financeiros credenciados, à expansão e modernização da indústria brasileira, através de financiamento para a aquisição de máquinas e equipamentos fabricados no Brasil e de financiamentos a exportações e importações.

A atuação da **BNDESPAR** é direcionada a apoiar o processo de capitalização e o desenvolvimento de empresas nacionais. A BNDESPAR atua principalmente através de participações societárias de caráter minoritário e transitório, buscando oferecer apoio financeiro às empresas brasileiras sob a forma de capital de risco e, simultaneamente, estimular o fortalecimento e a modernização do mercado de valores mobiliários.

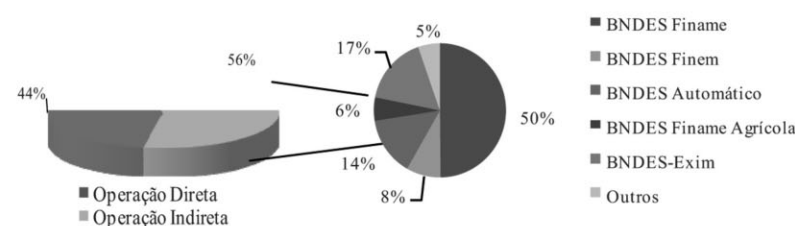
A **FINAME** tem como missão a promoção do desenvolvimento, a consolidação e a modernização do parque brasileiro produtor de bens de capital, mediante financiamento à comercialização, no Brasil e no exterior, de máquinas e equipamentos fabricados no país. Para cumprir sua missão, a FINAME atua através de repasse de recursos a uma extensa rede de instituições financeiras credenciadas, aumentando, assim, a sua capilaridade, a sua simplicidade e a sua agilidade, atendendo a clientes de praticamente todos os segmentos produtivos.

A **BNDES Limited** foi constituída no primeiro trimestre de 2009, sob as leis do Reino Unido, como uma sociedade limitada, com capital autorizado de £ 100.000.000,00 (cem milhões de libras esterlinas), tendo sido integralizados £ 3.536.301,00 até 31/12/10. Em 04 de novembro de 2009, a BNDES Limited foi inaugurada em Londres e se encontra em fase pré-operacional.

DESEMPENHO OPERACIONAL

Os desembolsos do Sistema BNDES, sem incluir os desembolsos ao mercado secundário, somaram R\$ 168.423 milhões em 2010, valor 23,5% superior aos R\$ 136.356 milhões registrados em 2009. Abaixo segue perfil dos desembolsos realizados em 2010:

DESEMBOLSOS - JANEIRO A DEZEMBRO DE 2010*
(NÃO INCLUI OS DESEMBOLSOS AO MERCADO SECUNDÁRIO)



Em relação ao desembolso por porte de empresa, destaca-se o crescimento 103,9% do desembolso a micro e pequenas empresas, substancialmente superior ao crescimento de 9,2% do desembolso a grandes empresas. O desembolso a pessoas físicas e a médias empresas apresentou crescimento de 67,0% e 86,8%, respectivamente.

Em relação ao desembolso por região, as regiões Sudeste e Sul representaram 58,2% e 17,9%, respectivamente, do total, enquanto Nordeste, Norte e Centro-Oeste representaram 10,2%, 7,0% e 6,7%, respectivamente.

(continuação)

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Em 2009, como parte do processo de convergência às IFRS, a CVM emitiu diversos Pronunciamentos Técnicos e interpretações para aplicação mandatória nas demonstrações contábeis do exercício de 2010 pelas Companhias por ela reguladas. A BNDESPAR, subsidiária integral do BNDES, está sujeita às normas emitidas pela CVM e, como tal, aplicou estes Pronunciamentos Técnicos e interpretações nas demonstrações contábeis do exercício encerrado em 31/12/10.

A aplicação desses Pronunciamentos Técnicos e interpretações pela BNDESPAR trouxe dois efeitos relevantes para o BNDES, os quais decorrem de práticas contábeis aceitas pelo BACEN desde 2001/2002 que não eram adotadas pelo BNDES em virtude da CVM não permitir sua aplicação pela BNDESPAR. São eles:

- classificação das participações societárias em não coligadas na categoria "TVM - disponível para venda", seguindo as orientações contidas na Circular 3.068/01 do CMN. Como resultado desta classificação, tais participações passaram a ser registradas pelo seu valor justo, em contrapartida a uma conta de patrimônio líquido denominada "Ajuste de Avaliação Patrimonial". A diferença entre o valor justo e o valor contábil destas participações totalizou R\$ 44.567 milhões em 31/12/10 (R\$ 29.414 milhões líquido dos efeitos tributários); e
- mensuração e registro dos instrumentos financeiros derivativos, embutidos ou isolados, contidos em operações de participações societárias ou debêntures com cláusula de opção/conversão, suportado pela Circular 3.082/02 do CMN. Por tratar-se de derivativos, seu registro é feito em contrapartida ao resultado do exercício, sendo a parcela referente ao saldo de abertura lançada em contrapartida a lucros acumulados (ajuste de exercícios anteriores). O impacto acumulado em 31/12/10, já líquido dos efeitos tributários, foi de R\$ 497 milhões, dos quais R\$ 265 milhões em contrapartida a lucros acumulados e R\$ 232 milhões em contrapartida ao resultado do exercício de 2010.

1) Indicadores Econômico-Financeiros

R\$ milhões, exceto percentuais							
Resultado	2010	2009	Evolução %	4º TRIM/10	4º TRIM/09	Evolução %	
Resultado com Operações Financeiras	7.039	5.821	20,9	2.480	1.424	74,2	
Resultado com Participações Societárias	6.159	3.990	54,4	2.612	1.503	73,8	
Provisão para Risco de Crédito	2.852	(6)	(47.633,3)	992	197	(603,6)	
Outras Receitas e Despesas Líquidas	(1.851)	(833)	122,2	(647)	1.758	(136,8)	
Tributação sobre o Lucro	(4.286)	(2.237)	91,6	(1.001)	816	22,7	
Lucro (prejuízo) Líquido (LL)	9.913	6.735	47,2	4.436	3.672	20,8	
Balanco Patrimonial	dez/10	dez/09	Evolução %	dez/10	set/10	Evolução %	
Ativo Total (AT)	549.020	386.633	42,0	549.020	492.481	11,5	
Disponibilidades e Aplicações Financeiras	10.130	2.012	403,5	10.130	2.311	338,3	
Títulos e Valores Mobiliários	145.930	76.097	91,8	145.930	122.662	19,0	
Operações de Créditos e Repasses	361.575	283.671	27,5	361.575	340.120	6,3	
Outros Ativos	19.678	12.619	55,9	19.678	16.381	20,1	
Investimento, Imobilizado, Intangível e Diferido	11.707	12.234	(4,3)	11.707	11.007	6,4	
Empréstimos e Repasses	430.421	304.763	41,2	430.421	419.404	2,6	
Captações no Mercado	-	13.741	(100,0)	-	4.035	(100,0)	
Depósitos Interfinanceiros	-	3.259	(100,0)	-	-	-	
Outras Obrigações	52.700	37.242	41,5	52.700	36.319	45,1	
Patrimônio Líquido (PL)	65.899	27.628	138,0	65.899	32.723	101,4	
Patrimônio Líquido/Ativo Total (PL/AT)	12,00%	7,15%	-	12,00%	6,64%	-	
Capitalização	dez/10	dez/09	Evolução %	dez/10	set/10	Evolução %	
Requerimento de Capital	18,6%	17,6%	0,6%	18,6%	16,4%	1,2%	
Imobilização	0,4%	0,4%	0,0%	0,4%	0,5%	(0,1%)	
Índices Financeiros	dez/10	dez/09	Evolução %	dez/10	set/10	Evolução %	
Inadimplência/Carteira T ^{1/}	0,15%	0,20%	(0,05)	0,15%	0,18%	(0,03)	
PDD/Carteira Total ^{1/}	1,15%	1,6%	(0,46)	1,15%	1,50%	(0,35)	
PDD/Créditos Inadimpl ^{1/}	7,65	8,05	(0,40)	7,65	8,31	(0,66)	
Retorno	2010	2009	Evolução %	4º TRIM/10	4º TRIM/09	Evolução %	
Retorno s/ Ativos (LL / médio) ^{2/}	2,12%	2,03%	0,09	0,85%	0,98%	(0,12)	
Retorno s/ PL (LL / médio) ^{3/}	21,20%	25,47%	4,27	9,00%	13,55%	(4,56)	

^{1/} Inclui Operações de Crédito e Repasses Interfinanceiros.^{2/} AT médio = (AT inicial + AT final) / 2.^{3/} PL médio = (PL inicial + PL final) / 2.**2) Resultado**

O Sistema BNDES encerrou o exercício de 2010 com **lucro líquido** de R\$ 9.913 milhões, resultado 47,2% superior ao registrado no exercício anterior. Esse crescimento é explicado por:

- acréscimo de R\$ 2.169 milhões (54,4%) no resultado com participações societárias;
- acréscimo de R\$ 1.218 milhões (20,9%) no produto bruto da intermediação financeira; e
- receita com provisão para risco de crédito no valor de R\$ 2.852 milhões, em contraposição à despesa de R\$ 6 milhões registrada em 2009; e

O acréscimo no resultado com participações societárias foi determinado pelo aumento no resultado com alienações de TVM, que passou de R\$ 1.159 milhões em 2009 para R\$ 3.239 milhões em 2010. As principais operações realizadas em 2010 envolveram ações de Telemar Participações, Banco do Brasil, Petrobras, Rio Polímeros e Light, que juntas responderam por 68,2% deste resultado (R\$ 2.056 milhões).

O crescimento no produto bruto de intermediação financeira foi sustentado por: (a) receita extraordinária de R\$ 522 milhões referente a prêmio recebido pela BNDESPAR em operação específica para postergação de prazo para conversão mandatória de debêntures, conforme previsto na escritura; e (b) crescimento da carteira de crédito e TVM suportado pelas recentes captações do TN.

A receita com reversão da provisão para risco de crédito foi formada basicamente por recuperações de crédito, num total de R\$ 2.286 milhões.

3) Balanço Patrimonial

O crescimento do **ativo total** do Sistema BNDES nos últimos anos, deve-se, principalmente, ao aumento do volume de operações de crédito e TVM, suportado por captação de recursos de longo prazo notadamente do Tesouro Nacional. Em 2010 destaca-se ainda o ajuste a valor justo da carteira de investimentos em não coligadas que gerou um efeito de R\$ 44.567 milhões em relação a 31/12/09, conforme já comentado. Em 31/12/10, o ativo total atingiu R\$ 549.020 milhões, refletindo crescimento de 42,0% em relação 31/12/09, suportado substancialmente pela entrada de recursos do TN no total de R\$ 107 bilhões.

O crescimento de 168,8% da **carteira de títulos e valores mobiliários** em relação a 31/12/09 reflete a reclassificação, pela BNDESPAR, dos investimentos em sociedades não coligadas para o grupo de títulos e valores mobiliários, avaliados a valor justo. No BNDES, a correspondência deste efeito foi suportada pela Circular BACEN 3.068/01.

Em 31/12/10, a **carteira de títulos e valores mobiliários** somava R\$ 145.930 milhões, dos quais R\$ 95.908 milhões referentes a investimentos em sociedades não coligadas, R\$ 17.839 milhões à carteira de debêntures, líquida de provisão, R\$ 16.745 milhões a Notas do Tesouro Nacional e R\$ 5.955 milhões a Letras Financeiras do Tesouro. Os R\$ 9.484 milhões restantes compreendem Fundos exclusivos de aplicação financeira (3.966 milhões), Letras do Tesouro Nacional (R\$ 2.939 milhões), cotas de fundos de renda variável (R\$ 2.023 milhões) e Instrumentos Financeiros Derivativos (R\$ 556 milhões).

Em relação à intenção de alienação dos títulos e valores mobiliários por parte da Administração, do total da carteira líquida de R\$ 145.930 milhões, 82,5% (R\$ 120.422 milhões) encontravam-se classificados na categoria "Disponíveis para Venda". Foram classificados R\$ 15.825 milhões (10,8%) como "Mantidos até o Vencimento", uma vez que o BNDES tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los, e R\$ 9.063 milhões (6,2%) em "Títulos para Negociação". O 0,5% restante é representado por instrumentos financeiros derivativos (R\$ 556 milhões) e títulos vinculados à prestação de garantias (R\$ 63 milhões).

A **carteira de operações de crédito e repasses interfinanceiros**, líquida da provisão para risco de crédito, é responsável por 65,9% do ativo total em 31/12/10, tendo apresentado aumento de 27,5%, em relação a 31/12/09. Do total da carteira líquida, 50,2% estão representados por operações de crédito e 49,8%, por repasses interfinanceiros.

Conforme Resolução CMN nº 2.682/99, a **carteira de crédito** do Sistema BNDES é segregada em níveis crescentes de risco, que vão de AA a H. Em 31/12/10, 98,5% da carteira de operações de crédito e repasses estava concentrada nos níveis de risco AA a C, considerados de baixo risco. Os **créditos inadimplentes** somaram R\$ 551 milhões, correspondendo a 0,15% da carteira bruta total, sendo que 94,0% desses créditos não representam riscos para o resultado do BNDES uma vez que já se encontram provisionados. O total da provisão para risco de crédito, de R\$ 4.215 milhões, correspondeu a 7,7 vezes o total dos créditos inadimplentes.

QUALIDADE DA CARTEIRA DE CRÉDITO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

Classificação de Risco	BNDES Consolidado	SFN	Instituições Financeiras Privadas
AA - C	98,5%	92,6%	92,0%
D - G	1,0%	4,4%	4,8%
H	0,5%	3,0%	3,2%
TOTAL	100,0%	100,0	100,0

Em 31/12/10 a rubrica **Investimentos é composta majoritariamente pelos investimentos em** coligadas mantidos pela BNDESPAR e não apresentou variação significativa em relação a 31/12/09.

Os empréstimos e repasses do **Tesouro Nacional** e do **FAT** são as principais fontes de recursos do BNDES, representando, respectivamente, 45,2% e 24,1% do passivo total. A partir do 3º trimestre de 2009, o Tesouro Nacional passou a ser a principal fonte de recursos do BNDES, posição historicamente ocupada pelo FAT, devido ao volume de recursos captados em 2009, que totalizou R\$ 105 bilhões, e em 2010 (R\$ 107 bilhões).

Em relação ao **FAT**, verifica-se crescimento de 8,0% entre 2009 e 2010 devido ao ingresso de R\$ 11.380 milhões sob a rubrica **FAT Constitucional**, valor este superior ao ingresso de R\$ 9.626 milhões registrado em 2009. Quanto aos recursos sob a rubrica **FAT Depósitos Especiais**, verifica-se crescimento de R\$ 300 milhões no ingresso de recursos entre 2009 e 2010.

Adicionalmente ao FAT e ao Tesouro Nacional, o BNDES possui outras importantes fontes de recursos na composição de seu funding, como:

- Fundo da Marinha Mercante (FMM), **Fundo PIS-PASEP**, **FGTS** e seu fundo de investimento, o **FI-FGTS**;
- captações no mercado externo**, notadamente mediante a emissão de *bonds*;
- emissão de debêntures** pela BNDESPAR;
- operações compromissadas**; e
- depósitos interfinanceiros**, junto a instituições financeiras privadas nacionais.

Em 31/12/10, essas fontes totalizaram R\$ 75.883 milhões, o equivalente a 13,8% das fontes de recursos do BNDES.



(continuação)

As **captações no mercado externo** apresentaram crescimento de 20,1% entre 2009 e 2010, reflexo basicamente de emissões de *bonds*, que totalizaram R\$ 3.417 milhões em 2010, e da captação de recursos do BID, realizada em dezembro, no valor de R\$ 1.697 milhões. Entre as principais instituições internacionais com as quais o BNDES mantém operações estão o Banco Japonês de Cooperação Internacional (JBIC), o *China Development Bank* (CDB), o Banco de Crédito Alemão para Reconstrução Econômica (KfW), o Banco Nórdico de Investimento (NIB), o Banco Mundial (BIRD) e o Banco Inter-Americano de Desenvolvimento (BID).

A captação através de **depósitos interfinanceiros** teve início em janeiro de 2008, compondo a estratégia de gestão dos fluxos de recursos para suprir a demanda por desembolsos. As **operações compromissadas** referem-se às operações contratadas com o Banco do Brasil de venda de títulos públicos federais integrantes da carteira do BNDES, com compromisso de recompra e prazo de vencimento no curto prazo, remuneradas a taxa Selic. As oscilações nestes saldos estão associadas à gestão financeira dos fluxos de disponibilidades para suprir a demanda por desembolsos. Com a entrada de novos recursos do TN e a monetização de parcela de títulos públicos da carteira de TVM, a demanda por recursos de curto prazo foi reduzida, o que explica a não existência de saldo em 31/12/10.

O saldo de **outras obrigações** apresentou crescimento de 41,5% entre 2009 e 2010 devido ao reconhecimento de IR e CSLL diferidos sobre as diferenças temporárias oriundas da aplicação dos CPCs pela BNDESPAR, notadamente o registro e marcação a valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e a marcação a valor justo dos investimentos em não coligadas, que gerou impacto em torno de R\$ 15 bilhões.

O **Patrimônio Líquido** apresentou crescimento de 138,5% entre 2009 e 2010, em função de: (a) capitalizações realizadas em 2010, no montante de R\$ 7.200 milhões; e (b) reconhecimento de R\$ 29.173 milhões, líquido de tributos, a título de ajuste de avaliação patrimonial, contra-partida das variações no valor justo dos ativos classificados como disponível para venda. As capitalizações ocorreram em duas *tranches*: a primeira, em novembro, no valor de R\$ 2.700 milhões, por meio da transferência de parte dos direitos da União decorrentes de adiantamentos para futuro aumento de capital da Eletrobrás, e a segunda, em dezembro, no valor de R\$ 4.500 milhões, por meio da transferência de 139.754.560 ações ON da Petrobras.

Em relação aos limites operacionais, o **índice de Basileia** ficou em 18,6% (17,5% em 31/12/09), superior ao nível mínimo exigido pelo Banco Central, de 11%. O BNDES encerrou 2010 enquadrado em todos os limites prudenciais.

III. GESTÃO DE RISCOS

Em conformidade com os normativos internos e externos e de acordo com os objetivos estabelecidos pela Alta Administração, a Área de Gestão de Risco do BNDES é responsável por:

- Definir e propor ao Conselho de Administração as diretrizes gerais de gestão de riscos e controles internos para o BNDES e suas subsidiárias;
- Monitorar os níveis de exposição a riscos;
- Analisar e monitorar os requerimentos de capital regulatório;
- Analisar a evolução das provisões para devedores duvidosos e os seus impactos no resultado do BNDES e de suas subsidiárias;
- Avaliar a qualidade dos controles internos existentes no Sistema BNDES, a definição de responsabilidades, a segregação de funções, os riscos envolvidos e a conformidade dos processos aos normativos internos e externos, propondo medidas para o seu aprimoramento; e
- Disseminar cultura de controles internos e de gestão de riscos no âmbito do Sistema BNDES.

Ao longo de 2010 foram realizados diversos trabalhos de verificação de conformidade e avaliação dos controles internos nos processos do Banco. Está em andamento processo licitatório que objetiva a contratação de consultoria especializada para implantação de Sistema de Gestão da Continuidade de Negócios. Deu-se continuidade à implantação de um sistema integrado de gestão de risco de mercado e liquidez, que entrou em fase de operação assistida a partir de janeiro de 2011. Para gestão do risco de crédito destacam-se a aquisição de software específico, cuja implementação deverá ser concluída até o final do exercício de 2011, e a aprovação da Política Corporativa de Gestão de Risco de Crédito.

Controles Internos

O BNDES busca promover o contínuo aprimoramento dos controles internos, com base nos fundamentos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2554/98 e pela Política Corporativa de Controles Internos. Neste intuito, são realizadas atividades de avaliação dos riscos e dos controles internos existentes nos processos de trabalho, bem como da conformidade aos normativos internos e externos. Os relatórios contendo as conclusões dessas avaliações são submetidos ao Comitê de Gestão de Riscos e à Alta Administração.

A atividade permanente de disseminação da cultura de controles internos é baseada em um processo de comunicação, pautado na ética e na transparência. Além da divulgação da Política de Controles Internos e a disponibilização de informações relacionadas ao tema na intranet da Instituição, o BNDES realiza palestras para novos funcionários no processo corrente de renovação do quadro funcional, onde se procura destacar a importância do tema controles internos.

Risco Operacional

O Risco Operacional se refere à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiências ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos. O conceito inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. Diferentemente dos riscos de mercado e de crédito, sua gestão e mitigação envolve todas as Áreas da Instituição.

Cabe à unidade responsável pelo gerenciamento do risco operacional auxiliar as demais unidades na identificação e avaliação desses riscos. Para tanto, são seguidos os preceitos constantes da Política Corporativa de Gestão de Risco Operacional do BNDES, bem como aqueles constantes da Política Corporativa de Gestão da Continuidade de Negócios do BNDES. Ambas estabelecem o conjunto de princípios, ações, papéis e responsabilidades relativos aos temas na instituição. A estrutura de gerenciamento do risco operacional encontra-se divulgada em: http://www.bndes.gov.br/BNDES_Transparente.

Visando disseminar a cultura de riscos operacionais na instituição, consta do programa de capacitação de novos funcionários, módulo específico sobre o tema, que vem sendo regularmente ministrado aos novos empregados. Também estão disponíveis informações sobre Riscos Operacionais para o público interno, na intranet.

Risco de Mercado

O risco de mercado é o risco de ocorrência de perdas financeiras resultantes da alteração nos valores de mercado de posições ativas e passivas detidas pela Instituição, dentre as quais se incluem os riscos das operações sujeitas à variação da cotação de moeda estrangeira, das taxas de juros, dos preços das ações e dos preços de mercadorias (commodities).

A estrutura de gerenciamento do risco de mercado e a política corporativa de gestão de riscos de mercado e liquidez do BNDES e de suas subsidiárias definem o conjunto de metodologias, procedimentos, limites, instrumentos e responsabilidades aplicáveis no controle permanente dos processos internos da instituição, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos. A estrutura completa para gerenciamento do risco de mercado do BNDES está disponível para acesso público em: http://www.bndes.gov.br/BNDES_Transparente.

Devido a sua natureza de Banco de Desenvolvimento, o BNDES possui baixa exposição em risco de mercado. Em particular, o BNDES segue uma estratégia de baixa exposição em moedas estrangeiras, sendo os limites monitorados diariamente.

Risco de Crédito

O risco de crédito é o risco associado à possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes do não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas nas renegociações e aos custos de recuperação. Desse modo, a gestão do risco de crédito no BNDES permeia todo o processo de concessão, monitoramento, cobrança e recuperação de créditos, englobando a atuação de diversas áreas.

A política corporativa de gestão de risco de crédito, aprovada durante o exercício de 2010, formalizou o processo de gestão do risco de crédito do BNDES e de suas subsidiárias, estabelecendo responsabilidades, princípios, diretrizes, processos e procedimentos necessários à identificação, mensuração, monitoramento, controle e mitigação dos riscos aos quais o BNDES está exposto. A formalização da política, bem como a estrutura de gerenciamento do risco de crédito no BNDES, cumpre as diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN nº 3.721/2009.

O BNDES apura mensalmente o cálculo da parcela referente ao capital regulatório para risco de crédito (PEPR) pelo método padronizado, conforme definido pela Circular 3.360/07 do BACEN. Com a finalidade de comparar o valor atualmente apurado de acordo com a metodologia padronizada com aquele proveniente da aplicação de estimativas internas de probabilidade de inadimplência e taxas de recuperação, o BNDES realiza estimativas do Valor em Risco para a carteira de créditos, inclusive com a utilização de cenários de stress.

Na Nota Explicativa nº 34 às demonstrações financeiras do BNDES estão descritas as principais atividades relacionadas a cada qualidade de risco acima apresentada desempenhadas no exercício de 2010.

IV. GOVERNANÇA CORPORATIVA

No Sistema BNDES, a adoção das melhores práticas de governança corporativa tem por objetivo otimizar o desempenho da Instituição, protegendo seu acionista único, o Governo Federal, bem como as partes

(continuação)

interessadas (*stakeholders*), tais como empregados, credores, trabalhadores (através do FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador, como principal fonte de recursos do Sistema BNDES) e a sociedade em geral, além de facilitar o acesso aos investimentos e financiamentos de capital. A análise das práticas de governança corporativa aplicadas ao Sistema BNDES deve oferecer, principalmente, transparência, equidade de tratamento dos interessados e prestação de contas.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração do BNDES é composto por onze membros, entre eles o Presidente do Conselho, sendo quatro indicados, respectivamente, pelos Ministros de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Trabalho e Emprego, da Fazenda e das Relações Exteriores e os demais pelo Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. O Presidente do BNDES exerce a Vice-Presidência do Conselho.

Os membros do Conselho de Administração serão nomeados pelo Presidente da República dentre brasileiros de notórios conhecimentos e experiência, idoneidade moral e reputação ilibada, com mandato de três anos, contados a partir da data de publicação do ato de nomeação, podendo ser reconduzidos por igual período.

O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, a cada trimestre do ano civil e, extraordinariamente, sempre que for convocado pelo Presidente, a seu critério, ou por solicitação de, pelo menos, dois de seus membros. O Conselho somente deliberará com a presença de, pelo menos, seis de seus membros.

O Conselho de Administração tem como algumas de suas atribuições: *i)* opinar, quando solicitado pelo Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, sobre questões relevantes pertinentes ao desenvolvimento econômico e social do País e que mais diretamente se relacionem com a ação do BNDES; *ii)* aconselhar o Presidente do BNDES sobre as linhas gerais orientadoras da ação do Banco e promover, perante as principais instituições do setor econômico e social, a divulgação dos objetivos, programas e resultados da atuação do Banco; e *iii)* examinar e aprovar, por proposta do Presidente do BNDES, políticas gerais e programas de atuação a longo prazo, em harmonia com a política econômico-financeira do Governo Federal.

COMITÊ DE AUDITORIA

Conforme previsão estatutária e em linha com o preconizado pelo Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa), o Sistema BNDES conta com um **Comitê de Auditoria** que funciona como órgão auxiliar do Conselho de Administração, a quem deve se reportar. Pode ser composto por até seis membros (atualmente são três), designados pelo Conselho de Administração. O mandato é por prazo indeterminado, cessando-se, a qualquer tempo, por deliberação do Conselho de Administração.

Dentre as atribuições do Comitê de Auditoria, encontram-se: *i)* recomendar à administração do Banco a auditoria independente a ser contratada; *ii)* revisar, previamente à publicação, as demonstrações contábeis semestrais; *iii)* avaliar a efetividade das auditorias independente e interna; *iv)* recomendar à Diretoria do BNDES correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições; e *v)* elaborar relatório contendo informações sobre as suas atividades e a avaliação da efetividade dos sistemas de controles internos.

CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do BNDES é composto por três membros e três suplentes, todos com mandato de dois anos, admitida a recondução por igual período. Dois membros efetivos e seus respectivos suplentes são indicados pelo Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e um membro efetivo e seu respectivo suplente são indicados pelo Ministro de Estado da Fazenda, como representantes do Tesouro Nacional, nomeados pelo Presidente da República, em qualquer dos casos.

O Conselho Fiscal tem como atribuições examinar e emitir parecer sobre os balanços patrimoniais e demais demonstrações financeiras, bem como sobre as prestações de contas semestrais da Diretoria do BNDES, e exercer outras atribuições previstas na Lei das Sociedades por Ações.

Os órgãos de administração são obrigados a disponibilizar, por meio de comunicação formal, aos membros em exercício do Conselho Fiscal, dentro de dez dias, cópia das atas de suas reuniões e, dentro de quinze dias de sua elaboração, cópias dos balancetes e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente, bem como dos relatórios de execução do orçamento.

OUVIDORIA

Criada em 2003, a Ouvidoria do BNDES atua no pós-atendimento e na mediação de conflitos entre o cidadão e a Instituição, prestando esclarecimentos e procurando estreitar os laços entre o BNDES, seus clientes e o público em geral. Para tanto, estimula iniciativas descentralizadas, voluntárias e efetivas de aprimoramento dos serviços prestados, tornando-se instrumento de inclusão social.

Agindo de forma autônoma, imparcial e sigilosa, a Ouvidoria interpreta os anseios do cidadão perante a empresa, contribuindo para o aperfeiçoamento do processo democrático.

Nesse esforço, a Ouvidoria do BNDES tem a atribuição de atuar como canal de comunicação entre a Instituição e os públicos externo e interno (funcionários e colaboradores) recebendo sugestões, denúncias e reclamações e demais manifestações não solucionadas através dos canais de atendimento Fale Conosco ou Atendimento da Área de Operações Indiretas.

O Ouvidor é designado pelo Presidente do BNDES e tem mandato por prazo indeterminado, cessando-se a qualquer tempo por decisão do Presidente.

GESTÃO DA ÉTICA

O BNDES tem convicção de ter conquistado reconhecimento e respeito junto à sociedade brasileira por valorizar o comportamento ético no exercício das atividades de seus empregados.

O compromisso com a gestão da ética no BNDES foi formalizado com a Resolução 1.007 da Diretoria, de 26/6/02, que criou o Código de Ética Profissional dos Empregados do Sistema BNDES - 2002. Esse regulamento orientou o trabalho desenvolvido na gestão da ética no BNDES através da promoção de ações de natureza educativa, da atualização e do aperfeiçoamento de suas normas e da aplicação e aplicação das penas cabíveis nos casos de infrações éticas. Em 28/4/09 foi aprovado pela Diretoria o atual Código de Ética do Sistema BNDES.

A gestão da ética no Sistema BNDES, nos termos do Código de Ética do Sistema BNDES, é conduzida pela Comissão de Ética do Sistema BNDES (CET/BNDES) e pela Secretaria Executiva da Comissão de Ética (SECET/GP), vinculadas à Presidência do BNDES. O Regimento Interno da Comissão de Ética foi aprovado em 23/9/08 pela Resolução 1.642 da Diretoria.

Anualmente, conforme dispõe o decreto nº 6.029, de 1/2/07, a Comissão de Ética do Sistema BNDES, tem um terço de sua composição renovada, devido ao término de mandato de dois de seus membros. Os membros são designados para exercer um mandato de três anos, renováveis por igual período.

O BNDES é membro do Fórum Nacional de Gestão da Ética nas Empresas Estatais desde a sua criação, em 21/5/07, participando das reuniões ordinárias, que ocorrem mensalmente, e na organização do Seminário Anual de Gestão da Ética nas Empresas Estatais. Atualmente vinte empresas compõem o referido Fórum, que se dedica a estudar e debater assuntos relacionados à ética, em seus aspectos conceituais, filosóficos, doutrinários, legais e administrativos, compartilhando experiências e fortalecendo a gestão da ética na esfera pública.

A Comissão de Ética do Sistema BNDES participa, ainda, do Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal, coordenado pela Comissão de Ética Pública, vinculada à Presidência da República, através da qual os membros da Comissão de Ética e da Secretaria Executiva estão em permanente capacitação e atualização.

Em 2010, a CET/BNDES procedeu a abertura de 60 (sessenta) Procedimentos Preliminares, abrangendo consultas, denúncias, aconselhamentos dentre outros. Foram realizadas 12 (doze) palestras objetivando a divulgação da gestão da ética no BNDES, com a disseminação do código de ética e seus valores, direcionadas aos novos empregados e por solicitação de algumas áreas, sempre em parceria com a Área de Recursos Humanos. Foram realizadas 34 (trinta e quatro) Reuniões Ordinárias.

Além do cumprimento das suas atribuições básicas, a CET/BNDES colaborou com os Grupos de Trabalho sobre Assédio Moral e Pró-Equidade de Gênero, além do Projeto Valores, do Projeto Responsabilidade Social e Ambiental - RSA e da Pesquisa de Clima Organizacional.

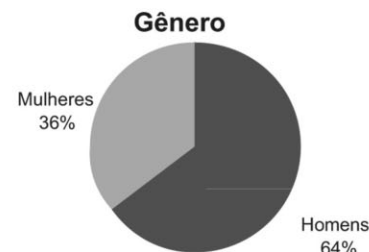
Por fim, cumpre observar que a Ética é um dos valores do BNDES, que, ao lado da Excelência, Compromisso com o Desenvolvimento e Espírito Público, foram consagrados em 2010, considerado o Ano dos Valores do BNDES.

O reconhecimento e respeito que o BNDES conquistou junto à sociedade brasileira se deve, entre outros, à longa tradição de comportamento ético predominante nas atividades exercidas.

V. RECURSOS HUMANOS

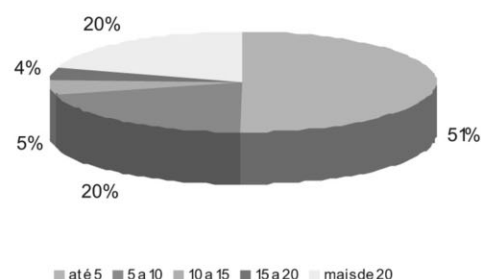
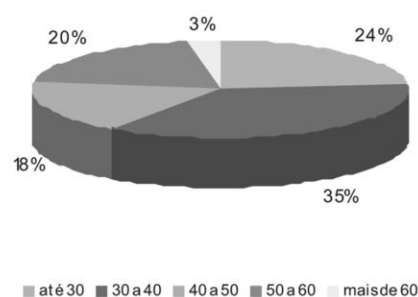
Em cumprimento à Constituição Federal, o BNDES contrata seus empregados por meio de Seleção Pública. A alteração do quantitativo de seu quadro funcional se dá por meio de Portarias do DEST. A Portaria nº 9, expedida em abril de 2010, fixou o limite de quantitativo do Sistema BNDES em 2.840 empregados.

O BNDES encerrou 2010 com 2.635 empregados, representando um aumento de 9,88% em relação ao quantitativo do ano anterior, composto por 2.398 empregados.





(continuação)

Tempo de Serviço**Faixa Etária**

Em consonância com o momento de renovação do quadro funcional, o BNDES continua oferecendo aos empregados que irão se desligar até 2012, o Programa Novos Tempos. A iniciativa tem o objetivo de assegurar a transmissão de conhecimento entre novos e antigos empregados, além de proporcionar novas opções de vida além do trabalho.

Cabe destacar que 37% das funções executivas são ocupadas por mulheres. Esse dado corrobora o esforço do Banco em reconhecer e indicar empregados para ocuparem funções de confiança, independente de seu gênero. O indicador sugere que o Programa Pró-Equidade de Gênero, coordenado pelo Gabinete da Presidência, cujo objetivo é a promoção de igualdade entre homens e mulheres, está produzindo bons resultados.

Em 2010, o BNDES prossegue com sua estratégia de treinamento e capacitação dos empregados, considerada vital para a excelência do corpo funcional. Foram investidos aproximadamente R\$ 10 milhões em capacitação, incluindo, entre outras ações, cursos de pós-graduação, de idiomas e treinamentos no exterior.

Como benefícios a seus empregados, o BNDES concede assistência educacional, vale-transporte e vale refeição e cesta alimentação. Também assegura complementação de aposentadoria, auxílio-doença, assistência médica, entre outros, através da Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES – FAPES, entidade fechada de previdência privada.

No âmbito de Gestão de Pessoas, várias iniciativas estão em curso.

O Programa **Gestão por Competências** iniciou-se, em 2009, com o mapeamento e a redação das competências organizacionais e das competências executivas, reunidas no documento “Dicionário de Competências Organizacionais e Executivas”. Após a primeira rodada de avaliação das competências executivas, foi iniciada a etapa de construção dos Planos de Desenvolvimento Individuais (PDIs) dos executivos, acordados entre eles e seus gestores. Além de cursos, leituras e, principalmente, atividades no ambiente de trabalho estão sendo estimuladas como importantes ferramentas de desenvolvimento dos executivos.

Dando continuidade à implantação da Gestão por Competências, foi estruturado, em 2010, o projeto **Gestão Estratégica de Pessoas - GEP**. O projeto determinará as diretrizes dos principais processos relacionados à gestão de pessoas no BNDES e tem como pilares quatro sub-projetos: mapeamento e avaliação das competências técnicas e comportamentais, gestão de carreira, educação corporativa e gestão de desempenho. Os dois primeiros sub-projetos estão avançados na etapa de estruturação e modelagem, enquanto os dois últimos serão iniciados em meados de 2011.

No âmbito do sub-projeto mapeamento e avaliação de competências, foram aprovadas pela Diretoria, no mês de outubro, as competências comportamentais, aplicáveis aos empregados que não ocupam funções executivas.

O processo de mapeamento das competências comportamentais baseou-se em metodologia participativa e contou com o envolvimento de diversos profissionais do Banco, em diferentes momentos. Ao todo, participaram do mapeamento dessas competências cerca de 100 empregados de todas áreas e segmentos do BNDES, com ou sem função executiva. Ao explicitar e, futuramente, estimular a avaliação destas competências, o BNDES implanta um instrumento institucional que auxiliará o *feedback* entre o empregado e seu superior imediato, buscando identificar necessidades e oportunidades de desenvolvimento para todos.

Também em outubro, teve início o mapeamento das competências técnicas das Áreas do BNDES. Este trabalho, viabilizado por meio de *workshops* com alguns executivos e técnicos das áreas, tem por objetivo identificar as entregas técnicas estratégicas que competem a cada departamento do Banco, de modo a possibilitar a proposição futura de ações de educação corporativa estrategicamente alinhadas.

No mês de novembro foram realizadas nove turmas de treinamento para executivos, com vistas a estimular a reflexão sobre as mudanças necessárias à gestão de pessoas no BNDES, apresentar as Competências Comportamentais, bem como ajustes realizados nas Competências Executivas.

Para monitorar o clima no ambiente de trabalho e a satisfação dos empregados com relação a diversos aspectos da organização, foi implementada a **Gestão de Clima Organizacional**. Na etapa de investigação foi realizada pesquisa de clima com adesão de 70% dos empregados, seguida da realização de grupos focais. Está sendo desenvolvida a etapa de estruturação de planos de ação para melhoria do clima, que abrangerão ações focadas para cada Área e também ações gerais para todo o Banco.

A fim de preservar a excelência de seu corpo funcional e a transmissão de conhecimento e valores para os novos empregados, a ARH implementou o projeto Valores com o objetivo de declarar e disseminar os valores do BNDES: “Ética, Compromisso com o Desenvolvimento, Espírito Público e Excelência”.

Dada a relevância do tema para a Instituição, o ano de 2010 foi escolhido pela Alta Administração como o “Ano dos Valores”. O Grupo de Trabalho responsável pelo projeto promoveu ações tais como: Semana de Valores, Concurso Literário e Cine Valores. Em continuidade ao projeto, a ARH realizou encontros específicos para aprofundar a reflexão sobre a prática dos valores em cada uma das Áreas.

VI. RATING

Segundo a Standard & Poor's (S&P), o *rating* em escala global é BBB+ (moeda local) e BBB- (moeda estrangeira), ambos com perspectiva “estável”.

Segundo a Moody's, o *rating* em escala global é A3 (moeda local) com perspectiva “estável” e Baa2 (moeda estrangeira) com perspectiva “positiva”.

VII. AUDITORIA INDEPENDENTE – INSTRUÇÃO CVM 381/03

Em conformidade à Instrução CVM nº 381/03, o Sistema BNDES vem declarar que não possui qualquer tipo de contrato de prestação de serviços de consultoria com seus auditores independentes, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, caracterizando, assim, a inexistência de conflito de interesses ou o comprometimento da objetividade desses auditores em relação ao serviço contratado.

VIII. CIRCULAR BACEN 3.068/01

O BNDES declara ter capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria “Mantidos até o Vencimento”, no montante de R\$ 15.891 milhões, representando 11,0% do total de títulos e valores mobiliários.

IX. AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos colaboradores a dedicação e o talento, que nos permitem obter resultados consistentes e diferenciados, e ao mercado pelo indispensável apoio e confiança.

(continuação)

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES E SUAS CONTROLADAS
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	BNDES		CONSOLIDADO	
		2010	2009	2010	2009
ATIVO CIRCULANTE		64.145.085	44.714.814	90.143.056	68.401.044
DISPONIBILIDADES		8.009	2.972	15.897	4.750
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	6	10.113.958	2.006.817	10.113.958	2.006.817
Aplicações - carteira de câmbio	6.1	1.689.615	991	1.689.615	991
Aplicações em operações compromissadas	6.2	24.343	5.826	24.343	5.826
Aplicações em depósitos interfinanceiros	6.3	8.400.000	2.000.000	8.400.000	2.000.000
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	7	10.912.556	6.144.476	15.714.020	10.544.554
Cotas de fundos exclusivos	7.4	1.825.135	1.762.632	3.965.698	4.397.662
Títulos públicos		8.714.855	4.130.627	8.714.855	4.130.627
Ações e bônus de subscrição	15.1	-	-	82.144	69.159
Debêntures disponíveis para venda	8.1	369.769	44.918	370.029	44.918
Debêntures mantidas até o vencimento	8.2	1.964	64.718	1.964	182.443
Provisão para risco de crédito - Debêntures	8.2.4	-	(189)	-	(1.909)
Cotas de fundos mútuos de investimento e de participações	7.5	-	-	2.022.829	1.579.884
Instrumentos financeiros derivativos - câmbio e taxa de juros	28	833	90.976	833	90.976
Instrumentos financeiros derivativos - renda variável	28	-	-	555.668	-
Notas promissórias		-	50.794	-	50.794
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	9	19.334.313	13.269.450	38.493.550	30.656.338
Créditos vinculados		25	26	25	26
Repasse interfinanceiros		19.404.776	13.368.467	38.670.859	30.842.074
Recursos livres		15.701.790	13.245.161	34.967.873	30.718.768
Recursos PIS/PASEP		3.702.986	123.306	3.702.986	123.306
Provisão para risco de crédito		(70.488)	(99.043)	(177.334)	(185.762)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	9	20.213.924	19.446.603	21.442.578	20.515.022
Operações de crédito		20.518.811	19.856.330	21.835.401	20.947.349
Recursos livres		18.954.611	17.700.346	20.271.201	18.791.365
Recursos PIS/PASEP		778.353	1.150.658	778.353	1.150.658
Recursos Fundo da Marinha Mercante		785.847	1.005.326	785.847	1.005.326
Provisão para risco de crédito		(304.887)	(409.727)	(392.823)	(432.327)
OUTROS CRÉDITOS		3.277.949	3.598.809	4.077.594	4.377.066
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	10	-	5.177	225.272	227.826
Provisão para risco de crédito - venda a prazo de títulos e valores mobiliários	10	-	(155)	(1.766)	(21.978)
Direitos recebíveis	10	141.210	125.444	209.125	135.516
Provisão para risco de crédito - Direitos recebíveis	10	(306)	(2.390)	(1.798)	(5.738)
Créditos tributários	23.2	252.406	184.389	491.818	563.844
Impostos e contribuições a recuperar e antecipações	23.1	160.066	4.823	422.025	453.022
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	12	997.577	965.961	725.545	727.139
Adiantamentos por depósito em garantia		139.679	136.583	471.148	151.478
Direitos a receber - Eletrobrás	13	1.443.486	875.000	1.443.486	875.000
Diversos	14	143.831	1.303.977	92.739	1.270.957
OUTROS VALORES E BENS		284.376	245.687	285.459	296.497
Outros valores e bens		10.934	11.707	10.934	11.707
Despesas antecipadas		273.442	233.980	274.525	284.790
ATIVO NÃO CIRCULANTE		456.709.081	334.565.126	458.876.906	318.232.227
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		364.845.750	290.953.187	447.169.463	284.180.919
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	7	28.245.231	35.773.182	130.215.535	43.736.323
Debêntures disponíveis para venda	8.1	1.935.075	1.356.960	13.694.731	3.622.240
Debêntures mantidas até o vencimento	8.2	2.716.905	2.711.557	3.775.348	8.592.173
Provisão para risco de crédito - Debêntures	8.2.4	(2.670)	(81.262)	(3.331)	(264.017)
Títulos públicos		16.923.324	31.785.927	16.923.324	31.785.927
Ações, certificados de ações e bônus de subscrição	15.1	6.672.597	-	95.825.463	-
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	9	173.449.247	116.347.781	141.743.688	90.964.341
Repasse interfinanceiros		174.081.600	117.216.198	142.650.190	92.014.626
Recursos livres		150.200.231	91.920.642	118.768.821	66.719.070
Recursos PIS/PASEP		23.881.369	25.295.556	23.881.369	25.295.556
Provisão para risco de crédito		(632.353)	(868.417)	(906.502)	(1.050.285)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	9	154.113.858	134.362.151	159.895.202	141.535.120
Operações de crédito		156.438.360	137.193.072	162.633.480	144.517.768
Recursos livres		148.434.315	130.261.317	154.629.435	137.586.013
Recursos PIS/PASEP		2.051.953	3.119.136	2.051.953	3.119.136
Recursos Fundo Marinha Mercante		5.952.092	3.812.619	5.952.092	3.812.619
Provisão para risco de crédito		(2.324.502)	(2.830.921)	(2.738.278)	(2.982.648)
OUTROS CRÉDITOS		9.037.414	4.470.073	15.315.038	7.945.135
Créditos tributários	23.2	415.720	353.786	870.426	939.292
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	10	-	-	1.054.650	879.699
Provisão para risco de crédito - venda a prazo de títulos e valores mobiliários	10	-	-	(8.491)	(8.852)
Direitos recebíveis	10	919.105	924.935	2.512.600	934.430
Provisão para risco de crédito - Direitos recebíveis	10	(1.988)	(17.621)	(36.987)	(20.779)
Créditos perante o Tesouro Nacional	32.1	1.784.273	409.483	3.547.589	785.813
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	12	-	-	1.183.848	1.405.138
Direitos a receber - Eletrobrás	13	5.728.708	2.625.000	5.728.708	2.625.000
Incentivos fiscais		191.596	174.490	462.695	405.394
INVESTIMENTOS	15	91.724.009	43.503.563	11.568.121	33.942.932
Participações em controladas e coligadas	15.2	91.496.545	43.376.227	11.340.657	11.999.177
Participações em outras empresas	15.2.4	184.136	84.008	184.136	21.900.427
Outros investimentos	15.2.5	43.328	43.328	43.328	43.328
IMOBILIZADO DE USO		98.488	95.756	98.488	95.756
INTANGÍVEL		40.834	12.620	40.834	12.620
TOTAL DO ATIVO		520.854.166	379.279.940	549.019.962	386.633.271

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



(continuação)					
BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES E SUAS CONTROLADAS					
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO					
(Em milhares de reais)					
	Nota Explicativa	BNDES		CONSOLIDADO	
		2010	2009	2010	2009
PASSIVO CIRCULANTE		13.394.568	32.670.013	17.083.009	31.758.245
DEPÓSITOS		269	3.259.047	269	3.259.047
Depósitos interfinanceiros	17	-	3.258.834	-	3.258.834
Diversos		269	213	269	213
CAPTAÇÕES NO MERCADO		-	13.740.763	-	13.740.763
Obrigações por operações compromissadas	18	-	13.740.763	-	13.740.763
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS		10.025	409	10.025	409
Recursos em trânsito de terceiros		10.025	409	10.025	409
OBRIGAÇÕES POR EMISSÃO DE DEBÊNTURES	21	548.183	291.698	854.407	353.710
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES	20	5.126.130	6.849.597	6.693.525	4.667.048
Empréstimos no país	20.1	362.147	361.030	362.147	361.030
Empréstimos no exterior	20.1	585.571	423.849	585.571	423.849
Bônus		585.571	423.849	585.571	423.849
Repasse no país		3.342.124	5.031.878	4.909.519	2.849.329
Tesouro Nacional	20.1	1.676.679	1.743.540	4.116.754	1.812.288
Controladas	20.1	872.680	2.251.297	-	-
Fundo da Marinha Mercante	20.1	787.689	1.032.269	787.689	1.032.269
Outros		5.076	4.772	5.076	4.772
Repasse no exterior - Instituições multilaterais	20.1	836.288	1.032.840	836.288	1.032.840
OUTRAS OBRIGAÇÕES		4.041.939	5.605.176	5.856.761	6.813.945
Fundos financeiros e de desenvolvimento		2.423.581	2.375.728	2.429.549	2.375.736
Fundo PIS/PASEP	16	1.850.716	1.785.601	1.850.716	1.785.601
Outros		572.865	590.127	578.833	590.135
Impostos e contribuições sobre o lucro	23	-	462.097	551.960	1.371.711
Outros impostos e contribuições		59.676	68.535	110.111	105.258
Credores vinculados a liquidação de operação de câmbio		-	-	96.265	107.005
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar		-	1.589.345	-	1.589.345
Provisões trabalhistas e cíveis	24	1.229	3.952	7.059	9.372
Contas a pagar - FAPES	29.1	21.634	18.070	28.875	24.150
Vinculadas ao Tesouro Nacional	32.2	6.523	2.366	128.862	62.241
Provisão para programa de desligamento de funcionários	31	30.535	56.404	42.690	80.690
Impostos e contribuições diferidos	23.2	41.771	26.013	58.189	38.368
Passivo atuarial - FAMS	29.2	10.839	13.285	16.308	19.258
Instrumentos financeiros derivativos - câmbio e taxa de juros	28	119.223	237.273	119.223	237.273
Instrumentos financeiros derivativos - renda variável		-	-	483.569	-
Obrigações por depósitos a apropriar		881.923	381.774	881.923	381.774
Diversas		445.005	370.334	902.178	411.764
INSTRUMENTOS HÍBRIDOS DE CAPITAL E DÍVIDA		682.551	200.700	682.551	200.700
Secretaria do Tesouro Nacional	22	682.551	200.700	682.551	200.700
DÍVIDAS SUBORDINADAS		2.985.471	2.722.623	2.985.471	2.722.623
FAT constitucional	19.1	2.985.471	2.722.623	2.985.471	2.722.623
Outras dívidas subordinadas		2.985.471	2.722.623	2.985.471	2.722.623
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		441.560.333	318.981.883	466.037.688	327.246.982
OBRIGAÇÕES POR DEPÓSITOS		21.573.637	22.970.880	21.573.637	22.970.880
Depósitos especiais - FAT	19.2	21.573.637	22.970.880	21.573.637	22.970.880
OBRIGAÇÕES POR EMISSÃO DE DEBÊNTURES	21	6.178.973	6.668.324	11.872.515	10.205.560
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES	20	263.017.844	150.809.628	265.493.140	154.650.333
Empréstimos no país	20.1	5.112.146	5.415.826	5.112.146	5.415.826
Empréstimos no exterior	20.1	6.669.600	4.004.760	6.669.600	4.004.760
Bônus		6.669.600	4.004.760	6.669.600	4.004.760
Repasse no país		239.549.435	130.387.025	242.024.731	134.227.730
Tesouro Nacional	20.1	233.122.244	125.533.832	235.706.773	130.012.159
Controladas	20.1	109.234	637.622	-	-
Fundo da Marinha Mercante	20.1	6.288.555	4.181.493	6.288.555	4.181.493
Outros		29.402	34.078	29.403	34.078
Repasse no exterior - Instituições multilaterais	20.1	11.686.663	11.002.017	11.686.663	11.002.017
OUTRAS OBRIGAÇÕES		30.534.577	29.541.402	46.843.094	30.428.560
Fundos financeiros e de desenvolvimento		28.976.891	28.257.782	28.976.891	28.257.782
Fundo PIS/PASEP	16	28.976.891	28.257.782	28.976.891	28.257.782
Contas a pagar - FAPES	29.1	519.001	502.854	673.575	653.361
Provisões trabalhistas e cíveis	24	118.928	141.433	654.509	683.528
Instrumentos financeiros derivativos - câmbio e taxa de juros	28	115.082	-	115.082	-
Passivo atuarial - FAMS	29.2	604.264	492.727	761.510	661.140
Provisão para programa de desligamento de funcionários	31	35.602	38.425	52.453	56.514
Impostos e contribuições diferidos	23.2	164.809	108.181	15.609.074	116.235
INSTRUMENTOS HÍBRIDOS DE CAPITAL E DÍVIDA		12.551.465	12.188.216	12.551.465	12.188.216
Secretaria do Tesouro Nacional	22	12.551.465	12.188.216	12.551.465	12.188.216
Outros instrumentos híbridos de capital e dívida		4.932.695	4.645.416	4.997.966	4.113.118
Elegível a capital		7.618.770	7.542.800	7.553.499	8.075.098
DÍVIDAS SUBORDINADAS		107.703.837	96.803.433	107.703.837	96.803.433
FAT Constitucional	19.1	107.703.837	96.803.433	107.703.837	96.803.433
Outras dívidas subordinadas		88.795.176	80.647.531	88.764.881	80.671.778
Elegível a capital		18.908.661	16.155.902	18.938.956	16.131.655
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	25	65.899.265	27.628.044	65.899.265	27.628.044
Capital social		29.557.415	20.260.881	29.557.415	20.260.881
Reserva de capital		-	106.631	-	106.631
Reservas de lucros		7.045.298	7.135.726	7.045.298	7.135.726
Reserva legal		843.997	1.519.676	843.996	1.519.676
Reserva de incentivos fiscais		61.215	99.708	61.215	99.708
Reserva para futuro aumento de capital		1.442.602	1.701.914	1.442.602	1.701.914
Reserva para margem operacional		4.697.484	3.814.428	4.697.485	3.814.428
Ajustes de avaliação patrimonial		29.296.552	124.806	29.296.552	124.806
De ativos próprios		93.189	109.463	93.189	109.463
De ativos de coligadas e controladas		29.203.363	15.343	29.203.363	15.343
TOTAL DO PASSIVO		520.854.166	379.279.940	549.019.962	386.633.271

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

(continuação)

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES E SUAS CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	BNDES			CONSOLIDADO		
		2º semestre de 2010	2010	Exercício 2009	2º semestre de 2010	2010	Exercício 2009
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		11.776.469	28.028.442	9.135.164	13.991.805	31.238.858	11.164.152
Operações de crédito e repasses interfinanceiros							
. Moeda nacional		9.954.192	17.958.566	14.089.134	9.876.732	18.366.606	14.911.819
. Moeda estrangeira		(2.587.058)	1.155.291	(9.990.416)	(2.524.118)	1.232.662	(9.932.442)
Resultado com aplicações em títulos e valores mobiliários		3.291.280	7.049.941	4.128.075	4.399.962	8.373.959	5.187.147
Rendas de operações vinculadas ao Tesouro Nacional		861.745	1.364.791	405.094	1.978.651	2.761.538	495.439
Rendas com administração de fundos e programas		256.310	499.853	503.277	256.298	499.813	502.189
Resultado com alienações de títulos de renda fixa		-	-	-	4.280	4.280	-
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(7.473.502)	(18.541.303)	(3.118.507)	(8.722.561)	(21.348.134)	(5.348.941)
Captação no mercado - financiamentos e repasses							
. Moeda nacional		(10.708.079)	(19.989.806)	(13.481.186)	(12.041.832)	(22.616.022)	(15.727.006)
. Moeda estrangeira		3.303.981	(416.348)	11.097.715	3.303.981	(416.679)	11.097.216
Resultado com instrumentos financeiros derivativos - câmbio e taxa de juros		(873.411)	(1.148.053)	(580.872)	(873.411)	(1.148.053)	(580.872)
Despesas com operações vinculadas ao Tesouro Nacional		(2.104)	(4.157)	(3.932)	(2.104)	(4.157)	(3.932)
Reversão (constituição) de provisão para risco de crédito	27	831.334	3.032.062	(21.588)	916.028	2.851.778	(5.703)
Resultado da carteira de câmbio		(25.223)	(15.001)	(128.644)	(25.223)	(15.001)	(128.644)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		4.302.967	9.487.139	6.016.657	5.269.244	9.890.724	5.815.211
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		2.714.162	2.930.683	1.847.557	3.235.660	4.468.210	3.242.808
Resultado com equivalência patrimonial	15	3.153.165	4.054.643	4.155.579	301.147	439.393	778.115
Atualização monetária líquida de ativos e passivos - SELIC		35.773	(38.465)	(1.307.681)	126.488	107.386	715.500
Amortização de ágio		-	-	-	(29.793)	(29.793)	-
Reversão (constituição) de provisão para ajuste de investimentos		-	-	-	(39.975)	(144.395)	(373.549)
Receita de dividendos		-	-	137	116.006	635.639	1.307.168
Receita de juros sobre o capital próprio		74.479	74.882	-	1.033.362	1.667.902	1.119.280
Resultado com alienações de títulos de renda variável		-	-	-	2.349.786	3.238.442	1.158.801
Resultado com instrumentos financeiros derivativos - renda variável		-	-	-	351.346	351.346	-
Outras rendas sobre participações societárias		-	-	-	-	(2)	47
Reversão (constituição) de provisões trabalhistas e cíveis		16.925	22.536	642.356	5.126	26.436	584.812
Despesas tributárias		(193.120)	(381.331)	(391.296)	(336.016)	(592.512)	(546.819)
Despesas com pessoal		(358.912)	(656.436)	(695.558)	(534.579)	(976.985)	(919.464)
Despesas administrativas		(136.293)	(211.412)	(209.405)	(198.652)	(306.673)	(274.133)
Outras receitas operacionais		323.360	489.985	3.749	324.194	531.317	89.330
Outras despesas operacionais		(201.215)	(423.719)	(350.324)	(232.780)	(479.291)	(396.280)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		7.017.129	12.417.822	7.864.214	8.504.904	14.358.934	9.058.019
Imposto de renda	23	(358.248)	(1.516.709)	(574.927)	(1.237.457)	(2.622.985)	(1.683.232)
Contribuição social	23	(223.528)	(925.493)	(350.057)	(597.409)	(1.384.089)	(764.614)
Impostos e contribuição social diferidos - constituição líquida de realização	23	14.079	44.438	(138.473)	(168.035)	(279.231)	211.296
RESULTADO ANTES DA PARTICIPAÇÃO SOBRE O LUCRO		6.449.432	10.020.058	6.800.757	6.502.003	10.072.629	6.821.469
Participação dos empregados no lucro		(106.736)	(106.736)	(65.588)	(159.307)	(159.307)	(86.300)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO		6.342.696	9.913.322	6.735.169	6.342.696	9.913.322	6.735.169
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE / EXERCÍCIO POR AÇÃO		1,010996	1,508137	1,073554			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Em milhares de reais)

	Reserva de capital		Reservas de lucros				Ajustes de avaliação patrimonial		Lucros acumulados	Total
	Capital Social	Reserva de incentivos fiscais	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva para futuro aumento de capital	Reserva para margem operacional	De ativos próprios	De ativos de coligadas e controladas		
Em 1º de janeiro de 2010	20.260.881	106.631	1.519.676	99.708	1.701.914	3.814.428	109.463	15.343	-	27.628.044
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	231.449	231.449
Aumento de capital (Nota 25)	9.296.534	(106.631)	(1.182.918)	(58.678)	(748.307)	-	-	-	-	7.200.000
Reversão de reservas	-	-	-	-	(953.607)	(3.814.428)	-	-	4.768.035	-
Dividendos complementares (Nota 25)	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.768.035)	(4.768.035)
Ajustes de avaliação patrimonial (Nota 25)	-	-	-	-	-	-	(16.274)	29.188.020	-	29.171.746
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	9.913.322	9.913.322
Destinação do Resultado (Nota 25):										
. Remuneração ao Acionista										
Juros sobre o capital próprio antecipados	-	-	-	-	-	-	-	-	(738.365)	(738.365)
Juros sobre o capital próprio complementares	-	-	-	-	-	-	-	-	(771.600)	(771.600)
Dividendos pagos antecipadamente	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.967.296)	(1.967.296)
. Reserva legal	-	-	507.239	-	-	-	-	-	(507.239)	-
. Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	20.185	-	-	-	-	(20.185)	-
. Reserva para futuro aumento de capital	-	-	-	-	1.442.602	-	-	-	(1.442.602)	-
. Reserva para margem operacional	-	-	-	-	-	4.697.484	-	-	(4.697.484)	-
Em 31 de dezembro de 2010	29.557.415	-	843.997	61.215	1.442.602	4.697.484	93.189	29.203.363	-	65.899.265
Mutações no exercício	9.296.534	(106.631)	(675.679)	(38.493)	(259.312)	883.056	(16.274)	29.188.020	-	38.271.221

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



(continuação)

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO
SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Em milhares de reais)

	Reservas de lucros						Ajustes de avaliação patrimonial		Lucros acumulados	Total
	Capital Social	Aumento de capital em curso	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva para futuro aumento de capital	Reserva para margem operacional	De ativos próprios	De ativos de coligadas e controladas		
Em 1º julho de 2010	22.357.415	2.700.000	336.758	41.030	953.607	215.293	68.719	336.656	3.570.626	30.580.104
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	231.449	231.449
Aumento de capital (Nota 25)	7.200.000	(2.700.000)	-	-	-	-	-	-	-	4.500.000
Reversão de reservas	-	-	-	-	(953.607)	(215.293)	-	-	1.168.900	-
Dividendos complementares (Nota 25)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.168.900)	(1.168.900)
Ajustes de avaliação patrimonial (Nota 25)	-	-	-	-	-	-	24.470	28.866.707	-	28.891.177
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	6.342.696	6.342.696
Destinação do Resultado (Nota 25):										
. Remuneração ao Acionista										
. Juros sobre o capital próprio antecipados	-	-	-	-	-	-	-	-	(738.365)	(738.365)
. Juros sobre o capital próprio complementares	-	-	-	-	-	-	-	-	(771.600)	(771.600)
. Dividendos pagos antecipadamente	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.967.296)	(1.967.296)
. Reserva legal	-	-	507.239	-	-	-	-	-	(507.239)	-
. Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	20.185	-	-	-	-	(20.185)	-
. Reserva para futuro aumento de capital	-	-	-	-	1.442.602	-	-	-	(1.442.602)	-
. Reserva para margem operacional	-	-	-	-	-	4.697.484	-	-	(4.697.484)	-
Em 31 de dezembro de 2010	29.557.415	-	843.997	61.215	1.442.602	4.697.484	93.189	29.203.363	-	65.899.265
Mutações no semestre	7.200.000	(2.700.000)	507.239	20.185	488.995	4.482.191	24.470	28.866.707	(3.570.626)	35.319.161

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva de capital	Reservas de lucros				Ajustes de avaliação patrimonial		Lucros acumulados	Total
		Reserva de incentivos fiscais	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva para futuro aumento de capital	Reserva para margem operacional	De ativos próprios	De ativos de coligadas e controladas		
Em 1º de janeiro de 2009	13.879.407	106.631	1.182.918	58.678	748.307	2.920.942	156.963	4.684	6.208.091	25.266.621
Aumento de capital (Nota 25)	6.381.474	-	-	-	-	-	-	-	(2.000.000)	4.381.474
Dividendos complementares (Nota 25)	-	-	-	-	-	-	-	-	(7.129.034)	(7.129.034)
Reversão de Reserva de margem operacional (Nota 25)	-	-	-	-	-	(2.920.942)	-	-	2.920.942	-
Ajustes de avaliação patrimonial (Nota 25)	-	-	-	-	-	-	(47.500)	10.659	-	(36.841)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	6.735.169	6.735.169
Destinação do Resultado (Nota 25):										
. Reserva legal	-	-	336.758	-	-	-	-	-	(336.758)	-
. Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	41.030	-	-	-	-	(41.030)	-
. Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.207.798)	(1.207.798)
. Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	(381.547)	(381.547)
. Reserva para futuro aumento de capital	-	-	-	-	953.607	-	-	-	(953.607)	-
. Reserva para margem operacional	-	-	-	-	-	3.814.428	-	-	(3.814.428)	-
Em 31 de dezembro de 2009	20.260.881	106.631	1.519.676	99.708	1.701.914	3.814.428	109.463	15.343	-	27.628.044
Mutações no exercício	6.381.474	-	336.758	41.030	953.607	893.486	(47.500)	10.659	(6.208.091)	2.361.423

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

(continuação)

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES E SUAS CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA DO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

	BNDES			CONSOLIDADO		
	2º semestre de 2010	Exercício 2010	Exercício 2009	2º semestre de 2010	Exercício 2010	Exercício 2009
Atividades operacionais						
Lucro líquido do semestre / exercício	6.342.696	9.913.322	6.735.169	6.342.696	9.913.322	6.735.169
Ajustes que não afetam as disponibilidades	(4.007.131)	(7.137.194)	(4.621.528)	(972.318)	(2.840.468)	(1.173.858)
Constituição (reversão) da provisão para risco de crédito	(831.334)	(3.032.062)	21.588	(916.028)	(2.851.778)	5.703
Constituição (reversão) de provisões trabalhistas e cíveis	(16.925)	(22.536)	(642.356)	(5.126)	(26.436)	(584.812)
Constituição (reversão) de provisão para ajuste de investimentos	-	-	-	(301.147)	144.395	373.549
Resultado de participações em coligadas e controladas	(3.153.165)	(4.054.643)	(4.155.579)	12.180	(439.393)	(778.115)
Depreciação e amortização	8.372	16.485	16.346	29.793	23.720	21.113
Amortização de ágios	-	-	-	168.035	29.793	-
Realização (constituição) líquida de créditos tributários	(14.079)	(44.438)	138.473	39.975	279.231	(211.296)
Varição de ativos e obrigações	14.694.707	8.875.032	12.189.153	(55.404.942)	(63.600.861)	(4.736.271)
. Aumento líquido em créditos por financiamento	(49.396.402)	(80.675.926)	(54.857.266)	(43.811.946)	(75.245.389)	(67.473.201)
. Diminuição / (aumento) líquida em títulos e valores mobiliários	49.177.550	(2.437.443)	(26.579.561)	(42.265.617)	(96.845.992)	(31.383.997)
. Diminuição / (aumento) líquida nas demais contas do ativo	(1.858.410)	(1.623.825)	(3.361.612)	(5.244.628)	(6.043.421)	(4.960.631)
. Aumento líquido nas obrigações por empréstimos e repasses	27.934.183	111.251.711	90.129.810	28.324.028	113.642.206	90.343.498
. Aumento líquido de instrumento híbrido de capital	316.060	845.100	6.364.982	316.060	845.100	6.364.982
. Aumento / (diminuição) líquido nas obrigações por operações compromissadas	(10.039.370)	(13.740.763)	5.293.780	(10.039.370)	(13.740.763)	5.293.780
. Aumento / (diminuição) líquido nas obrigações por emissões de debêntures	(131.557)	(232.866)	(43.336)	2.066.781	2.167.652	1.253.475
. Aumento / (diminuição) líquido nas demais contas do passivo	848.005	(2.355.364)	(5.215.709)	19.864.632	16.233.983	(3.107.378)
. IR e CSLL pagos	(2.155.352)	(2.155.592)	458.065	(4.614.882)	(4.614.237)	(1.066.799)
Caixa líquido gerado pelas (consumido nas) atividades operacionais	17.030.273	11.651.160	14.302.794	(50.034.564)	(56.528.007)	825.040
Atividades de investimentos						
. Diminuição / (aumento) líquido do ativo permanente	(11.978.046)	(13.094.368)	(17.641.716)	54.323.222	55.172.645	(4.415.782)
. Recebimento de dividendos de coligadas	-	965.961	(840.176)	467.893	495.108	495.727
Caixa líquido gerado pelas (consumido nas) atividades de investimentos	(11.978.046)	(12.128.407)	(18.481.892)	54.791.115	55.667.753	(3.920.055)
Atividades de financiamentos						
. Aumento em obrigações por dívidas subordinadas	5.340.130	11.163.252	8.210.938	5.340.130	11.163.252	8.210.938
. Pagamento de dividendos	(922.862)	(2.511.324)	(8.448.494)	(1.028.212)	(2.616.674)	(8.448.494)
Caixa líquido gerado pelas (consumido nas) atividades de financiamentos	4.417.268	8.651.928	(237.556)	4.311.918	8.546.578	(237.556)
Aumento / redução das disponibilidades	9.469.494	8.174.681	(4.416.654)	9.068.469	7.686.324	(3.332.571)
Modificação na posição financeira						
Início do semestre / exercício	2.477.608	3.772.421	8.189.075	5.027.084	6.409.229	9.741.800
Saldo de caixa e equivalentes de caixa (1)	2.477.608	3.772.421	8.189.075	5.027.084	6.409.229	9.741.800
Final do semestre / exercício	11.947.102	11.947.102	3.772.421	14.095.553	14.095.553	6.409.229
Saldo de caixa e equivalentes de caixa (1)	11.947.102	11.947.102	3.772.421	14.095.553	14.095.553	6.409.229
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	9.469.494	8.174.681	(4.416.654)	9.068.469	7.686.324	(3.332.571)

(1) Inclui Disponibilidades, Aplicações interfinanceiras de liquidez e Cotas de fundos de investimento exclusivo do Banco do Brasil

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES E SUAS CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO DO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

	BNDES			CONSOLIDADO		
	2º semestre de 2010	Exercício 2010	Exercício 2009	2º semestre de 2010	Exercício 2010	Exercício 2009
RECEITAS	12.966.936	31.512.024	7.809.644	17.251.196	37.529.776	14.444.669
Intermediação financeira	11.776.469	28.028.442	9.135.164	13.661.188	30.908.241	13.202.194
Outras receitas operacionais	359.133	451.520	(1.303.932)	2.673.980	3.769.757	1.248.178
Reversão (Provisão) para devedores duvidosos	831.334	3.032.062	(21.588)	916.028	2.851.778	(5.703)
DESPESAS	8.488.483	21.972.752	2.803.640	9.086.942	23.891.415	6.475.995
Intermediação financeira	8.304.836	21.573.365	3.096.919	8.956.626	23.517.949	5.343.238
Outras despesas operacionais	183.647	399.387	(293.279)	130.316	373.466	1.132.757
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	107.797	166.935	176.338	197.047	386.518	604.989
Materiais, energia e outros	14.848	25.448	31.911	21.642	37.500	41.865
Serviços de terceiros	92.949	141.487	144.427	135.430	204.623	189.575
Perda (recuperação) de valores ativos	-	-	-	39.975	144.395	373.549
VALOR ADICIONADO BRUTO	4.370.656	9.372.337	4.829.666	7.967.207	13.251.843	7.363.685
RETENÇÕES	8.372	16.485	16.346	12.179	23.720	21.113
Depreciação, amortização e exaustão	8.372	16.485	16.346	12.179	23.720	21.113
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	4.362.284	9.355.852	4.813.320	7.955.028	13.228.123	7.342.572
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	3.227.644	4.129.525	4.155.716	1.450.515	2.742.934	3.204.563
Resultado de equivalência patrimonial	3.153.165	4.054.643	4.155.579	301.147	439.393	778.115
Dividendos e juros sobre capital próprio	74.479	74.882	137	1.149.368	2.303.541	2.426.448
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	7.589.928	13.485.377	8.969.036	9.405.543	15.971.057	10.547.135
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	7.589.928	13.485.377	8.969.036	9.405.543	15.971.057	10.547.135
Pessoal e encargos	303.454	4,0%	567.245	4,2%	609.646	6,8%
Participação dos empregados nos lucros	106.736	1,4%	106.736	0,8%	65.588	0,7%
Impostos, taxas e contribuições	819.014	10,8%	2.873.617	21,3%	1.545.653	17,2%
Aluguéis	18.028	0,2%	24.457	0,2%	12.980	0,1%
Juros sobre capital próprio e dividendos	3.477.261	45,8%	3.477.261	25,8%	1.589.345	17,7%
Lucros retidos	2.865.435	37,8%	6.436.061	47,7%	5.145.824	57,5%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



(continuação)

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES E SUAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

1. Contexto operacional**1.1 Histórico**

O BNDES foi criado em 20 de junho de 1952, pela Lei n.º 1.628, como Autarquia Federal. Posteriormente, com a Lei n.º 5.662 e o Decreto n.º 68.786, ambos de 21 de junho de 1971, foi transformado em empresa pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio e sujeita às normas gerais orçamentárias e contábeis e à disciplina normativa do Conselho Monetário Nacional - CMN.

1.2 Objetivos e atuação

O Sistema BNDES é o principal instrumento do Governo Federal para os financiamentos de longo prazo, com ênfase no estímulo à iniciativa privada nacional.

O BNDES apresenta uma estrutura voltada para promover o desenvolvimento nacional e a geração de empregos, priorizando:

- investimentos em infra-estrutura;
- investimentos em insumos básicos, para retomada do crescimento industrial;
- exportações;
- tecnologia nacional;
- fomento a pequenas e médias empresas; e
- integração continental para a América do Sul.

Além da atuação como banco de desenvolvimento, o BNDES tem um papel importante na formulação de políticas de desenvolvimento nacional e na identificação de soluções para problemas estruturais da economia brasileira.

O BNDES atua também através das subsidiárias integrais BNDES Participações S.A. - BNDESPAR, que investe em empresas nacionais através da subscrição de ações e debêntures conversíveis, Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME, que apóia a expansão e modernização da indústria brasileira através do financiamento à compra de máquinas e equipamentos e à exportação de bens de capital e serviço, e BNDES Limited, empresa sediada em Londres, Inglaterra, cujo objetivo é atuar como holding para investir em títulos e valores mobiliários em qualquer país contribuindo para a internacionalização de empresas brasileiras. A BNDES Limited está em fase pré-operacional.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras – adoção das Leis n.º 11.638/07, n.º 11.941/09 e normativos emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, normas técnicas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM e normas do Banco Central do Brasil - BACEN e estão sendo apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei n.º 11.638/07 e, em 27 de maio de 2009, a Lei n.º 11.941/09, que alteram, revogam e introduzem novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976), notadamente em relação ao capítulo XV que trata de matéria contábil.

Embora o Banco Central do Brasil não tenha ainda se manifestado a respeito de todas as alterações introduzidas pela referida Lei e pelos Pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, até a adequação completa das normas no COSIF, a Administração decidiu adotar pela primeira vez a Lei n.º 11.638/07 e a Lei n.º 11.941/09, optando pela data de transição em 1º de janeiro de 2008, com base no § 1º do art. 186 da Lei n.º 6.404/76 e subsidiariamente as normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, não conflitantes com as regulamentações do Banco Central.

Além disso, a Administração optou pela não adoção antecipada dos Pronunciamentos Técnicos emitidos no exercício de 2009, que entrarão em vigor em 2010. Dessa forma, no exercício de 2009, foram adotadas apenas os Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo CPC até o fim do exercício de 2008 (CPC 01 a 14), não conflitantes com as regulamentações do Banco Central do Brasil. Com isso, os Pronunciamentos Técnicos CPC n.º 15 a 40 e interpretações diversas serão adotados, quando for o caso, e quando não for conflitante com as regulamentações do Banco Central. Os efeitos advindos da possível adoção antecipada não foram mensurados.

As Demonstrações financeiras da BNDESPAR, subsidiária integral do BNDES, relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2010, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Os efeitos da adoção desses pronunciamentos no que diz respeito a ajuste a valor de mercado dos instrumentos financeiros foram recepcionados nas demonstrações do BNDES com base nas circulares n.ºs 3068/2001 e 3082/2002 do Banco Central do Brasil. As demonstrações financeiras estão complementadas pela adoção dos CPCs da controlada BNDESPAR.

As demonstrações financeiras do BNDES e Consolidado foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 18 de março de 2011.

3. Critérios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem o BNDES e suas controladas integrais FINAME, BNDESPAR e BNDES Limited. O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultados corresponde à soma horizontal dos saldos das contas do ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a natureza de cada saldo, complementada com as seguintes eliminações:

- (i) participações no capital, reservas e resultados acumulados mantidos entre as Instituições;
- (ii) saldos das operações entre o BNDES e suas subsidiárias e outros saldos, integrantes do ativo e/ou passivo, mantidos entre as Instituições;
- (iii) saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, que não ocorreram no período, decorrentes de negócios entre as Instituições;
- (iv) dos tributos sobre a parcela de lucro não realizado e apresentado como tributos diferidos nos balanços patrimoniais consolidados.

4. Sumário das principais práticas contábeis**4.1 Regime de apuração do resultado**

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos, sendo apropriadas ao resultado do exercício a medida que incorram. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

As demais receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência, observando-se o critério “pro-rata” dia para as de natureza financeira.

4.2 Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

4.3 Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

De acordo com o estabelecido pela Circular n.º 3.068, de 8 de novembro de 2001, do Banco Central do Brasil, e pela Lei n.º 11.638/07, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam:

- a) títulos para negociação;
- b) títulos disponíveis para venda; e
- c) títulos mantidos até o vencimento.

Os títulos classificados como para negociação e disponíveis para venda são avaliados, na data do balanço, pelo seu valor de mercado e os classificados como títulos mantidos até o vencimento são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Os ajustes a valor de mercado dos títulos classificados como para negociação são contabilizados em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período.

Os ajustes a valor de mercado dos títulos classificados como disponíveis para venda são contabilizados em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários, sendo transferidos para o resultado do período, quando da efetiva realização, por meio da venda definitiva dos respectivos títulos e valores mobiliários.

As aplicações em fundos de investimentos são valorizadas diariamente e, portanto, já estão ajustadas a valor de mercado, sendo as contrapartidas registradas no resultado.

Os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações de *swap* e operações com mercado de futuros são contabilizados de acordo com os seguintes critérios:

- operações de *swap* – os valores referenciais são registrados em contas de compensação e o diferencial a receber ou a pagar, contabilizados em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa “pro rata” até a data do balanço;
- operações com mercado de futuros – os valores referenciais são registrados em contas de compensação e os valores a receber e/ou a pagar referentes aos ajustes diários, são registrados em contas patrimoniais, tendo como contrapartida as contas de resultado. Essas operações têm liquidação diária.

O Banco Central do Brasil, por meio da Circular n.º 3.082/2002, estabeleceu critérios de avaliação e classificação para os instrumentos financeiros derivativos.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são avaliados, na data do balanço, a valor de mercado, contabilizando a valorização ou a desvalorização com instrumentos financeiros derivativos não considerados como “hedge” ou como “hedge” de risco de mercado, em conta de receita ou despesa, no resultado do exercício.

(continuação)

4.4 Operações de crédito, repasses interfinanceiros, debêntures, venda a prazo de títulos e valores mobiliários, direitos recebíveis e provisão para risco de crédito.

As operações de crédito, repasses interfinanceiros, debêntures, venda a prazo de títulos e valores mobiliários e direitos recebíveis são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução n.º 2.682 do Banco Central do Brasil, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo).

As rendas das operações (de crédito e repasses interfinanceiros) vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H", se inadimplentes, permanecem nessa classificação por até seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de créditos que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos.

A provisão para risco de crédito, considerada suficiente pela Administração, atende aos critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil – por meio da Resolução n.º 2.682.

4.5 Investimentos

Os investimentos em empresas coligadas, consideradas aquelas em que o Banco possui influência significativa nos termos da Lei n.º 11.941/09, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos estão demonstrados ao custo e, quando aplicável, ajustados para o seu valor de provável realização.

Os dividendos e os juros sobre o capital próprio, declarados de investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial, são registrados reduzindo o valor das respectivas participações societárias. Os dividendos e os juros sobre o capital próprio dos investimentos avaliados ao custo de aquisição são creditados diretamente ao resultado do período.

Os ágios apurados na aquisição de investimentos, cujos fundamentos econômicos não são identificados, são amortizados integralmente. Os decorrentes de expectativa de resultados futuros são submetidos ao teste de recuperabilidade a que se refere à Deliberação n.º 527 da Comissão de Valores Mobiliários – CVM – de 1º de novembro de 2007.

Os deságios decorrentes de aquisição de investimentos cujo fundamento econômico não é identificado (outras razões econômicas) serão baixados quando ocorrer a alienação dos investimentos.

4.6 Imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil estimada dos bens.

4.7 Intangível

O ativo intangível está registrado ao custo de aquisição ou formação, líquido das respectivas amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear.

4.8 Atualização monetária de direitos e obrigações

Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação cambial ou de índices, são atualizados até a data do balanço. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas no resultado do período.

4.9 Benefícios a empregados

a) Plano de aposentadoria complementar

O BNDES e suas subsidiárias oferecem aos seus empregados um plano de aposentadoria complementar. O plano é financiado por pagamentos a um fundo fiduciário, determinados por cálculos atuariais periódicos. O plano é de benefício definido.

Os ativos atuariais, determinados pelos atuários consultores, não são reconhecidos como ativo do patrocinador em função da impossibilidade de compensação de tais valores com contribuições futuras, conforme determinado no regulamento do fundo de pensão.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de ganhos ou perdas atuariais e de custos de serviços passados não reconhecidos. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o Método de Crédito Unitário Projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

As dívidas contratadas entre o BNDES e o plano de pensão são consideradas na determinação de um passivo adicional referente a contribuições futuras que não serão recuperáveis.

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das

premissas atuariais, que excederem 10% do valor dos ativos do plano ou 10% dos passivos do plano, são debitados ou creditados ao resultado no período esperado de serviço remanescente dos funcionários.

b) Plano de assistência médica

O BNDES e suas subsidiárias oferecem um benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados. O direito a esses benefícios é, geralmente, condicionado à permanência do empregado no emprego até a idade de aposentadoria e à conclusão de um tempo mínimo de serviço. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período do emprego, dispondo da mesma metodologia contábil que usada para os planos de pensão de benefício definido.

Os ganhos e as perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e na mudança das premissas atuariais que excederem 10% do valor dos ativos do plano ou 10% dos passivos do plano, são debitados ou creditados ao resultado no período esperado de serviço remanescente dos funcionários. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados.

c) Benefícios de rescisão

O BNDES e suas subsidiárias reconhecem os benefícios de rescisão quando está, de forma demonstrável, comprometido com a rescisão dos atuais empregados de acordo com um plano formal detalhado, o qual não pode ser suspenso ou cancelado, ou o fornecimento de benefícios de rescisão como resultado de uma oferta feita para incentivar a demissão voluntária. Os benefícios que vencem em mais de 12 meses após a data do balanço são descontados a seu valor presente.

d) Participação nos lucros

O BNDES e suas subsidiárias reconhecem um passivo e uma despesa de participação nos resultados (apresentado no item "Participação dos Empregados no Lucro" na demonstração do resultado). O BNDES reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada.

4.10 Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda foi constituída com base no lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal pela alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10%, sobre bases tributáveis que excedam R\$ 20 mil no mês (R\$ 240 mil no exercício) de acordo com a legislação em vigor. A contribuição social, para o BNDES e FINAME, foi constituída à alíquota de 15% e 9% para a BNDESPAR.

O imposto de renda e contribuição social diferidos, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos tributários".

4.11 Estimativas contábeis

A elaboração das Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas regulamentares do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários, requer que a Administração use julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem notadamente a provisão para risco de crédito, provisão para contingências, provisão para impostos e contribuições e realização de créditos tributários. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá ser efetuada por valores diferentes dos estimados devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro			
	2010	2009	2010	2009
	BNDES		Consolidado	
Disponibilidades	8.009	2.972	15.897	4.750
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 6)	10.113.958	2.006.817	10.113.958	2.006.817
Títulos e valores mobiliários Cotas de fundos exclusivos (Nota 7.4)	1.825.135	1.762.632	3.965.698	4.397.662
	11.947.102	3.772.421	14.095.553	6.409.229

6. Aplicações interfinanceiras de liquidez

6.1 Aplicações em carteira de câmbio

O saldo dessas operações de curto prazo, em 31 de dezembro de 2010, monta em R\$ 1.689.615 mil (R\$ 991 mil em 31 de dezembro de 2009).

6.2 Aplicações em operações compromissadas

O BNDES realizou operações de compra de títulos com compromisso de revenda (mercado de balcão), de curto prazo, lastreadas em títulos públicos federais, com saldo de R\$ 24.343 mil em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 5.826 mil em 31 de dezembro de 2009).

6.3 Aplicações em depósitos interfinanceiros

Em 2008, o BNDES começou a realizar aplicações de curto prazo registradas na CETIP. Em 31 de dezembro de 2010, o saldo de aplicações em depósitos interfinanceiros era de R\$ 8.400.000 mil (R\$ 2.000.000 mil em 31 de dezembro de 2009).



<



(continuação)

Em 31 de dezembro								R\$ mil
2009								
BNDES								
Sem Vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total	
Líves:								
Títulos para negociação:								
Público:								
Cotas de fundo de investimento exclusivo do Banco do Brasil	1.762.632	-	-	-	-	-	1.762.632	
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	2.786.327	-	-	-	-	2.786.327	
Notas do Tesouro Nacional – Série B – NTN-B	-	89.776	-	-	-	-	89.776	
	1.762.632	2.876.103	-	-	-	-	4.638.735	
Títulos disponíveis para venda:								
Público:								
Debêntures disponíveis para venda	-	-	90.760	-	-	-	90.760	
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	-	-	4	1.088.879	-	1.088.883	
Letras do Tesouro Nacional – LTN	-	-	1.841.756	-	-	-	1.841.774	
Notas do Tesouro Nacional – Série B – NTN-B	-	12.408	609.326	-	271.752	2.145.600	3.058.249	
Notas do Tesouro Nacional – Série F – NTN-F	-	271.346	2.423.765	2.922.056	-	-	5.617.167	
Privado:								
Debêntures	-	-	44.918	736.287	411.343	118.570	1.311.118	
	-	283.754	64.099	5.701.894	3.333.403	1.479.201	2.145.600	13.007.951
Títulos mantidos até o vencimento:								
Público:								
Debêntures	-	-	25.184	48.058	229.644	1.554.386	1.857.272	
Notas do Tesouro Nacional – Série B – NTN-B	-	10.754	463.732	179.944	-	2.092.187	2.746.617	
Notas do Tesouro Nacional – Série F – NTN-F	-	239.954	-	-	4.297.412	-	4.537.366	
Privado:								
Debêntures	-	9.829	29.704	92.186	276.927	510.357	919.003	
Notas Promissórias	-	-	50.794	-	-	-	50.794	
	-	260.537	569.414	320.188	506.571	6.362.155	2.092.187	10.111.052
Vinculados a compromissos de recompra:								
Títulos disponíveis para venda (Público):								
Notas do Tesouro Nacional – Série F – NTN-F	-	87.788	-	485.221	1.207.470	-	1.780.479	
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	1.690.933	-	1.690.933	
Notas do Tesouro Nacional – Série B – NTN-B	-	39.808	24.412	2.224.153	2.273.420	504.099	5.065.892	
Letras do Tesouro Nacional – LTN	-	-	-	806.546	-	-	806.546	
Títulos mantidos até o vencimento (Público):								
Notas do Tesouro Nacional – Série F – NTN-F	-	37.355	-	-	685.127	-	722.482	
Notas do Tesouro Nacional – Série B – NTN-B	-	-	30.263	-	-	3.979.324	4.009.587	
	-	164.951	54.675	3.515.920	1.207.470	4.649.480	4.483.423	14.075.919
Vinculados à Prestação de Garantias (Público)								
Títulos mantidos até o vencimento:								
Letras Financeiras do Tesouro – Série A – LFT-A	-	4.381	13.143	35.047	21.905	-	74.476	
	-	16.812	74.164	-	-	-	90.976	
								(79.820)
								(1.631)
								(81.451)
Total								41.917.658

Em 31 de dezembro								R\$ mil
2010								
Consolidado								
Sem Vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total	
Líves:								
Títulos para negociação:								
Público:								
Cotas de fundos exclusivos	3.965.698	-	-	-	-	-	3.965.698	
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	4.992.576	-	-	-	-	4.992.576	
Notas do Tesouro Nacional – série B – NTN-B	-	104.299	-	-	-	-	104.299	
	3.965.698	5.096.875	-	-	-	-	9.062.573	
Títulos disponíveis para venda:								
Público:								
Ações de companhias abertas e bônus de subscrição	54.902.741	-	-	-	-	-	54.902.741	
Debêntures	-	-	135.102	459.724	363.029	-	957.855	
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	-	-	899.563	-	-	899.563	
Letras do Tesouro Nacional – LTN	-	1.090.852	1.847.843	-	-	-	2.938.695	
Notas do Tesouro Nacional – Série B – NTN-B	-	10	22.884	467	1.269.173	1.092.367	2.384.901	
Notas do Tesouro Nacional – Série F – NTN-F	-	106.501	-	853.809	1.243.673	-	2.203.983	
Privado:								
Debêntures	-	260	234.667	1.826.906	3.549.379	2.786.052	4.709.641	13.106.905
Ações	41.004.866	-	-	-	-	-	41.004.866	
Cotas de fundos mútuos de investimentos e de participações	2.022.829	-	-	-	-	-	2.022.829	
	97.930.436	1.197.623	2.240.496	3.140.906	7.324.817	2.786.052	5.802.008	120.422.338
Títulos mantidos até o vencimento:								
Público:								
Debêntures	-	-	-	32.039	946.571	1.491.483	2.470.093	
Notas do Tesouro Nacional – Série B – NTN-B	-	-	253.289	-	-	6.438.471	6.691.760	
Notas do Tesouro Nacional – Série F – NTN-F	-	277.308	-	-	5.082.394	-	5.359.702	
Privado:								
Debêntures	-	1.964	-	153.231	540.913	611.111	1.307.219	
	-	279.272	253.289	185.270	1.487.484	7.184.988	6.438.471	15.828.774
Vinculados a compromissos de recompra:								
Títulos disponíveis para venda (Público):								
Notas do Tesouro Nacional – Série B – NTN-F	-	-	-	-	-	-	-	
Letras do Tesouro Nacional – LTN	-	-	-	-	-	-	-	
Títulos mantidos até o vencimento (Público):								
Notas do Tesouro Nacional – Série B – NTN-B	-	-	-	-	-	-	-	
	-	-	-	-	-	-	-	
Instrumentos financeiros derivativos								
	555.668	833	-	-	-	-	556.501	
Vinculados à Prestação de Garantias (Público):								
Títulos mantidos até o vencimento:								
Letras Financeiras do Tesouro – Série A – LFT-A	-	4.823	14.469	38.585	4.823	-	62.700	
	555.668	5.656	14.469	38.585	4.823	-	619.201	
								(1.086)
								(2.245)
								(3.331)
Total								145.929.555



(continuação)							
							R\$ mil
Em 31 de dezembro							
2009							
Consolidado							
Sem Vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total
Líves:							
Títulos para negociação:							
Público:							
Cotas de fundo de investimento exclusivo do Banco do Brasil							
4.397.662	-	-	-	-	-	-	4.397.662
-	2.786.327	-	-	-	-	-	2.786.327
-	89.776	-	-	-	-	-	89.776
4.397.662	2.876.103	-	-	-	-	-	7.273.765
Títulos disponíveis para venda:							
Público:							
Debêntures							
-	-	-	90.760	-	-	-	90.760
-	-	-	-	4	1.088.879	-	1.088.883
-	-	18	1.841.756	-	-	-	1.841.774
-	12.408	19.163	609.326	-	271.752	2.145.600	3.058.249
-	271.346	-	2.423.765	2.922.056	-	-	5.617.167
Privado:							
Debêntures							
-	-	44.918	736.287	411.343	118.570	2.265.280	3.576.398
Ações de companhias abertas e bônus de subscrição							
69.159	-	-	-	-	-	-	69.159
1.579.884	-	-	-	-	-	-	1.579.884
1.649.043	283.754	64.099	5.701.894	3.333.403	1.479.201	4.410.880	16.922.274
Títulos mantidos até o vencimento:							
Público:							
Debêntures							
-	-	25.184	48.058	377.910	1.964.676	-	2.415.828
-	10.754	463.732	179.944	-	-	2.092.187	2.746.617
-	239.954	-	-	-	4.297.412	-	4.537.366
Privado:							
Debêntures							
-	127.554	29.704	323.575	1.660.031	3.065.070	1.152.854	6.358.788
-	-	50.794	-	-	-	-	50.794
-	378.262	569.414	551.577	2.037.941	9.327.158	3.245.041	16.109.393
Vinculados a compromissos de recompra:							
Títulos disponíveis para venda (Público):							
Notas do Tesouro Nacional Série F – NTN-F							
-	87.788	-	485.221	1.207.470	-	-	1.780.479
Letras Financeiras do Tesouro – LFT							
-	-	-	-	-	1.690.933	-	1.690.933
Notas do Tesouro Nacional – Série B – NTN-B							
-	39.808	24.412	2.224.153	-	2.273.420	504.099	5.065.892
Letras do Tesouro Nacional – LTN							
-	-	-	806.546	-	-	-	806.546
Títulos mantidos até o vencimento (Público):							
Notas do Tesouro Nacional – Série F – NTN-F							
-	37.355	-	-	-	685.127	-	722.482
-	-	30.263	-	-	-	3.979.324	4.009.587
-	164.951	54.675	3.515.920	1.207.470	4.649.480	4.483.423	14.075.919
Instrumentos financeiros derivativos							
-	16.812	74.164	-	-	-	-	90.976
Vinculados à Prestação de Garantias (Público):							
Títulos mantidos até o vencimento:							
Letras Financeiras do Tesouro – Série A – LFT-A							
-	4.381	13.143	35.047	21.905	-	-	74.476
6.046.705	3.724.263	775.495	9.804.438	6.600.719	15.455.839	12.139.344	54.546.803
Provisão para risco de crédito – Debêntures – Setor Privado							(262.439)
Provisão para risco de crédito – Debêntures – Setor Público							(3.487)
							(265.926)
Total							54.280.877

7.4 Fundos de investimentos exclusivos

O BNDES, em 31 de dezembro de 2010, possui investimentos em fundos exclusivos administrados pelo Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal e estão classificados, de acordo com a Circular n.º 3.068, de 8 de novembro de 2001, do Banco Central do Brasil, como títulos para negociação.

A carteira dos Fundos são compostas basicamente por títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional e custodiados no Sistema de Liquidação e Custódia – SELIC

Apresenta-se a seguir a composição da carteira de títulos dos Fundos:

				R\$ mil
Em 31 de dezembro				
2010		2009		
BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado	
Fundo BB Extramercado (*)				
ATIVO				
Disponibilidades	2.012	6.017	5.067	15.045
Operações compromissadas				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	806.858	1.709.040	1.639.986	2.533.283
Títulos e valores mobiliários				
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	413.098	1.647.610	81.951	1.813.866
Outros	1	2	2	5
	1.221.969	3.362.669	1.727.006	4.362.199
PASSIVO				
Valores a pagar	(84)	(221)	(363)	(526)
	(84)	(221)	(363)	(526)
Sub total				
1.221.885	3.362.448	1.726.643	4.361.673	

				R\$ mil
Em 31 de dezembro				
2010		2009		
BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado	
Fundo BB GAIA FI RF				
ATIVO				
Disponibilidades	4	4	5	5
Operações compromissadas				
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	13.879	13.879	-	-
Letras do Tesouro Nacional- LTN	-	-	35.538	35.538
Títulos e valores mobiliários				
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	64.071	64.071	451	451
	77.954	77.954	35.994	35.994
PASSIVO				
Valores a pagar	(5)	(5)	(5)	(5)
	(5)	(5)	(5)	(5)
Sub total				
77.949	77.949	35.989	35.989	
Fundo FI Caixa Progresso Curto Prazo				
ATIVO				
Disponibilidades	2	2	-	-
Operações compromissadas				
Notas do Tesouro Nacional – NTN	525.307	525.307	-	-
	525.309	525.309	-	-
PASSIVO				
Valores a pagar	(8)	(8)	-	-
	(8)	(8)	-	-
Sub total				
525.301	525.301	-	-	
TOTAL				
1.825.135	3.965.698	1.762.632	4.397.662	

(*) Inclui os fundos BB Urano 2 (Finame), BB Extramercado Exclusivo 23 FI RF (Bndespar) e BB Milênio 28 FI Renda Fixa (BNDES), com políticas de investimento semelhantes.

(continuação)

Composição dos títulos integrantes do ativo dos Fundos por prazo de vencimento:

	R\$ mil							
	Em 31 de dezembro de 2010							
	BNDES							
	Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total
Quantidade								
Fundo BB Extramercado								
Operações compromissadas								
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	179.710	-	806.858	-	-	-	-	806.858
Títulos e valores mobiliários								
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	91.844	-	-	15.743	370.368	26.987	-	413.098
	-	806.858	-	15.743	370.368	26.987	-	1.219.956
Fundo BB GAIA FI RF								
Operações compromissadas								
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	3.091	-	13.879	-	-	-	-	13.879
Títulos e valores mobiliários								
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	14.245	-	-	607	4.093	48.128	11.243	64.071
	-	13.879	607	4.093	48.128	11.243	-	77.950
Fundo FI Caixa Progresso Curto Prazo								
Operações compromissadas								
Notas do Tesouro Nacional – NTN	262.402	-	-	525.307	-	-	-	525.307
	-	-	-	525.307	-	-	-	525.307
Total	-	820.737	607	545.143	418.496	38.230	-	1.823.213

	R\$ mil							
	Em 31 de dezembro de 2009							
	BNDES							
	Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total
Quantidade								
Fundo BB Extramercado								
Operações compromissadas								
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	400.788	-	1.639.986	-	-	-	-	1.639.986
Títulos e valores mobiliários								
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	20.000	-	81.951	-	-	-	-	81.951
	-	1.721.937	-	-	-	-	-	1.721.937
Fundo BB GAIA FI RF								
Operações compromissadas								
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	8.685	-	35.538	-	-	-	-	35.538
Títulos e valores mobiliários								
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	110	-	-	-	451	-	-	451
	-	35.538	-	-	451	-	-	35.989
Total	-	1.757.475	-	-	451	-	-	1.757.926

	R\$ mil							
	Em 31 de dezembro de 2010							
	Consolidado							
	Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total
Quantidade								
Fundo BB Extramercado								
Operações compromissadas								
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	380.706	-	1.709.040	-	-	-	-	1.709.040
Títulos e valores mobiliários								
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	366.312	-	1.565	62.677	319.203	1.186.713	77.452	1.647.610
	-	1.710.605	62.677	319.203	1.186.713	77.452	-	3.356.650
Fundo BB GAIA FI RF								
Operações compromissadas								
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	3.091	-	13.879	-	-	-	-	13.879
Títulos e valores mobiliários								
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	14.245	-	-	607	4.093	48.128	11.243	64.071
	-	13.879	607	4.093	48.128	11.243	-	77.950
Fundo FI Caixa Progresso Curto Prazo								
Operações compromissadas								
Notas do Tesouro Nacional – NTN	262.402	-	-	525.307	-	-	-	525.307
	-	-	-	525.307	-	-	-	525.307
Total	-	1.724.484	63.284	848.603	1.234.841	88.695	-	3.959.907

	R\$ mil							
	Em 31 de dezembro de 2009							
	Consolidado							
	Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total
Quantidade								
Fundo BB Extramercado								
Operações compromissadas								
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	1.259.076	-	2.533.283	-	-	-	-	2.533.283
Títulos e valores mobiliários								
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	442.669	-	375.075	-	267.688	1.011.299	159.804	1.813.866
	-	2.908.358	-	267.688	1.011.299	159.804	-	4.347.149
Fundo BB GAIA FI RF								
Operações compromissadas								
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	8.685	-	35.538	-	-	-	-	35.538
Títulos e valores mobiliários								
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	110	-	-	-	451	-	-	451
	-	35.538	-	-	451	-	-	35.989
	-	2.943.896	-	267.688	1.011.750	159.804	-	4.383.138

De acordo com a circular do BACEN n.º 3.068, os títulos para negociação são classificados no ativo circulante independentemente dos seus vencimentos.

7.5 Cotas de fundos mútuos de investimento e de participações

Estas aplicações são administradas por instituições financeiras privadas. As cotas destes fundos são avaliadas pelos valores das cotas divulgadas pelo respectivo administrador na data base do balanço.

Fundo	Administrador	R\$ mil	
		31/12/2010	31/12/2009
- PROT – Fundo de Investimento em Participações	Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos Mobiliários S.A.	668.473	867.574
- Brasil Energia – Fundo de Investimentos em Participações	Banco Bradesco S.A.	315.427	258.875
- Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	Credit Suisse Brasil	298.196	-
- InfraBrasil – Fundo de Investimentos em Participações	Banco ABN Amro Real S.A.	151.751	95.789
- AG Angra Infra-Estrutura - Fundo de Investimento em Participações	Banco Bradesco S.A.	82.253	63.351
- Fundo de Investimentos Cia. Paulista Trens Metropolitanos	Banco Bradesco S.A.	55.412	67.851
- Logística Brasil – Fundo de Investimento em Participações	Banco Bradesco S.A.	56.889	30.600
- Fundo de Invest. Em Partic. Governança e Gestão – FIPGG	Governança & Gestão Investimentos	38.778	38.827
- Fundo de Investimento em Participações Caixa Modal Oleo e Gas	Caixa Econômica Federal	18.502	-
- FIP Terra Viva - Fundo de Investimento em Participações	DGF Gestão de Fundos Ltda	29.494	856
- Fundo Brascan de Petróleo e Gás	Banco Brascan S.A.	16.728	16.749
- Brasil Mezanino Infra-estr. fdo. Inv. em Participações	Darby Stratus Administração de Investimentos Ltda	22.550	12.731
- Fundo Mútuo Invest em Empresas Emergentes CRIATEC	BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	22.803	13.603
- Fundo de Investimento em Participações Caixa Ambiental	Caixa Econômica Federal	31.522	2.673
- BR Educacional Fundo de Investimento em Participações	BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	36.074	15.000
- CRP VI Venture Fundo Mútuo de Invest. Empr. Emergentes	CRP Companhia de Participações S.A.	12.203	10.506
- RB Cinema I – Fundo Financiamento Ind. Cinematográfica Nacional	Rio Bravo Investimentos S.A.	11.413	11.802
-Fundo Brasil Agronegócio - Fundo de Investimento em Participações	Banco Bradesco S.A.	6.880	-
- Fire - Fundo Mútuo de Investimento em Empresas Emergentes	BrasilPrivate Consultoria e Participações Ltda.	-	7.923
- Opportunity Equity Partners – FIA	Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos Mobiliários S.A.	4.713	4.850
- Brasil 21 – Fundo Mútuo de Investimento em Empresas Emergentes	Dynamo Administradora de Recursos Ltda.	2.714	5.953
- Outros		140.054	54.371
Total		2.022.829	1.579.884

Os fundos mútuos de investimento em empresas emergentes Fire – Fundo Mútuo de Investimento em Empresas Emergentes e Brasil 21 – Fundo Mútuo de Investimento em Empresas Emergentes – foram constituídos sob a forma de condomínios fechados, tendo somente aportes da BNDESPAR, com prazo de duração de oito anos. Esses fundos estão em fase de desinvestimentos.

As aplicações em fundos mútuos de investimento e de participações estão valorizadas pela cota de cada fundo, informada pelos respectivos administradores, designados ao resultado como atualização do investimento. Não há diferença entre o valor atualizado e o valor de mercado.

8. Debêntures

8.1 Debêntures disponíveis para venda

Tradicionalmente, o BNDES, por meio de sua subsidiária BNDESPAR, exerce a função de fomentar o desenvolvimento do mercado de ações. Faltava ao BNDES uma ação direcionada a apoiar o desenvolvimento do mercado brasileiro de dívida corporativa. Para tanto, em agosto de 2006, foram estabelecidas as normas aplicáveis à subscrição de debêntures simples, pelo BNDES, em ofertas públicas, e à negociação desses valores mobiliários no mercado secundário com o objetivo de apoiar tanto novas emissões, quanto girar os ativos adquiridos de forma a ajudar ao aumento da liquidez do mercado local.



(continuação)

A subscrição de debêntures de colocação pública está limitada a operações de baixo risco de crédito e devem ter as seguintes características:

- Participação limitada a 15% da oferta;
- Setores apoiados pelo BNDES;
- Recursos captados destinados a financiar:
 - investimentos fixos;
 - capital de giro;
 - gastos em P&D ou em outros ativos intangíveis;
 - fusões e aquisições (nos casos em que os ganhos de escala são importantes para impulsionar a expansão das atividades da empresa);
 - reestruturação financeira, se for considerada passo necessário para viabilizar investimentos ou parcerias subseqüentes.
- Adoção de práticas de distribuição e negociação que privilegiem a dispersão dos títulos no mercado, a liquidez, inclusive com participação do formador de mercado, a padronização das cláusulas e as boas práticas de governança corporativa.

A atuação no mercado secundário deverá seguir os princípios de competitividade e de transparência na formação do preço, com preferência a que as operações sejam efetuadas através de plataformas eletrônicas ou, sendo operações efetuadas fora de plataforma eletrônica, que as mesmas sejam referendadas por cotações disponíveis em plataformas eletrônicas.

As debêntures que possuem derivativos embutidos, registradas na BNDESPAR foram reconhecidas no Sistema BNDES com base na circular n.º 3082/2002 que requer a separação dos derivativos do instrumento principal.

O instrumento principal foi designado como disponível para venda e o derivativo é avaliado a valor justo com o efeito reconhecido no resultado.

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
Saldos do BNDES	2.304.844	1.401.878
Saldos da BNDESPAR	11.759.916	2.265.280
	14.064.760	3.667.158

8.2 Debêntures mantidas até o vencimento

Essas debêntures representam uma modalidade de apoio financeiro e não de aplicação financeira, sendo contratadas diretamente com os emissores e realizadas no vencimento ou convertidas/transformadas em participações societárias de acordo com cláusulas contratuais. Em função das características destes títulos, estes são avaliados de acordo com as normas definidas pela Resolução n.º 2.682 do Banco Central do Brasil – BACEN, conforme demonstrado na Nota 8.2.4.

8.2.1 Composição das debêntures mantidas até o vencimento:

	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro			
	2010		2009	
	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
Valor bruto	2.718.869	3.777.312	2.776.275	8.774.616
Provisão para risco de crédito	(2.670)	(3.331)	(81.451)	(265.926)
Valor líquido	2.716.199	3.773.981	2.694.824	8.508.690
Curto prazo	1.964	1.964	64.529	180.534
Longo prazo	2.714.235	3.772.017	2.630.295	8.328.156
Total	2.716.199	3.773.981	2.694.824	8.508.690

8.2.2 Distribuição da carteira bruta por setor de atividade:

	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro			
	2010		2009	
	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
Setor público	1.952.563	2.470.093	1.857.272	2.415.828
Setor privado				
Indústria	91.610	91.610	287.081	2.497.246
Outros serviços	674.696	1.215.609	631.922	3.861.542
	766.306	1.307.219	919.003	6.358.788
Total	2.718.869	3.777.312	2.776.275	8.774.616

8.2.3 Distribuição da carteira bruta por vencimento:

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro	
	2010	
	BNDES	Consolidado
Vencido	-	-
A vencer:		
2011	1.964	1.964
2012	93.659	93.659
2013	91.610	91.610
2014	182.551	771.018
2015	716.466	1.186.442
Após 2015	1.632.619	1.632.619
Total	2.718.869	3.777.312

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro	
	2009	
	BNDES	Consolidado
Vencido	-	1.138
A vencer:		
2010	64.718	181.305
2011	-	-
2012	140.244	371.633
2013	276.927	1.798.004
2014	229.644	239.937
Após 2014	2.064.742	6.182.599
Total	2.776.275	8.774.616

8.2.4 Composição da carteira bruta e da provisão para risco de crédito por nível de risco:

		R\$ mil			
		Em 31 de dezembro			
		2010			
Nível de risco	Situação	Debêntures		%	Provisão
		BNDES	Consolidado	Provisão	BNDES
AA	Adimplente	2.252.970	3.179.118	0,00	-
A	Adimplente	397.890	530.185	0,50	1.990
B	Adimplente	68.009	68.009	1,00	680
Total		2.718.869	3.777.312		2.670
Curto prazo		1.964	1.964		-
Longo prazo		2.716.905	3.775.348		2.670
Total		2.718.869	3.777.312		2.670

		R\$ mil			
		Em 31 de dezembro			
		2009			
Nível de risco	Situação	Debêntures		%	Provisão
		BNDES	Consolidado	Provisão	BNDES
AA	Adimplente	2.076.910	3.544.370	0,00	-
A	Adimplente	508.550	3.849.538	0,50	2.543
B	Adimplente	33.671	1.027.475	1,00	337
F	Adimplente	157.144	233.658	50,00	78.571
H	Adimplente	-	119.575	100,00	-
Total		2.776.275	8.774.616		81.451
Curto prazo		64.718	182.443		189
Longo prazo		2.711.557	8.592.173		81.262
Total		2.776.275	8.774.616		81.451

8.2.5 Movimentação da provisão sobre debêntures:

	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro			
	2010		2009	
	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
Saldo no início do exercício	81.451	265.926	6.954	145.659
Constituição (reversão) líquida	(78.781)	(262.595)	74.497	120.267
Saldo no final do exercício	2.670	3.331	81.451	265.926

O efeito no resultado está apresentado na Nota 27.

9. Operações de crédito e repasses interfinanceiros

9.1 Composição das operações:

	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro			
	2010		2009	
	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
Operações de crédito	176.957.171	184.468.881	157.049.402	165.465.117
Provisão para risco de crédito	(2.629.389)	(3.131.101)	(3.240.648)	(3.414.975)
	174.327.782	181.337.780	153.808.754	162.050.142
Repasses interfinanceiros	193.486.376	181.321.049	130.584.665	122.856.700
Provisão para risco de crédito	(702.841)	(1.083.836)	(967.460)	(1.236.047)
	192.783.535	180.237.213	129.617.205	121.620.653
Total	367.111.317	361.574.993	283.425.959	283.670.795
Curto prazo	39.548.212	59.936.103	32.716.027	51.171.334
Longo prazo	327.563.105	301.638.890	250.709.932	232.499.461
Total	367.111.317	361.574.993	283.425.959	283.670.795

(continuação)

9.2 Distribuição da carteira bruta de operações de crédito e repasses interfinanceiros por moedas:

R\$ mil					
Em 31 de dezembro					
2010					
BNDES			Consolidado		
Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total
Controladas	94.047.006	7.247.643	101.294.649	-	-
Outras	215.959.386	53.189.512	269.148.898	302.001.174	63.788.756
Total	310.006.392	60.437.155	370.443.547	302.001.174	63.788.756

R\$ mil					
Em 31 de dezembro					
2009					
BNDES			Consolidado		
Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total
Controladas	58.785.075	8.857.863	67.642.938	-	-
Outras	168.300.974	51.690.155	219.991.129	223.588.058	64.733.759
Total	227.086.049	60.548.018	287.634.067	223.588.058	64.733.759

9.3 Distribuição da carteira bruta de operações de crédito e repasses interfinanceiros por setor de atividade:

R\$ mil					
Em 31 de dezembro					
2010			2009		
BNDES	Consolidado		BNDES	Consolidado	
Sector público	182.468.632	97.104.066	131.538.768	73.347.509	
Sector privado					
Rural	3.162.771	3.162.771	2.801.287	2.801.287	
Indústria	74.928.726	74.928.726	64.397.785	64.397.785	
Comércio	2.692.289	125.481.622	1.663.285	1.663.285	
Intermediação financeira	52.282.381	2.692.289	36.447.325	87.016.514	
Outros serviços	54.908.748	62.420.456	50.785.617	59.095.437	
Total	370.443.547	365.789.930	287.634.067	288.321.817	

9.4 Distribuição da carteira bruta de operações de crédito e repasses interfinanceiros por vencimento:

R\$ mil			
Em 31 de dezembro			
2010			
BNDES	Consolidado		
Vencido	169.044	550.824	
A vencer:			
2011	39.754.543	59.955.436	
2012	32.748.070	51.066.854	
2013	25.601.241	37.794.066	
2014	31.722.021	27.885.319	
2015	29.879.293	19.662.891	
Após 2015	210.569.335	168.874.540	
Total	370.443.547	365.789.930	

R\$ mil			
Em 31 de dezembro			
2009			
BNDES	Consolidado		
Vencido	825.236	825.236	
A vencer:			
2010	32.968.979	51.388.688	
2011	27.531.459	41.728.874	
2012	21.910.708	32.664.263	
2013	17.375.581	23.115.107	
2014	24.148.428	15.526.550	
Após 2014	162.873.676	123.073.099	
Total	287.634.067	288.321.817	

9.5 Concentração da carteira bruta de operações de crédito e repasses interfinanceiros:

R\$ mil			
Em 31 de dezembro			
2010			
BNDES	Consolidado		
10 maiores clientes	187.417.474	141.617.216	
50 seguintes maiores clientes	86.996.019	112.978.830	
100 seguintes maiores clientes	49.371.521	55.848.110	
Demais clientes	46.658.533	55.345.774	
Total	370.443.547	365.789.930	

R\$ mil			
Em 31 de dezembro			
2009			
BNDES	Consolidado		
10 maiores clientes	134.364.934	100.251.098	
50 seguintes maiores clientes	75.288.019	96.222.766	
100 seguintes maiores clientes	40.627.896	47.300.635	
Demais clientes	37.353.218	44.547.318	
Total	287.634.067	288.321.817	

9.6 Composição da carteira e da provisão para risco de crédito por nível de risco

O Conselho Monetário Nacional, através da Resolução n.º 2.682, de 21 de dezembro de 1999, publicada pelo Banco Central do Brasil, estabeleceu a sistemática para a constituição da provisão para risco de crédito. A regra, estipulando classes de risco para créditos em situação de inadimplência e de inadimplência e respectivos percentuais, entrou em vigor a partir de março de 2000.

Assim, as provisões para créditos adimplentes e inadimplentes relativas a operações de crédito e repasses interfinanceiros, foram as seguintes:

a) Operações de crédito

R\$ mil						
Em 31 de dezembro						
2010						
Nível de Risco	Situação	Operações de crédito		%	Provisão	
		BNDES	Consolidado		BNDES	Consolidado
AA	Adimplente	71.676.018	74.495.024	0,00	-	-
A	Adimplente	72.025.362	72.215.828	0,50	360.127	361.079
B	Adimplente	22.303.604	22.557.161	1,00	223.036	225.572
C	Adimplente	6.491.834	10.357.804	3,00	194.756	310.734
D	Adimplente	1.810.212	1.810.212	10,00	181.021	181.021
E	Adimplente	1.000.763	1.000.763	30,00	300.229	300.229
	Inadimplente	46.684	46.684	30,00	14.005	14.005
		1.047.447	1.047.447		314.234	314.234
F	Adimplente	140.203	141.134	50,00	70.101	70.567
	Inadimplente	378	378	50,00	189	189
		140.581	141.512		70.290	70.756
G	Adimplente	587.259	587.259	70,00	411.082	411.082
	Inadimplente	36	36	70,00	25	25
		587.295	587.295		411.107	411.107
H	Adimplente	752.872	752.872	100,00	752.872	752.872
	Inadimplente	121.946	503.726	100,00	121.946	503.726
		874.818	1.256.598		874.818	1.256.598
Total		176.957.171	184.468.881		2.629.389	3.131.101
Curto prazo		20.518.811	21.835.401		304.887	392.823
Longo prazo		156.438.360	162.633.480		2.324.502	2.738.278
Total		176.957.171	184.468.881		2.629.389	3.131.101

R\$ mil						
Em 31 de dezembro						
2009						
Nível de Risco	Situação	Operações de crédito		%	Provisão	
		BNDES	Consolidado		BNDES	Consolidado
AA	Adimplente	64.723.668	67.627.884	0,00		
A	Adimplente	60.964.222	61.230.762	0,50	304.820	306.153
B	Adimplente	21.706.184	22.438.497	1,00	217.062	224.385
C	Adimplente	4.167.489	8.247.391	3,00	125.025	247.422
D	Adimplente	1.899.147	2.331.891	10,00	189.915	233.189
	Inadimplente	852	852	10,00	85	85
		1.899.999	2.332.743		190.000	233.274
E	Adimplente	890.068	890.068	30,00	267.020	267.020
	Inadimplente	963	963	30,00	289	289
		891.031	891.031		267.309	267.309
F	Adimplente	806.433	806.433	50,00	403.217	403.217
	Inadimplente	165.712	165.712	50,00	82.856	82.856
		972.145	972.145		486.073	486.073
G	Adimplente	224.420	224.420	70,00	157.094	157.094
	Inadimplente	23.263	23.263	70,00	16.284	16.284
		247.683	247.683		173.378	173.378
H	Adimplente	1.096.169	1.096.169	100,00	1.096.169	1.096.169
	Inadimplente	380.812	380.812	100,00	380.812	380.812
		1.476.981	1.476.981		1.476.981	1.476.981
Total		157.049.402	165.465.117		3.240.648	3.414.975
Curto prazo		19.856.330	20.947.349		409.727	432.327
Longo prazo		137.193.072	144.517.768		2.830.921	2.982.648
Total		157.049.402	165.465.117		3.240.648	3.414.975



(continuação)						
b) Repasses interfinanceiros						
R\$ mil						
Em 31 de dezembro						
2010						
Nível de risco	Situação	Repasses Interfinanceiros		%	Provisão	
		BNDES	Consolidado		BNDES	Consolidado
AA	Adimplente	138.417.052	59.245.620	0,00	-	-
A	Adimplente	50.041.202	110.322.846	0,50	250.206	551.614
B	Adimplente	4.501.768	11.022.551	1,00	45.017	110.225
C	Adimplente	122.409	305.570	3,00	3.673	9.167
E	Adimplente	-	16.011	30,00	-	4.804
F	Adimplente	-	850	50,00	-	425
H	Adimplente (*)	403.945	407.601	100,00	403.945	407.601
	Inadimplente	-	-	100,00	-	-
		403.945	407.601		403.945	407.601
Total		193.486.376	181.321.049		702.841	1.083.836
Curto prazo		19.404.776	38.670.859		70.488	177.334
Longo prazo		174.081.600	142.650.190		632.353	906.502
Total		193.486.376	181.321.049		702.841	1.083.836
(*) Vide nota 9.8						
R\$ mil						
Em 31 de dezembro						
2009						
Nível de risco	Situação	Repasses Interfinanceiros		%	Provisão	
		BNDES	Consolidado		BNDES	Consolidado
AA	Adimplente	89.836.930	36.987.854	0,00	-	-
A	Adimplente	36.880.248	77.605.974	0,50	184.401	388.029
B	Adimplente	3.094.483	7.414.782	1,00	30.945	74.148
C	Adimplente	21.536	40.646	3,00	646	1.219
D	Adimplente	-	38.659	10,00	-	3.866
H	Adimplente (*)	745.342	762.659	100,00	745.342	762.659
	Inadimplente	6.126	6.126	100,00	6.126	6.126
		751.468	768.785		751.468	768.785
Total		130.584.665	122.856.700		967.460	1.236.047
Curto prazo		13.368.467	30.842.074		99.043	185.762
Longo prazo		117.216.198	92.014.626		868.417	1.050.285
Total		130.584.665	122.856.700		967.460	1.236.047
(*) Vide nota 9.8						
9.7 Movimentação da provisão para risco de crédito sobre operações de crédito e repasses interfinanceiros						
a) Sobre operações de crédito						
R\$ mil						
Em 31 de dezembro						
2010						
2009						
		BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado	
Saldo no início do exercício		3.240.648	3.414.975	2.012.171	2.241.678	
Constituição (reversão) líquida		(471.269)	(143.846)	1.464.020	1.408.867	
Baixas contra provisão		(139.990)	(140.028)	(235.543)	(235.570)	
Saldo no final do exercício		2.629.389	3.131.101	3.240.648	3.414.975	
b) Sobre repasses interfinanceiros						
R\$ mil						
Em 31 de dezembro						
2010						
2009						
		BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado	
Saldo no início do exercício		967.460	1.236.047	2.089.834	2.318.261	
Constituição (reversão) líquida		(264.619)	(152.211)	(1.122.212)	(1.082.052)	
Baixas contra provisão		-	-	(162)	(162)	
Saldo no final do exercício		702.841	1.083.836	967.460	1.236.047	
O efeito no resultado está apresentado na Nota 27.						
9.8 Provisão para operações de repasse no âmbito do PRONAF						
Em 31 de dezembro de 2007, as operações de repasse realizadas no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF – foram classificadas no nível de risco H da Resolução n.º 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional – CMN. Essa reclassificação foi feita de acordo com o art. 2º da referida Resolução porque tais operações são constantemente renegociadas, por determinação do Governo Federal, com a prorrogação dos prazos de vencimento, perdão de multas e encargos de mora, redução das taxas de juros, concessão de bônus de adimplência e devolução de parcelas amortizadas. No terceiro trimestre de 2009, houve mudanças nas classificações de risco de parte da carteira do PRONAF, retornando a classificação para o risco dos respectivos agentes financeiros. O saldo de provisão, atualizado para 31 de dezembro de 2010, monta em R\$ 360.933 mil.						
10. Outros créditos - venda a prazo de títulos e valores mobiliários e direitos recebíveis						
10.1 Composição:						
R\$ mil						
Em 31 de dezembro						
2010						
2009						
		BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado	
Venda a prazo de TVM		-	1.279.922	5.177	1.107.525	
Provisão		-	(10.257)	(155)	(30.830)	
		-	1.269.665	5.022	1.076.695	
Direitos Recebíveis		1.060.315	2.721.725	1.050.379	1.069.946	
Provisão		(2.294)	(38.785)	(20.011)	(26.517)	
		1.058.021	2.682.940	1.030.368	1.043.429	
Total		1.058.021	3.952.605	1.035.390	2.120.124	
Curto prazo		140.904	430.833	128.076	335.626	
Longo prazo		917.117	3.521.772	907.314	1.784.498	
Total		1.058.021	3.952.605	1.035.390	2.120.124	
10.2 Distribuição da carteira bruta por setor de atividade:						
R\$ mil						
Em 31 de dezembro						
2010						
2009						
		BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado	
Setor público		958.511	958.511	890.256	893.874	
Setor privado		-	1.264.566	5.177	1.087.676	
Indústria		-	-	-	-	
Intermediação financeira		101.804	1.778.570	160.123	195.921	
Outros serviços		101.804	3.043.136	165.300	1.283.597	
Total		1.060.315	4.001.647	1.055.556	2.177.471	
10.3 Distribuição da carteira bruta por vencimento						
R\$ mil						
Em 31 de dezembro						
2010						
2009						
		BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado	
A vencer:						
2011				141.210	434.397	
2012				72.814	357.539	
2013				61.191	365.072	
2014				65.276	489.980	
2015				69.641	228.615	
Após 2015				650.183	2.126.044	
Total				1.060.315	4.001.647	
R\$ mil						
Em 31 de dezembro						
2009						
		BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado	
A vencer:						
2010				130.621	363.342	
2011				132.604	328.853	
2012				78.114	268.784	
2013				69.781	259.969	
2014				74.453	385.463	
Após 2014				569.983	571.060	
Total				1.055.556	2.177.471	
10.4 Composição da carteira bruta por nível de risco e provisão para risco de crédito						
R\$ mil						
Em 31 de dezembro						
2010						
Nível de Risco	Situação	Venda a prazo de TVM		%	Provisão	
		BNDES	Consolidado		BNDES	Consolidado
AA	Adimplente	-	120.259	0,00	-	-
A	Adimplente	-	267.991	0,50	-	1.340
B	Adimplente	-	891.672	1,00	-	8.917
Total		-	1.279.922		-	10.257
Curto prazo		-	225.272		-	1.766
Longo prazo		-	1.054.650		-	8.491
Total		-	1.279.922		-	10.257
R\$ mil						
Em 31 de dezembro						
2009						
Nível de Risco	Situação	Venda a prazo de TVM		%	Provisão	
		BNDES	Consolidado		BNDES	Consolidado
B	Adimplente	-	1.082.499	1,00	-	10.826
C	Adimplente	5.177	5.177	3,00	155	155
H	Adimplente	-	19.849	100,00	-	19.849
Total		5.177	1.107.525		155	30.830
Curto prazo		5.177	227.826		155	21.978
Longo prazo		-	879.699		-	8.852
Total		5.177	1.107.525		155	30.830

(continuação)

		R\$ mil					
		Em 31 de dezembro					
		2010					
Nível de Risco	Situação	Direitos Recebíveis		Provisão	Provisão		
		BNDES	Consolidado		BNDES	Consolidado	
AA	Adimplente	940.662	940.662	0,00	-	-	
A	Adimplente	101.805	1.734.889	0,50	509	8.674	
D	Adimplente	17.848	17.848	10,00	1.785	1.785	
H	Adimplente	-	26.374	100,00	-	26.374	
	Inadimplente	-	1.952	100,00	-	1.952	
		-	28.326		-	28.326	
Total		1.060.315	2.721.725		2.294	38.785	
Curto prazo		141.210	209.125		306	1.798	
Longo prazo		919.105	2.512.600		1.988	36.987	
Total		1.060.315	2.721.725		2.294	38.785	

		R\$ mil					
		Em 31 de dezembro					
		2009					
Nível de Risco	Situação	Direitos Recebíveis		Provisão	Provisão		
		BNDES	Consolidado		BNDES	Consolidado	
AA	Adimplente	871.045	871.045	0,00	-	-	
A	Adimplente	160.123	173.250	0,50	800	866	
H	Adimplente	19.211	25.651	100,00	19.211	25.651	
Total		1.050.379	1.069.946		20.011	26.517	
Curto prazo		125.444	135.516		2.390	5.738	
Longo prazo		924.935	934.430		17.621	20.779	
Total		1.050.379	1.069.946		20.011	26.517	

10.5 Movimentação da provisão sobre operações de venda a prazo de títulos e valores mobiliários

		R\$ mil			
		Em 31 de dezembro			
		2010		2009	
		BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
Saldo no início do exercício		155	30.830	181	37.230
Constituição (reversão) líquida		(155)	(19.363)	(26)	(6.350)
Baixas contra provisão		-	(1.210)	-	(50)
Saldo no final do exercício		-	10.257	155	30.830

(*) O efeito no resultado está apresentado na Nota 27.

10.6 Movimentação da provisão sobre operações de direitos recebíveis

		R\$ mil			
		Em 31 de dezembro			
		2010		2009	
		BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
Saldo no início do exercício		20.011	26.517	7.498	22.992
Constituição (reversão) líquida		(17.717)	12.268	12.513	3.525
Saldo no final do exercício		2.294	38.785	20.011	26.517

(*) O efeito no resultado está apresentado na Nota 27.

11. Créditos transferidos para o resultado e renegociados

		R\$ mil					
		Em 31 de dezembro					
		2º semestre de 2010		2010		2009	
		BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
Créditos transferidos para prejuízo		108.123	109.337	139.990	141.238	235.705	235.732
Créditos recuperados (*)		56.088	121.189	2.199.521	2.286.031	407.204	438.552
Créditos renegociados		7.926.928	7.926.928	10.448.322	10.448.322	603.668	614.733

(*) O efeito no resultado está apresentado na Nota 27.

Créditos Renegociados:

O acordo de renegociação de dívida da empresa Southern Eletric Brasil – SEB, pertencente à americana AES Corporation – AES, junto ao BNDES, aprovado pela Diretoria do Banco em dezembro de 2009, foi homologado pela Justiça Federal do Rio de Janeiro (com execução contra a SEB desde 2004) em junho de 2010 e tornou-se eficaz.

A Andrade Gutierrez – AG, assumiu o pagamento de R\$ 2.115 milhões devidos pela empresa americana AES ao BNDES, proveniente de um empréstimo feito há 12 anos à SEB. Esta operação trouxe um impacto no resultado do Banco no exercício de 2010 de cerca de R\$ 1.269 milhões, líquidos de efeitos tributários.

A AG já efetuou o pagamento à vista de R\$ 500 milhões, mais juros de R\$ 30 milhões, conforme contratado com o BNDES. O saldo atualizado, para 31 de dezembro de 2010, de R\$ 1.626 milhões será liquidado em 10 anos com pagamentos semestrais, conforme as condições estabelecidas entre as partes. O BNDES, em dezembro de 2010 cedeu esses créditos à BNDESPAR, registrados na rubrica Direitos Recebíveis.

12. Outros créditos – Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber

Do saldo de R\$ 1.909.393 mil (R\$ 725.545 mil no curto prazo e R\$ 1.183.848 mil no longo prazo) do balanço consolidado, R\$ 1.775.772 mil (R\$ 591.924 mil no curto prazo e R\$ 1.183.848 mil no longo prazo), líquidos de efeitos tributários e atualizados a taxa SELIC, referem-se aos dividendos a receber da Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobrás pela BNDESPAR. Conforme Fato Relevante divulgado em 22 de janeiro de 2010, a Eletrobrás informou ao mercado que o Conselho de Administração aprovou a quitação do saldo da reserva especial relativa a dividendos obrigatórios não distribuídos, provenientes de lucros apurados no período compreendido entre 1979 e 1998. Em fevereiro de 2010, a Eletrobrás pagou antecipadamente a primeira das quatro parcelas, que venceria em junho de 2010. Os pagamentos restantes serão efetuados em três parcelas anuais a partir de junho de 2011.

13. Outros créditos – Direitos a receber - Eletrobrás

Em 31 de dezembro 2010, os créditos que a União detinha contra a Eletrobrás, cedidos ao BNDES, totalizam R\$ 7.172.194 mil. Estes créditos referem-se a:

- R\$ 4.330.460 mil de dividendos a receber referente a parte dos dividendos registrados anteriormente em Reserva Especial (R\$ 1.443.486 mil no curto prazo e R\$ 2.886.974 mil no longo prazo)
- R\$ 2.841.734 mil, no longo prazo, refere-se a transferência pela União de parte dos direitos decorrentes de adiantamentos para futuro aumento de capital efetuados na Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRAS, nos termos do Decreto n.º 7.162, de 29 de abril de 2010.

Os valores são corrigidos pela taxa SELIC e os pagamentos serão efetuados em três parcelas anuais a partir de junho de 2011.

14. Outros créditos – Diversos

		R\$ mil			
		Em 31 de dezembro			
		2010		2009	
		BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
Antecipação de dividendos		-	-	1.165.804	1.165.804
Pagamentos a ressarcir		78.192	18.846	60.564	19.343
Devedores por depósitos em garantia		139.679	471.148	136.583	151.478
Outros		65.639	73.893	77.609	85.811
Total		283.510	563.887	1.440.560	1.422.436
Curto prazo		283.510	563.887	1.440.560	1.422.436
Longo prazo		-	-	-	-
Total		283.510	563.887	1.440.560	1.422.436

15. Participações Societárias

A carteira de participações societárias do Sistema BNDES é composta por empresas coligadas, sobre as quais a BNDESPAR exerce influência significativa, e por outras empresas em que não existe influência.

Até o exercício de 2009, essa carteira era apresentada no Balanço Patrimonial no subgrupo de Investimentos do Ativo Não Circulante, com exceção daqueles investimentos com manifestada intenção de realização no curto prazo, apresentados no Ativo Circulante. Com a aplicação dos Pronunciamentos Técnicos CPC pela BNDESPAR, os Investimentos naquela companhia se restringiram à carteira de coligadas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. As outras participações societárias, que passaram a ser avaliadas pelo método do valor justo, passaram a ser apresentadas no Balanço Patrimonial no subgrupo de Títulos e Valores Mobiliários do Ativo Não Circulante, na categoria definida pelo CPC 38 como “Disponível para Venda”. Para fins de reconhecimento no BNDES, esse procedimento também encontra amparo na Circular nº 3.068/2001 do Banco Central do Brasil.

Os componentes da carteira de participações societárias da BNDESPAR – coligadas e instrumentos financeiros disponíveis para venda – são decorrentes de operações de apoio financeiro do Sistema BNDES, cujo foco em geral corresponde à perspectiva de longo prazo.

A fim de demonstrar esses ativos sob a mesma ótica com que são administrados, apresentamos a seguir a composição desses investimentos como uma carteira de participações societárias, segregadas em “Instrumentos Financeiros: Ações Disponíveis para Venda” e “Investimentos Permanentes”. Nessa última categoria estão incluídas as participações societárias detidas pelo BNDES e depositadas no Programa Nacional de Desestatização, em conformidade com o Decreto nº 1.068/94.

15.1 Instrumentos Financeiros: Ações Disponíveis para Venda

Quando inicialmente reconhecidas, as empresas do Sistema BNDES mensuram as ações classificadas como “Disponível para Venda” pelo valor justo na data da negociação, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão do instrumento. Após o reconhecimento inicial, esses investimentos são mensurados pelos seus valores justos sem nenhuma dedução dos custos de transação em que possa incorrer na venda ou em outra alienação. As mudanças no valor justo das ações são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido das empresas do Sistema BNDES, na conta de Ajustes de Avaliação Patrimonial. Essas mudanças no valor justo correspondem a ganhos ou perdas econômicos ainda não realizados, registrados sob a concepção de resultado abrangente.



(continuação)

Ao determinar e divulgar o valor dos investimentos em participações societárias classificadas como “Disponível para Venda”, as empresas do Sistema BNDES utilizam a hierarquia a seguir:

- Nível 1: aplicado para empresas cujas ações são listadas em bolsa, para as quais o valor justo é baseado no preço médio de fechamento do último pregão em que houve negociação do título, no mês de referência, ajustado por baixa liquidez, se for o caso;
- Nível 2: aplicado para empresas de participações (*holding*) cujas ações não são listadas em bolsa, mas o principal ativo é representado por ações de empresas listadas em bolsa, para as quais o valor justo é baseado no preço médio de fechamento do último pregão em que houve negociação das ações integrantes do ativo da empresa, ajustado pelos demais ativos, passivos e por baixa liquidez, se for o caso;
- Nível 3: aplicado para empresas cujas ações não são listadas em bolsa, para as quais o valor justo é determinado, na data de referência, a partir de modelos de precificação baseados em múltiplos ou em fluxo de caixa descontado;
- Valor de custo: aplicado para empresas cujas ações não são listadas em bolsa e que apresentam um intervalo amplo de valores justos possíveis de serem aceitos para a data de referência no âmbito do esforço de avaliação estabelecido no Nível 3, sem que se possa determinar a probabilidade associada às estimativas que compõem tal intervalo, para as quais é atribuído o custo de aquisição.

							R\$ mil
Empresas investidas	Quantidade (mil) de ações		% de participação no capital	Valor Contábil			
	Possuídas	Preferenciais		Em 31 de dezembro			
				BNDES		Consolidado	
	Ordinárias			2010	2009	2010	2009 (*)
NÍVEL 1 – Empresas Listadas							
AMÉRICA LATINA							
LOGÍSTICA S.A. – ALL	83.940	-	12,18			1.270.009	1.949.287
BANCO DO BRASIL S.A.	235	-	0,01			7.352	1.834.223
BRADESCO	-	9.368	0,25			305.196	282.576
BRASIL FOODS	22.242	-	2,55			609.657	442.619
BRASKEM S.A.	-	44.317	5,53			903.633	391.089
CEG	17.944.799	-	34,56			789.571	717.792
CEMIG	-	11.147	1,70			310.601	328.200
CESP	-	18.697	5,71			505.190	445.734
CIA SIDERÚRGICA NACIONAL	31.774	-	2,14			848.988	1.069.911
CPFL	40.527	-	8,42			1.686.318	1.430.189
ELETROBRÁS	190.758	18.691	18,50			4.742.631	7.525.213
EMBRAER	39.762	-	5,37			470.390	378.141
GERDAU	35.917	14.162	3,50			923.975	1.206.173
IOCHPE	6.419	-	10,50			153.164	260.732
ITAÚ UNIBANCO HOLDING	-	11.259	0,25			445.071	435.500
KLABIN	-	108.422	11,81			634.267	979.481
LIGHT	30.632	-	15,02			780.192	1.272.295
LLX LOGÍSTICA	20.833	-	3,00			97.083	209.375
MARFRIG	48.201	-	13,89			738.919	910.996
PARANAPANEMA	54.986	-	17,23			278.230	365.108
PDG REALTY	24.718	-	2,23			251.633	213.937
PETROBRAS	392.245	1.341.349	13,29	6.672.597	-	48.538.156	25.091.175
REDE ENERGIA	-	67.643	21,00			408.564	463.714
TELE NORTE LESTE	775	5.627	0,01			161.236	241.145
TOTVS	1.658	-	5,27			281.730	238.562
TRACTEBEL	6.225	-	0,95			169.760	335.565
USIMINAS	1.005	17.544	1,83			354.521	454.474
VALE	218.386	68.276	5,34			15.434.023	13.679.910
Subtotal Nível 1						82.100.060	63.153.116
Outras empresas - Nível 1						2.365.772	2.054.175
Total Nível 1						84.465.832	65.207.291
NÍVEL 2 – Empresas holdings não listadas							
						11.101.940	9.728.026
NÍVEL 3 – Empresas não listadas (Valor Justo)							
						337.807	141.630
Empresas não listadas (Valor de Custo)							
						2.028	44.333
TOTAL				6.672.597	-	95.907.607	75.121.280
Classificadas no Ativo Circulante				-	-	82.144	68.479
Classificadas no Ativo Não Circulante				6.672.597	-	95.825.463	75.052.801

(*) Valores apresentados para fins de comparação. Na publicação de 31/12/2009, essas participações foram avaliadas ao custo (R\$ 21.816.419 mil) e apresentadas no subgrupo de Investimento (vide item 15.2.4)

15.2 Investimentos Permanentes

15.2.1 Composição dos saldos

	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro			
	2010		2009	
	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
Em controladas				
- Avaliadas pelo método da equivalência patrimonial	91.496.546	-	43.376.227	-
Em coligadas				
- Avaliadas pelo método da equivalência patrimonial	-	11.340.657	-	11.999.177
Outras participações societárias	184.136	184.136	84.008	21.900.427
Outros investimentos	43.328	43.328	43.328	43.328
Total	91.724.010	11.568.121	43.503.563	33.942.932

15.2.2 Controladas - BNDES

							R\$ mil	
Controladas	Data-base	Patrimônio líquido	Lucro / prejuízo líquido do período	Resultado de equivalência patrimonial		Reflexos dos ajustes no patrimônio líquido das controladas (a)	Valor contábil do investimento	
				Em 31 de dezembro			Em 31 de dezembro	
				2010	2009		2010	2009
Agência Especial de Financiamento Industrial – FINAME	31/12/2010	6.538.583	61.178	61.178	203.373	(2.079)	6.538.583	6.489.855
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR	31/12/2010	84.950.082	3.995.033	3.995.033	3.952.375	29.203.393	84.950.082	36.884.662
BNDES Limited	(b) 31/12/2010	7.881	(1.535)	(1.568)	(169)	-	7.881	1.710
Total				4.054.643	4.155.579	29.201.284	91.496.546	43.376.227

O percentual de participação no capital das sociedades controladas é de 100%.

- (a) Ajuste de Avaliação Patrimonial e Ajuste de Exercícios Anteriores.
- (b) Subsidiária constituída sob as leis do Reino Unido como uma sociedade limitada, com capital autorizado de £100.000.000,00 (cem milhões de libras esterlinas), parcialmente integralizado. Em 31 de dezembro de 2010, a sociedade encontra-se em fase pré-operacional.

15.2.3 Coligadas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial – consolidado

As coligadas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial integram a carteira de participações societárias da BNDESPAR. Essa carteira é composta por empresas dos diversos setores de indústria, todas sujeitas a aplicação dos Pronunciamentos Técnicos CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários, pelo Conselho Federal de Contabilidade e outros órgãos reguladores. Não existem instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) na carteira de coligadas.

Em razão disso, as demonstrações contábeis utilizadas para avaliação desses investimentos pelo método da equivalência patrimonial foram preparadas numa base contábil fundada nos Pronunciamentos Técnicos CPC, que pode diferir das práticas contábeis referendadas pelo Banco Central do Brasil. As demonstrações contábeis das coligadas foram ajustadas às práticas contábeis do BACEN até o ponto em que as diferenças puderam ser identificadas. Em 2009 e 2010, essas diferenças se resumiram à manutenção do deságio como componente do investimento e sua realização por alienação (para fins de CPC, o deságio é tratado como “ganho por compra vantajosa” e reconhecido no resultado quando da aquisição do investimento).

(continuação)

Os quadros a seguir descrevem os investimentos em coligadas.

Investimentos em Coligadas – consolidado

											R\$ mil	
Empresas investidas	Data base	Capital Social	Quantidade (mil) de ações possuídas		% participação no capital	Resultado de equivalência patrimonial		Valor patrimonial investimento	Ágio a Prov. Perdas Deságio	a b c	Valor contábil	
			Ordinárias	Preferenciais		31/12/2010	31/12/2009				31/12/2010	31/12/2009
Brasileira	31.10.2010	2.960.709	300.000	50.000	53,85	320.733	343.708	1.646.789	(231.948)	c	1.414.841	1.508.906
COPEL	31.10.2010	6.910.000	38.299	27.282	23,96	207.331	253.092	2.275.172	(313.525)	c	1.961.647	1.793.936
Fibra	31.10.2010	8.379.397	142.360	-	30,45	109.389	93.866	4.703.324	(1.755.244)	c	2.948.080	2.608.117
JBS	31.10.2010	18.046.067	437.102	-	17,54	22.628	-	3.235.358	848.219	a	4.083.577	3.925.573
Rio Polímeros						(231.412)	(3.936)	-	-		-	264.016
Telemar Participações						(68.782)	(50.332)	-	-		-	1.441.089
Subtotal						359.887	636.398	11.860.643	(1.452.498)		10.408.145	11.541.637
Outras empresas						79.762	141.717	825.461	107.051		932.512	457.540
								195.966	a			
								(88.915)	b			
Total						439.349	778.115	12.686.104	(1.345.447)		11.340.657	11.999.177

- A data-base indica a data do patrimônio líquido da investida que serviu de base para o cálculo da última equivalência efetuada. Foram reconhecidos os efeitos decorrentes de eventos relevantes subsequentes à data-base, bem como os efeitos da aplicação da Lei n.º 11.638/07 e dos Pronunciamentos Técnicos CPC nas demonstrações financeiras das coligadas. Os efeitos de mudança relativa de participação nas coligadas foram reconhecidos no resultado; as informações sobre as coligadas descritas no item seguinte já contemplam esses efeitos.
- Os investimentos em coligadas foram objeto de teste de recuperabilidade em conformidade com o CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. O valor recuperável é o maior entre o valor de mercado e o valor em uso.

Informações adicionais das coligadas

Empresas Investidas	Valor Contábil - R\$ mil – Data base: 31/10/2010 (*)					Valor Justo da Participação em Coligadas com Ações Listadas
	Ativos	Passivos	Patrimônio Líquido	Receitas	Resultado	
Brasileira	4.143.658	1.085.334	3.058.324	969.894	800.089	-
COPEL	10.624.802	1.130.973	9.493.829	1.177.106	866.282	2.577.730
Fibra	29.061.717	13.613.355	15.448.362	8.318.417	14.400	3.700.790
JBS	36.850.071	18.399.380	18.450.691	9.771.034	(221.609)	3.134.023
Subtotal	80.680.248	34.229.042	46.451.206	20.236.451	1.459.162	9.412.543
Outras empresas	27.974.556	15.356.811	12.617.745	3.455.719	130.232	511.929
Total	108.654.804	49.585.853	59.068.951	23.692.170	1.589.394	9.924.472

(*) Valores contábeis ajustados para o cálculo da equivalência patrimonial.

15.2.4 Outras participações societárias

							RS mil	
							Valor Contábil (1)	
							Em 31 de dezembro	
							BNDES	Consolidado
Empresas investidas		Ordinárias	Preferenciais	% de participação no capital	2010	2009	2010	2009
Cadam – Caulim da Amazônia S.A.		-	3.712	16,87	8.008	8.008	8.008	8.008
Indústrias Verolme Ishibras S.A.		1.224.784	1.224.784	12,98	2	2	2	2
Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA		-	3.956.987	1,55	73.579	73.579	73.579	73.579
Deten Química S.A.		-	300.563	0,30	901	901	901	901
Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A.		8.633	-	0,82	425	425	425	425
Vicunha Têxtil		-	19	0,03	242	114	242	114
FGI		(2)	84.383	-	12,68	100.000	-	100.000
Participações reclassificadas para o Realizável							21.816.419	
Subtotal					183.157	83.029	183.157	21.899.448
Outras participações					979	979	979	979
Total					184.136	84.008	184.136	21.900.427

(1) Valor contábil está líquido de provisões no valor de R\$ 389.570 mil em 2010 e 2009.

(2) Investimento em cotas classe A, subscritas em 01/02/2010.

15.2.5 Outros investimentos

	Valor contábil (*)			
	Em 31 de dezembro			
	BNDES		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Aplicações em incentivos fiscais	1.131	1.131	1.131	1.131
Títulos patrimoniais	295	295	295	295
Obras de arte	296	296	296	296
Participação Empreendimentos – VALE: Projeto 118	41.606	41.606	41.606	41.606
Total	43.328	43.328	43.328	43.328

(*) Valor contábil líquido de provisões no valor de R\$ 3.502 mil.

16. Fundo de Participação PIS-PASEP

A partir de 1974, parcela da arrecadação das contribuições sociais para os Programas PIS e PASEP, formadora do Fundo PIS-PASEP, passou a ser transferida para o BNDES. Conforme a legislação pertinente, os recursos destinam-se a aplicações em programas de desenvolvimento econômico, inclusive, no mercado de capitais. Foram transferidos, em média, 38% da arrecadação, correspondentes a cerca de R\$ 700.000 mil anuais, durante o período entre 1974 e 1988.

O risco das operações contratadas até 31 de dezembro de 1982 é do Fundo PIS-PASEP. Sobre esta parcela da carteira, da ordem, de 1,6% do total, em 31 de dezembro de 2010, o BNDES recebe comissão de administração de 0,5% ao ano, paga pelo Fundo. Nas operações contratadas após aquela data (98,4% da carteira), o risco é do Banco, que está autorizado a cobrar do mutuário, embutidas na taxa de juros, comissão de administração de até 0,5% ao ano e comissão de risco de até 1,5% ao ano.

Em 31 de dezembro, os saldos dos recursos do Fundo PIS-PASEP, administrados pelo BNDES, eram de:

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
PIS-PASEP	30.435.222	30.021.028
FPS	392.385	22.355
Total	30.827.607	30.043.383
Curto prazo	1.850.716	1.785.601
Longo prazo	28.976.891	28.257.782
Total	30.827.607	30.043.383

O saldo das operações de crédito do Fundo PIS-PASEP contratadas até 31 de dezembro de 1982, que constituem risco do Fundo, foram reclassificados ao final do 1º semestre de 2002 para o Passivo do BNDES, retificando o valor da respectiva obrigação com o Fundo, conforme orientação do Banco Central do Brasil.

	R\$ mil		
	Em 31 de dezembro		
	2010	2009	
Risco BNDES		Risco PIS-PASEP	Total
Saldo no início do exercício	30.021.028	629.490	30.650.518
Resultado	1.841.594	12.455	1.854.049
Transferências do FPS	12.600	-	12.600
Devoluções	(1.440.000)	-	(1.440.000)
Saldo no final do exercício	30.435.222	641.945	31.077.167

	R\$ mil		
	Em 31 de dezembro		
	2009	2010	
Risco BNDES		Risco PIS-PASEP	Total
Saldo no início do exercício	29.510.021	629.503	30.139.524
Resultado	1.891.007	(13)	1.890.994
Transferências do FPS	60.000	-	60.000
Devoluções	(1.440.000)	-	(1.440.000)
Saldo no final do exercício	30.021.028	629.490	30.650.518

17. Depósitos Interfinanceiros

Em 31 de dezembro de 2010 o BNDES individual e consolidado não possuíam saldo, em 31 de dezembro de 2009 o saldo era de R\$ 3.258.834 mil.

	R\$ mil	
	BNDES e Consolidado	
	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
Depósitos interfinanceiros	-	-
Com vencimentos em 2009	-	2.950.000
Com vencimentos em 2010	-	-
Juros provisionados	-	308.834
Total	-	3.258.834
Curto prazo	-	3.258.834
Longo prazo	-	-
Total	-	3.258.834



(continuação)

18. Obrigações por operações compromissadas

Em 31 de dezembro de 2010 o BNDES individual e consolidado não possuíam saldo, em 31 de dezembro de 2009 o saldo era de R\$ 13.740.763 mil.

Títulos	Vencimentos	R\$ mil	
		Em 31 de dezembro	
		2010	2009
Notas do Tesouro Nacional F - NTN-F	29/12/2009	-	506.992
Notas do Tesouro Nacional F - NTN-F	19/01/2010	-	1.941.751
Subtotal			2.448.743
Notas do Tesouro Nacional B - NTN-B	05/01/2010	-	1.500.000
Notas do Tesouro Nacional B - NTN-B	12/01/2010	-	900.000
Notas do Tesouro Nacional B - NTN-B	19/01/2010	-	2.058.249
Notas do Tesouro Nacional B - NTN-B	04/02/2010	-	3.799.999
Notas do Tesouro Nacional B - NTN-B	04/03/2010	-	506.383
Sub total		-	8.764.631
Letra Financeira Nacional – LFT	04/03/2010	-	1.682.423
Sub total		-	1.682.423
Letra do Tesouro Nacional – LTN	04/03/2010	-	804.199
Sub total		-	804.199
Encargos			40.767
Total		-	13.740.763

19. FAT – Dívida subordinada e depósitos especiais

Os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, constituído basicamente pelo produto da arrecadação da contribuição PIS/PASEP e pelas receitas decorrentes de suas aplicações, destinam-se a custear o seguro desemprego e o abono salarial, bem como os programas de desenvolvimento econômico através do BNDES, em parcela de, no mínimo, 40% daquela arrecadação.

Assim, o FAT sucedeu ao Fundo de Participação PIS-PASEP, alterando significativamente o propósito da referida contribuição social. Enquanto o Fundo de Participação PIS-PASEP tinha como objetivo formar o patrimônio individual dos trabalhadores, que eram seus quotistas, o FAT atua como instrumento de combate ao desemprego em duas frentes. A primeira, de caráter emergencial, amparando o desempregado com uma remuneração provisória e com programa de treinamento e recolocação. A segunda, de característica preventiva, fomentando a criação de novos empregos por meio de programas de desenvolvimento econômico.

Os recursos do FAT transferidos ao BNDES são classificados em duas categorias:

19.1 FAT Constitucional

O FAT Constitucional compreende as transferências de recursos no âmbito do limite de 40% da arrecadação da contribuição PIS/PASEP, sendo remunerado pela Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP (FAT – TJLP) e por taxas de juros do mercado internacional. Para esta parcela de recursos, que integrará o programa FAT - Cambial, os saldos devedores dos financiamentos concedidos, seu contravalor em reais poderá ser determinado com base em duas moedas: i) dólar norte-americano, sendo remunerado pela Taxa de Juros para Empréstimos e Financiamentos no Mercado Interbancário de Londres – LIBOR – ou pela taxa de juros dos Títulos do Tesouro dos Estados Unidos da América – “*Treasury Bonds*”; ii) euro, sendo remunerado pela taxa de juros de oferta para empréstimo na moeda euro ou pela taxa representativa da remuneração média de títulos de governos de países da zona econômica do euro – “*euro area yield curve*”.

Semestralmente, nos meses de janeiro e julho, o BNDES transfere ao FAT o valor correspondente à remuneração dos recursos indexados à TJLP e à remuneração integral do FAT-Cambial, sendo a variação da TJLP limitada a 6% ao ano. A diferença entre TJLP e o limite de 6% ao ano é capitalizada junto ao saldo devedor.

Para os recursos do FAT Constitucional, somente haverá amortizações se ocorrer insuficiência de recursos para custear o seguro-desemprego e o abono salarial, em montantes e situações previstas em lei.

O saldo devedor do FAT Constitucional encontra-se registrado na rubrica “Dívidas Subordinadas” e tem a seguinte composição:

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
FAT – Constitucional		
FAT – TJLP – Principal	98.548.534	89.522.567
FAT - Cambial -US\$ (*)	9.155.303	7.280.866
Juros provisionados	107.703.837	96.803.433
Total	2.985.471	2.722.623
	110.689.308	99.526.056
Curto prazo	2.985.471	2.722.623
Longo prazo	107.703.837	96.803.433
Total	110.689.308	99.526.056

(*) até 50% das transferências ordinárias; destinado ao financiamento da produção/comercialização de produtos de reconhecida demanda internacional.

A Resolução BACEN n.º 3.444, de 28 de fevereiro de 2007, que revogou a Resolução BACEN n.º 2.837, de 30 de maio de 2001, mantém o enquadramento dos Recursos repassados pelo FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador como Dívida Subordinada. Este enquadramento é possível porque a dívida do BNDES relativa a estes recursos não possui prazos de amortização definidos contratualmente, uma vez que sua exigibilidade só virá a ocorrer caso o Ministério do Trabalho não possua recursos suficientes para o pagamento do seguro-desemprego. Nesse caso, seriam amortizados em torno de 20% do saldo devedor nos primeiros dois anos, 10% nos três anos seguintes e 5% a partir do sexto ano, quando necessário, para cobrir o seguro desemprego.

Adicionalmente, com base no item III do artigo 14º da Resolução BACEN n.º 3.444, fica considerado que o valor relativo à Dívida Subordinada – Elegível a Capital será limitado a 50% do valor do Capital Nível I do Patrimônio de Referência equivalente a R\$ 18.908.661 mil e R\$ 18.938.956 mil em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 16.155.902 mil e R\$ 16.131.655 mil em 31 de dezembro de 2009) no BNDES individual e no Consolidado, respectivamente.

19.2 FAT – Depósitos Especiais

O FAT - Depósitos Especiais, representa transferências adicionais ao FAT Constitucional. Os depósitos especiais são aplicados em programas específicos e sob condições especiais, apresentando regras diferenciadas de remuneração, amortização e pagamento de juros ao FAT.

Os Depósitos Especiais do FAT são remunerados pela TJLP a partir da liberação dos empréstimos aos beneficiários finais. Os recursos ainda não utilizados, e portanto disponíveis, são remunerados pelos mesmos critérios aplicados às disponibilidades de caixa do Tesouro Nacional, atualmente a taxa SELIC (Sistema Especial de Liquidação e de Custódia, do Banco Central do Brasil, é um sistema informatizado que se destina à custódia de títulos escriturais de emissão do Tesouro Nacional e do Banco Central do Brasil, bem como ao registro e à liquidação de operações com os referidos títulos).

O saldo devedor do FAT – Depósitos especiais encontra-se registrado na rubrica “Depósitos especiais - FAT”, como segue:

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
FAT – Depósitos especiais		
Pró-emprego	208.262	261.824
FAT Exportar/Fomentar	5.833.922	6.152.206
Pronaf	726.258	760.980
Infraestrutura	14.474.254	15.413.910
Giro Rural	330.941	381.960
Juros provisionados	21.573.637	22.970.880
Total	-	-
	21.573.637	22.970.880
Curto prazo	-	-
Longo prazo	21.573.637	22.970.880
Total	21.573.637	22.970.880

A movimentação do saldo do FAT Constitucional e do FAT – Depósitos especiais durante o período findo em 31 de dezembro de 2010 foi a seguinte:

	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro de 2010			
	Constitucional			
	TJLP	Cambial	Depósitos Especiais	Total
Saldo em 31/12/2009	92.141.558	7.384.498	22.970.880	122.496.936
. Ingresso de Recursos	11.380.461	-	850.000	12.230.461
. Variação Cambial	-	(480.058)	-	(480.058)
. Provisão de Juros	5.541.615	257.560	-	5.799.175
. Juros s/ Depósitos Especiais	-	-	1.340.313	1.340.313
. Amortizações de Depósitos Especiais	-	-	(2.232.024)	(2.232.024)
. Pagamento de Juros	(5.310.295)	(226.031)	(1.355.532)	(6.891.858)
. Transferência p/ Cambial	(5.620.102)	5.620.102	-	-
. Retorno do Cambial	3.265.607	(3.265.607)	-	-
Saldo em 31/12/2010	101.398.844	9.290.464	21.573.637	132.262.945

20. Obrigações por empréstimos e repasses

20.1 Composição

a) Empréstimos no país – Obrigações por aquisição de títulos federais

O BNDES, para pagamento durante o ano de 2008 de dividendos e juros sobre o capital próprio referentes aos exercícios de 2006 e 2007, adquiriu títulos públicos federais junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS – mediante financiamento. Esse empréstimo, no valor, atualizado para 31 de dezembro de 2010 de R\$ 5.474.293 mil – R\$ 362.147 mil no curto prazo e R\$ 5.112.146 mil no longo prazo – (R\$ 5.776.856 mil – R\$ 361.030 mil no curto prazo e R\$ 5.415.826 mil no longo prazo em 31 de dezembro de 2009) foi realizado nas seguintes condições: atualização monetária com base na Taxa Referencial de Juros (TR) e taxa de juros de 4,8628% ao ano, com prazo de amortização de 18 anos, realizadas mensalmente de 1º de janeiro de 2009 a 1º de dezembro de 2026.

(continuação)

b) Empréstimos no exterior – Bônus

Valor da emissão	Vencimento	Taxas de captação	Agente pagador	R\$ mil	
				Em 31 de dezembro	
				2010	2009
USD 1 bilhão	16/06/2018 ⁽¹⁾	6,369%	Bank of New York	1.666.200	1.741.200
USD 1 bilhão	10/06/2019	6,500%	Bank of New York	1.666.200	1.741.200
USD 1 bilhão	12/07/2020	5,500%	Bank of New York	1.666.200	-
USD 300 milhões	12/12/2011	9,625%	Bank of New York	499.860	522.360
ITL 300 bilhões	28/04/2010	8,000%	Citibank	-	388.500
EUR 750 milhões	15/09/2017	4,125%	Bank of New York	1.671.000	-
Juros provisionados				85.711	35.349
Total				7.255.171	4.428.609
Curto prazo				585.571	423.849
Longo prazo				6.669.600	4.004.760
Total				7.255.171	4.428.609

⁽¹⁾ Em junho de 2008, foi concluído o processo de repactuação dos títulos externos emitidos em 1998, cujo vencimento se daria naquele mês. A repactuação foi realizada pelo valor original da emissão (US\$ 1 bilhão), a valor de face, com taxa de juros de 6,369% a.a. e novo vencimento em 16 de junho de 2018.

c) Repasses no país – Tesouro Nacional

Em 2009 foi celebrado, ao amparo da Lei n.º 11.948/2009, contrato de financiamento entre o BNDES e a União, no valor de R\$ 100 bilhões. Em 2010, para dar continuidade ao expressivo crescimento dos desembolsos, foram celebrados, ao amparo da Lei n.º 12.249/2010 e da Medida Provisória n.º 505/2010, novos contratos de financiamento entre o BNDES e a União, no valor de R\$ 80 bilhões e de R\$ 24,7 bilhões, respectivamente. Os créditos foram concedidos por meio de emissões pela União de títulos públicos em favor do BNDES.

Moeda	Vencimento médio	R\$ mil	
		BNDES	
		Em 31 de dezembro	
		2010	2009
TR + 6% a.a.	16,24	1.407.536	1.486.120
IPCA + 6% a.a.	20,21	2.018.574	1.807.360
IGP-DI	7,02	1.440.025	1.300.103
US\$ + Juros de 4,83 a 6,00%	18,85	10.991.081	12.659.372
US\$ + 6,77% a.a. ⁽¹⁾	18,47	14.305.676	14.949.612
US\$ + 5,98% a.a. ⁽¹⁾	18,47	7.638.799	7.982.641
US\$ + 0,8%	28,50	2.166.060	-
TJLP ^{(1) (2) (3)}	36,13	160.009.917	52.959.714
TJLP + 2,5% ⁽¹⁾	28,66	7.368.687	7.196.572
TJLP + 1,0% ⁽¹⁾	18,47	26.367.132	26.117.306
Reais		1.642	1.642
Juros provisionados		1.083.794	816.930
Total		234.798.923	127.277.372
Curto prazo		1.676.679	1.743.540
Longo prazo		233.122.244	125.533.832
Total		234.798.923	127.277.372

Moeda	Vencimento médio	R\$ mil	
		Consolidado	
		Em 31 de dezembro	
		2010	2009
TR + 6% a.a.	16,24	1.407.536	1.486.120
SELIC	7,02	2.584.528	2.354.519
IPCA + 6% a.a.	20,21	2.018.574	1.807.360
IGP-M + 10% a.a.	0,17	2.364.266	2.123.808
IGP-DI	7,02	1.440.025	1.300.103
US\$ + Juros de 4,83 a 6,00%	18,85	10.991.081	12.659.372
US\$ + 6,77% a.a. ⁽¹⁾	18,47	14.305.676	14.949.612
US\$ + 5,98% a.a. ⁽¹⁾	18,47	7.638.799	7.982.641
US\$ + 0,8%	28,50	2.166.060	-
TJLP ^{(1) (2) (3)}	36,13	160.009.917	52.959.714
TJLP + 2,5% ⁽¹⁾	28,66	7.368.687	7.196.572
TJLP + 1,0% ⁽¹⁾	18,47	26.367.132	26.117.306
Reais		1.642	1.642
Juros provisionados		1.159.604	885.678
Total		239.823.527	131.824.447
Curto prazo		4.116.754	1.812.288
Longo prazo		235.706.773	130.012.159
Total		239.823.527	131.824.447

(1) Mediante autorização da Lei n.º 11.948/2009, foi concedido crédito ao BNDES, no montante de até R\$ 100 bilhões, por meio da emissão pela União, sob a forma de colocação direta, de títulos públicos em favor do BNDES. Em março de 2009, foi celebrado o primeiro contrato de financiamento, no valor de R\$ 39.000.000 mil. Em julho de 2009, foram celebrados o segundo e terceiro contratos de financiamento, nos valores de R\$ 8.702.419 mil, R\$ 16.297.581 mil, respectivamente. Em agosto de 2009, foi celebrado o quarto contrato de financiamento, no valor de R\$ 36.000.000 mil.

(2) Mediante autorização da Lei n.º 12.249/2010, que alterou a Lei n.º 11.948/2009, o crédito concedido foi ampliado em R\$ 80.000.000 mil. Em abril de 2010, foi celebrado contrato de financiamento, no valor de R\$ 80.000.000 mil, por meio da emissão pela União, sob a forma de colocação direta, de títulos públicos em favor do BNDES.

(3) Mediante autorização da Medida Provisória n.º 505/2010, foi celebrado contrato de financiamento, no valor de R\$ 24.753.535 mil, por meio da emissão pela União em setembro, sob a forma de colocação direta, de títulos públicos em favor do BNDES.

d) Repasses no Exterior – Instituições Multilaterais

Instituição	Moeda	Vencimento médio	R\$ mil	
			Em 31 de dezembro	
			BNDES e Consolidado	
			2010	2009
JBIC	YEN/US\$	7,52 anos	1.866.117	2.158.317
BID	Várias	15,64 anos	8.815.966	7.864.883
NIB	US\$	8,84 anos	311.817	243.768
KfW	Várias	10,58 anos	227.475	402.154
CDB	US\$	12,14 anos	1.249.650	1.305.900
Juros provisionados			51.926	59.835
Total			12.522.951	12.034.857
Curto prazo			836.288	1.032.840
Longo prazo			11.686.663	11.002.017
Total			12.522.951	12.034.857

Sobre os contratos de repasses no exterior incidem taxas que variam entre 0,91 e 10,35 % a.a. em 31 de dezembro de 2010 (1,11 e 10,35 % a.a. em 31 de dezembro de 2009). A concentração por faixa de taxa de captação está demonstrada a seguir:

Taxas de captação:	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro	
	BNDES e Consolidado	
	2010	2009
Até 3%	10.004.594	8.982.832
De 3,1 a 5%	225.903	138.026
De 5,1 a 7%	2.240.528	2.592.984
De 7,1 a 9%	-	-
De 9,1 a 11%	-	261.180
	12.471.025	11.975.022
Juros provisionados	51.926	59.835
Total	12.522.951	12.034.857

As fontes externas de recursos do BNDES são constituídas tanto por captações efetuadas através dos tradicionais instrumentos de mercado – empréstimos bancários e emissão de eurobônus – como por aquelas realizadas junto às instituições multilaterais de crédito e agências governamentais. Enquanto os instrumentos de mercado não demandaram garantia do Governo Federal, os empréstimos tomados junto aos organismos multilaterais – Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e Nordic Investment Bank – NIB contaram com a prestação de garantia formal da União, seja por força e seus Atos Constitutivos, seja em razão de outros atos normativos internos da instituição multilateral. Empréstimos tomados junto a instituições governamentais, como Japan Bank for International Cooperation – JBIC (braço internacional do Japan Finance Corporation – JFC), Kreditanstalt für Wiederaufbau – KfW e China Development Bank – CDB, usualmente não demandam garantia formal da União.

e) Fundo da Marinha Mercante – FMM

A partir de janeiro de 1984, o BNDES passou a exercer a função de agente financeiro do Fundo da Marinha Mercante - FMM, com o objetivo de apoiar financeiramente as atividades de fomento à renovação, ampliação e recuperação da frota de Marinha Mercante Nacional. Em 31 de dezembro de 2010, as aplicações do FMM alcançaram R\$ 7.676.892 mil (R\$ 5.780.729 mil em 31 de dezembro de 2009), sendo R\$ 7.076.244 mil (R\$ 5.213.762 mil em 31 de dezembro de 2009) com risco BNDES. Desde junho de 2002, por orientação do Banco Central do Brasil, as operações com risco BNDES, que retificavam as respectivas origens dos recursos, foram reclassificadas para o ativo do Banco.

f) Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND

Em 3 de outubro de 1988, com o Decreto n.º 96.905, o BNDES assumiu as atribuições da Secretaria Executiva do Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND, prestando apoio técnico, administrativo e de pessoal. O ativo do FND totalizou, em 31 de dezembro de 2010, R\$ 8.845.553 mil; seu patrimônio líquido montava em R\$ 1.154.811 mil, dividido em 1.913 milhões de cotas, no valor unitário de R\$ 0,6037919. Conforme o artigo 19 da Medida Provisória n.º 517 de 31 de dezembro de 2010 o FND ficou extinto naquela data.



(continuação)

20.2 As obrigações por empréstimos e repasses, por ano de vencimento, estão discriminados a seguir:

Em 31 de dezembro

2010

BNDES

Consolidado

No país

No exterior

Total

No país

No exterior

Total

A vencer:

2011

2012

2013

2014

2015

Após 2015

Total

3.704.270

1.421.859

5.126.129

5.271.666

1.421.859

6.693.525

2.536.300

930.118

3.466.418

2.529.089

930.118

3.459.207

2.668.199

949.877

3.618.076

2.626.822

949.877

3.576.699

3.773.892

970.163

4.744.055

4.238.355

970.163

5.208.518

7.860.560

1.010.216

8.870.776

8.364.540

1.010.216

9.374.756

227.822.631

14.495.889

242.318.520

229.378.071

14.495.889

243.873.960

248.365.852

19.778.122

268.143.974

252.408.543

19.778.122

272.186.665

Em 31 de dezembro

2009

BNDES

Consolidado

No país

No exterior

Total

No país

No exterior

Total

A vencer:

2010

2011

2012

2013

2014

Após 2014

Total

5.392.908

1.456.689

6.849.597

3.210.359

1.456.689

4.667.048

2.894.013

1.330.903

4.224.916

2.334.088

1.330.903

3.664.991

2.195.061

950.499

3.145.560

2.193.163

950.499

3.143.662

2.344.695

964.141

3.308.836

2.268.896

964.141

3.233.037

3.601.514

978.372

4.579.886

4.072.418

978.372

5.050.790

124.767.568

10.782.862

135.550.430

128.774.991

10.782.862

139.557.853

141.195.759

16.463.466

157.659.225

142.853.915

16.463.466

159.317.381

21. Emissões de debêntures

O sistema BNDES realizou emissões de debêntures privadas, por meio do BNDES, e públicas, por meio da BNDESPAR:

Emissões de debêntures:

Em 31 de dezembro

2010

2009

BNDES

Consolidado

BNDES

Consolidado

Emissão Privada (BNDES)

Emissão Pública (BNDESPAR)

Total

6.727.156

-

6.727.156

6.727.156

5.999.766

12.726.922

6.960.022

-

6.960.022

6.960.022

3.599.248

10.559.270

Curto prazo

Longo prazo

Total

548.183

6.178.973

6.727.156

854.407

11.872.515

12.726.922

291.698

6.668.324

6.960.022

353.710

10.205.560

10.559.270

21.1 Emissão privada - BNDES

O BNDES emitiu 700.000 mil debêntures simples, não conversíveis em ações, todas nominativas, em cinco séries, sem garantia real ou fluante e sem preferência, com garantia fidejussória.

O valor nominal unitário das debêntures é de R\$ 10 mil reais, na data da emissão, 23 de dezembro de 2008. A colocação foi privada, mediante subscrição exclusiva pelo Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI-FGTS, representado por sua administradora, a Caixa Econômica Federal – CEF.

As debêntures serão atualizadas mensalmente no dia 15 de cada mês pela Taxa Referencial – TR – e pagarão remuneração de 6% a.a. mensalmente. A data de vencimento é 15 de outubro de 2029, com parcelas de amortização mensais de 15 de janeiro de 2009 até 15 de outubro de 2029.

O montante atualizado da obrigação pela emissão de debêntures está demonstrado a seguir:

Em 31 de dezembro

2010

2009

1ª série

Principal corrigido (TR)

Juros provisionados (6% a.a.)

2ª série

Principal corrigido (TR)

Juros provisionados (6% a.a.)

3ª série

Principal corrigido (TR)

Juros provisionados (6% a.a.)

4ª série

Principal corrigido (TR)

Juros provisionados (6% a.a.)

5ª série

Principal corrigido (TR)

Juros provisionados (6% a.a.)

Total

Curto prazo

Longo prazo

Total

1.437.700

3.834

1.437.700

3.834

1.437.700

3.834

1.437.700

3.834

958.464

2.556

6.727.156

548.183

6.178.973

6.727.156

1.487.467

3.967

1.487.467

3.967

1.487.467

3.967

1.487.467

3.967

991.643

2.643

6.960.022

291.698

6.668.324

6.960.022

21.2 Emissão pública – BNDESPAR

Em dezembro de 2006, a BNDESPAR emitiu 600.000 debêntures simples, da forma nominativa, escritural, não conversíveis em ações, em série única, da espécie sem garantia e sem preferência (quirografia), com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00, na data da emissão, perfazendo o montante de R\$ 600.000 mil.

Esta distribuição pública foi realizada no âmbito do Primeiro Programa de Distribuição Pública de Debêntures da Emissora, arquivado na Comissão de Valores Mobiliários, em 19 de dezembro de 2006, sob o número CVM/SRE/PRO/2006/0011.

As debêntures foram subscritas e integralizadas ao preço de R\$ 898,33, cada uma, correspondente ao valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 ajustado por deságio de 10,167%, apurado em processo de coleta de intenções de investimento.

As debêntures terão o seu valor nominal unitário atualizado a partir da data de subscrição e integralização, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, sendo o produto da atualização incorporado a este automaticamente, de acordo com as fórmulas previstas na escritura de emissão e pagam juros de 6% a.a., incidentes sobre o valor nominal unitário atualizado da debênture, devidos ao final de cada período de capitalização. O primeiro e o segundo pagamentos de juros foram realizados em 15 de janeiro de 2009 e 2010, respectivamente, e os demais ocorrerão em 15 de janeiro de 2011 e 15 de janeiro de 2012, conforme detalhado na escritura de emissão. A amortização será em uma única parcela, na data do vencimento, 15 de janeiro de 2012.

Na segunda distribuição do Primeiro Programa, ocorrida em julho de 2007, a BNDESPAR realizou a emissão de 1.350.000 debêntures simples, da forma nominativa, escritural, não conversíveis em ações, em duas séries, sendo 550.000 debêntures da Primeira Série e 800.000 debêntures da Segunda Série, da espécie sem garantia e sem preferência (quirografia), com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00, na data de emissão, perfazendo o montante de R\$ 1.350.000 mil. As debêntures foram subscritas e integralizadas pelo valor nominal unitário.

Em dezembro de 2009, já no âmbito do Segundo Programa de Distribuição, arquivado na CVM em 29 de julho de 2008 sob o n.º CVM/SER/PRO/2008/007, foi concluída a quarta oferta pública de debêntures simples de emissão da BNDESPAR. Foram emitidas 1.250.000 debêntures simples, da mesma forma e espécie das emissões anteriores, em duas séries, sendo 640.000 debêntures da Primeira Série e 610.000 debêntures da Segunda Série, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00, na data de emissão, perfazendo o montante de R\$ 1.250.000 mil. As debêntures também foram subscritas e integralizadas pelo valor nominal unitário.

O valor nominal unitário das debêntures da Primeira Série das duas últimas distribuições não será atualizado e incidirão apenas juros prefixados, conforme indicado na tabela a seguir. A remuneração, assim como a amortização, será paga integralmente nas respectivas datas de vencimento, de acordo com a tabela a seguir.

O valor nominal unitário das debêntures da Segunda Série das emissões de 2007 e 2009 será atualizado pela variação do IPCA, divulgado pelo IBGE, sendo o produto da atualização incorporado a esta automaticamente, de acordo com a fórmula prevista no Suplemento Definitivo.

Sobre o valor nominal unitário das debêntures da Segunda Série das emissões de 2007 e 2009, atualizado monetariamente, incidem juros prefixados, desde a data de subscrição e integralização ou a data do pagamento anterior dos Juros da Segunda Série, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento. Os juros da Segunda Série de ambas as emissões serão calculados de acordo com a fórmula prevista na Escritura de Emissão.

O primeiro e o segundo pagamentos de juros da Segunda Série da emissão de 2007 ocorreu em 17 de agosto de 2009 e 16 de agosto de 2010, respectivamente e os demais serão realizados em 15 de agosto de 2011, 15 de agosto de 2012 e na data de vencimento, 15 de agosto de 2013, quando será amortizada em parcela única. Os pagamentos de juros da Segunda Série da emissão de 2009 ocorrerão anualmente a partir de 15 de janeiro de 2012 até 15 de janeiro de 2015, quando será amortizada em parcela única.

Em dezembro de 2010, foi realizada a quinta oferta pública de debêntures da BNDESPAR, sendo a primeira no âmbito do Terceiro Programa de Distribuição. Foram emitidas três séries, uma prefixada (Primeira Série), uma com taxa fluante trimestral (Segunda Série) e outra indexada ao IPCA (Terceira Série). A primeira, segunda e terceira séries foram aprovadas e registradas na CVM em 10 de dezembro de 2010 sob os nºs CVM/SRE/DEB/2010/033, CVM/SRE/DEB/2010/034, e CVM/SRE/DEB/2010/035, respectivamente.

A oferta foi encerrada em 17 de dezembro de 2010, tendo sido distribuídas 2.025.000 debêntures simples, da forma nominativa e escritural, não conversíveis em ações, da espécie quirografia, com valor nominal total de R\$ 2.025.000 mil. Foram colocadas 500.000 debêntures da Primeira Série, 1.000.000 debêntures da Segunda Série e 525.000 debêntures da Terceira Série.

O valor nominal unitário das debêntures da Primeira e da Segunda Séries não serão atualizados e incidirão apenas juros prefixados (Primeira Série) e flutuantes trimestralmente (Segunda Série). A remuneração de ambas as séries, assim como a amortização, será paga integralmente nas respectivas datas de vencimento. As taxas de juros e as datas de vencimento estão indicadas na tabela a seguir.

A Segunda Série terá remuneração fluante, com uma taxa fixa de três meses redefinida trimestralmente com base na sobretaxa de 0,30% ao ano a ser adicionada à taxa de juros dos contratos futuros de DI (negociados na BM&FBOVESPA) aplicáveis à cada período de capitalização trimestral. Os períodos de capitalização e a fórmula de cálculo dos juros da Terceira Série estão previstos na Escritura de Emissão.

O valor nominal unitário das debêntures da Terceira Série dessa última emissão será atualizado pela variação do IPCA, sendo o produto da atualização incorporado a esta automaticamente, de acordo com a fórmula prevista na Escritura de Emissão. Sobre esse valor nominal unitário atualizado monetariamente, incidem juros prefixados, desde a data de subscrição e integralização ou a data do pagamento anterior dos juros da Terceira Série, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento. Os juros da Terceira Série serão calculados de acordo com a fórmula prevista na Escritura de Emissão.

Os pagamentos de juros da Terceira Série da emissão de 2010 ocorrerão anualmente a partir de 15 de janeiro de 2013 até 15 de janeiro de 2017, quando a série será amortizada em parcela única.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012011032100115

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

O montante atualizado da obrigação pela emissão de debêntures, as datas de vencimento e os juros correspondentes a cada série estão demonstrados a seguir:

Vencimento	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
1º distribuição - Primeiro Programa		
Principal corrigido (IPCA)	734.784	694.078
Juros provisionados (6% a.a)	42.109	39.606
Deságio	(61.002)	(61.002)
Amortização acumulada do deságio (1)	48.211	36.404
	764.102	709.086
2º distribuição - Primeiro Programa		
1ª série		
Principal	550.000	550.000
Juros provisionados (11,2% a.a)	240.141	160.858
2ª série		
Principal corrigido (IPCA)	954.766	901.872
Juros provisionados (6,8% a.a)	23.975	22.406
	1.768.882	1.635.136
1º distribuição - Segundo Programa		
1ª série		
Principal	640.000	640.000
Juros provisionados (12,74% a.a)	84.288	2.747
2ª série		
Principal corrigido (IPCA)	656.901	610.952
Juros provisionados (7,078% a.a)	47.833	1.328
	1.429.022	1.255.027
1º distribuição - Terceiro Programa		
1ª série		
Principal	500.000	-
Juros provisionados (12,51% a.a)	3.384	-
2ª série		
Principal	1.000.000	-
Juros provisionados (DI Futuro 3 meses + 0,30% a.a)	5.571	-
3ª série		
Principal corrigido (IPCA)	527.269	-
Juros provisionados (6,2991% a.a)	1.536	-
	2.037.760	-
Total	5.999.766	3.599.249
Curto prazo	306.224	62.012
Longo prazo	5.693.542	3.537.237
Total	5.999.766	3.599.249

(1) A amortização do deságio é calculada linearmente pelo prazo compreendido entre dezembro de 2007 e janeiro de 2012.

22. Desestatização da Companhia Vale do Rio Doce

Conforme a Lei n.º 9.491/97, regulamentada pelo Decreto n.º 2.201/97 e pelo Contrato de Transferência de Ações, Assunção de Dívidas e Pactos Adicionais, foram transferidas ao BNDES ações da CVRD – Companhia Vale do Rio Doce, de propriedade da União (94.953.982 ações ordinárias nominativas e 4.372.154 ações preferenciais nominativas). Parte destas ações foi alienada no âmbito do processo de desestatização da CVRD, nos leilões realizados em maio de 1997, tendo sido os recursos decorrentes da venda repassados ao BNDES.

Em contrapartida dos recursos recebidos, o BNDES obrigou-se a, alternativa ou conjuntamente, a critério do Ministério da Fazenda:

- Assumir dívidas, caracterizadas e novadas, da União relativas ao Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS); e
- Transferir à União debêntures da BNDESPAR, de sua propriedade, com o mesmo perfil (datas de pagamento e condições financeiras) das dívidas da União junto ao FCVS.

Em 29 de dezembro de 2000, foi formalizada a assunção da dívida, no montante de R\$ 2.593.470 mil (valor originalmente recebido, atualizado pela variação da TR acrescida de 6,17% ao ano) correspondente a 1.608.084 títulos CVSA970101, a serem pagos nas seguintes condições:

Carência para pagamento de juros:	4 anos e 1 mês a contar de 01.12.2000, com primeiro pagamento em 01.01.2005
Carência para pagamento de principal:	8 anos e 1 mês a contar de 01.12.2000, com primeiro pagamento em 01.01.2009
Prazo remanescente:	27 anos a contar de 01.12.2000, com último pagamento de principal e encargos em 01.01.2027
Taxa de juros:	Taxa Referencial (TR) + 6,17 % a.a.

Em março de 2002, por meio de oferta pública, o BNDES alienou no mercado interno e externo 39.389.193 ações ordinárias de emissão da Cia Vale do Rio Doce – CVRD, pelo valor de R\$ 2.218.339 mil, sendo a liquidação financeira concluída em abril de 2002. O referido montante, também foi objeto de assunção de dívida junto a União, relativas ao Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), atualizadas pela variação da TR e juros de 6,17% ao ano. Em dezembro de 2005, foi alienado, em leilão conjunto com participações minoritárias, o restante das ações transferidas pela União, pelo valor de R\$ 1.516 mil, cuja liquidação financeira foi concluída em janeiro de 2006.

Em agosto de 2006, o BNDES e a União celebraram Instrumento de Novação e Confissão de Dívida, no valor de R\$ 5.293.537 mil, correspondente à parcela dos contratos acima mencionados, com a finalidade de alterar o perfil do endividamento do BNDES e elevar seu Patrimônio de Referência (PR), alterando suas condições para adequá-las às características de um instrumento híbrido de capital e dívida, conforme estabelecido na Resolução n.º 2.837, de 30 de maio de 2001, do Conselho Monetário Nacional – CMN, nos termos da Lei n.º 11.371, de 28 de novembro de 2006.

Em 31 de dezembro de 2010, esses contratos apresentavam os seguintes saldos:

- Instrumento Híbrido de Capital e Dívida: R\$ 6.647.883 mil (R\$ 12.388.916 mil em 31 de dezembro de 2009);
- Contrato de Assunção de Dívidas: R\$ 1.416.215 mil (R\$ 1.495.192 mil em 31 de dezembro de 2009), registrados na rubrica de Repasses no país – Tesouro Nacional.

23. Imposto de renda e contribuição social

23.1 Corrente

O BNDES adota o regime de cálculo do imposto de renda e da contribuição social na modalidade de lucro real anual, estando sujeito a pagamentos mensais sobre uma base estimada, caso não se aplique a suspensão/redução dos recolhimentos, como facultam os artigos 27 a 35 da Lei n.º 8.981/95 e demais legislações pertinentes.

Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, o Banco constituiu provisões para pagamento de contribuição social à alíquota de 15% e de imposto de renda à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%.

No consolidado, apenas a BNDESPAR teve a provisão da CSLL constituída à alíquota de 9%.

A demonstração do cálculo do encargo com imposto de renda e contribuição social está evidenciada a seguir:

	R\$ mil					
	BNDES					
	Em 31 de dezembro					
	2º semestre de 2010		2010		2009	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Resultado antes da tributação	7.017.129	7.017.129	12.417.822	12.417.822	7.864.214	7.864.214
Participação dos empregados no lucro	(106.736)	(106.736)	(106.736)	(106.736)	(65.588)	(65.588)
Base para cálculo dos tributos	6.910.393	6.910.393	12.311.086	12.311.086	7.798.626	7.798.626
Encargo (crédito) total de imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e de 15%	1.727.599	1.036.559	3.077.772	1.846.663	1.949.657	1.169.794
Efeito das adições (exclusões) no cálculo dos tributos:						
• Créditos baixados como prejuízo	(14.100)	(8.460)	16.506	9.903	68.010	40.806
• Provisão para risco de crédito (Res. BACEN nº 2.682/99)	(220.842)	(132.505)	(243.133)	(145.880)	48.272	28.963
• Equivalência patrimonial	(788.291)	(472.974)	(1.013.661)	(608.196)	(1.038.895)	(623.337)
• Provisões trabalhistas e cíveis	(4.314)	(2.588)	(6.307)	(3.784)	(165.034)	(99.021)
• Juros sobre o capital próprio destinado à União - controladora	(377.491)	(226.495)	(377.491)	(226.495)	(301.949)	(181.170)
• Passivo Atuarial – FAMS	10.269	6.162	18.238	10.943	17.278	10.367
• Programa de desligamento planejado de funcionários	(4.285)	(2.571)	(7.173)	(4.304)	(3.005)	(1.803)
• Ajuste de TVM a valor de mercado	(6.264)	(3.759)	(10.406)	(6.244)	3.597	2.158
• Ajuste de Swap a valor de mercado	8.030	4.818	26.328	15.797	(36.377)	(21.826)
• FAPES – Reservas Técnicas	-	-	-	-	(4.936)	(2.962)
• Subvenções – Incentivos Fiscais	-	-	(5.046)	(3.028)	(10.258)	(6.155)
• Apoio financeiro não reembolsável	21.214	12.728	47.947	28.768	39.755	23.853
• Outras adições e exclusões líquidas	6.723	12.613	(6.865)	11.350	8.812	10.390
Imposto de renda e contribuição social	358.248	223.528	1.516.709	925.493	574.927	350.057



(continuação)		RS mil					
		Consolidado					
		Em 31 de dezembro					
		2º semestre de 2010		2010		2009	
		Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Resultado antes da tributação		8.504.904	8.504.904	14.358.934	14.358.934	9.058.019	9.058.019
Participação dos empregados no lucro		(159.307)	(159.307)	(159.307)	(159.307)	(86.300)	(86.300)
Base para cálculo dos tributos		8.345.597	8.345.597	14.199.627	14.199.627	8.971.719	8.971.719
Encargo (crédito) total de imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15%		2.086.399	1.251.839	3.549.907	2.129.944	2.242.930	1.345.758
Efeito das adições (exclusões) no cálculo dos tributos:							
• Créditos baixados como prejuízo		(5.648)	(4.300)	24.905	13.997	67.336	40.316
• Provisão para risco de crédito (Res. BACEN nº 2.682/99)		(226.043)	(127.506)	(176.746)	(95.593)	52.119	29.447
• Equivalência patrimonial		(74.948)	(26.901)	(109.445)	(39.305)	(194.490)	(70.006)
• JSCP de coligadas e controladas		12.385	4.459	12.385	4.459	14.198	5.111
• Permuta com títulos e valores mobiliários		-	-	(11.001)	(3.960)	226.986	81.715
• Dividendos de investimentos avaliados ao custo de aquisição		(28.989)	(10.436)	(158.801)	(57.168)	(326.760)	(117.634)
• Juros s/ o capital próprio destinado à União – controladora		(377.491)	(226.495)	(377.491)	(226.495)	(301.949)	(181.170)
• Provisão para desvalorização de investimentos		5.187	1.867	20.414	7.349	86.977	31.312
• Provisões trabalhistas e cíveis		(1.376)	(1.530)	(7.833)	(4.466)	(151.615)	(94.349)
• Passivo Atuarial – FAMS		12.528	7.083	21.869	12.479	21.312	12.151
• Amortização de ágio líquida de realização		4.097	2.021	4.039	2.000	-	-
• Ajuste de TVM a valor de mercado		(6.264)	(3.759)	(10.406)	(6.244)	3.597	2.158
• Ajuste de Swap a valor de mercado		8.030	4.818	26.328	15.797	(36.377)	(21.826)
• FAPES - Reservas técnicas		-	-	12.105	7.263	(4.936)	(2.962)
• Programa de desligamento planejado de funcionários		(6.612)	(3.461)	(10.515)	(5.612)	(2.890)	(1.805)
• Subvenções – Incentivos Fiscais		-	-	(14.479)	(6.424)	(32.050)	(13.652)
• Apoio financeiro não reembolsável		21.214	12.728	47.947	28.768	39.755	23.853
• Resultado de controladas à alíquota de 9%		-	(212.432)	-	(309.506)	-	(299.377)
• Diferimento de tributação sobre venda do Ativo Permanente		(52.164)	-	(52.164)	-	-	-
• Realização da amortização do deságio		29.374	10.574	29.374	10.574	-	-
• Efeito ajustes CPC's (RTT)		(110.450)	(63.579)	(110.450)	(63.579)	-	-
• Outras adições e exclusões líquidas		7.608	18.057	(27.568)	6.711	4.199	10.323
Encargos antes das compensações		1.296.837	633.047	2.682.374	1.420.989	1.708.342	779.363
Compensação de prejuízos fiscais		(59.380)	(35.638)	(63.677)	(38.150)	(24.136)	(14.377)
Imposto de Renda e Contribuição Social do período		1.237.457	597.409	2.618.697	1.382.839	1.684.206	764.986
Reversão de provisão para imposto de renda e contribuição social		-	-	4.288	1.250	(974)	(372)
Imposto de renda e contribuição social		1.237.457	597.409	2.622.985	1.384.089	1.683.232	764.614

23.2 Créditos tributários

Os saldos do imposto de renda e de contribuição social estão assim demonstrados:

		RS mil			
		Em 31 de dezembro			
		2010		2009	
		BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
Impostos e contribuições sobre o lucro:					
Provisão:					
Imposto de renda		1.516.709	2.618.697	574.927	1.684.206
Contribuição social		925.493	1.382.839	350.057	764.986
		2.442.202	4.001.536	924.984	2.449.192
Antecipações:					
Imposto de renda		(1.516.709)	(2.238.787)	(310.422)	(759.836)
Contribuição social		(925.493)	(1.210.789)	(152.465)	(317.645)
		(2.442.202)	(3.449.576)	(462.887)	(1.077.481)
Imposto e contribuição a recolher		-	551.960	462.097	1.371.711

Os impostos e contribuições a recuperar e antecipações são os seguintes:

		RS mil			
		Em 31 de dezembro			
		2010		2009	
		BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
IR pago a maior em anos anteriores		-	-	-	33.554
IRRF sobre renda fixa		-	120.935	-	313.112
IRRF sobre renda variável		-	112	-	12.602
IRRF – Juros sobre o capital próprio		4.049	137.017	-	81.800
Antecipações – Audiovisual		6.060	12.732	4.823	10.682
Imposto de renda e Contribuição Social		149.956	149.956	-	-
Outros		-	1.273	-	1.272
Total		160.065	422.025	4.823	453.022
Curto prazo		160.065	422.025	4.823	453.022
Longo prazo		-	-	-	-
Total		160.065	422.025	4.823	453.022

• Composição do crédito diferido (posição ativa):

Créditos baixados como prejuízo

Provisões trabalhistas e cíveis

Provisão para desvalorização de investimentos

Ajuste de swap a valor de mercado

Participação dos empregados no lucro

Programa de desligamento planejado de funcionários

Amortização de ágios, líquida de realização

Permuta de títulos e valores mobiliários

Provisão para desvalorização de bens

Provisão para despesas médicas – FAMS

Prejuízo fiscal

Base negativa de CSLL

Derivativos - Opções

Sub-total

Créditos diferidos sobre marcação a mercado de títulos disponíveis para venda

IRPJ e CSLL

PIS e COFINS

Sub-total

Total

Curto prazo

Longo prazo

Total

		RS mil			
		Em 31 de dezembro			
		2010		2009	
		BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
371.598		414.207	369.381	414.872	
47.900		231.612	55.141	239.970	
29.454		231.278	29.455	256.203	
35.022		35.022	-	-	
42.694		60.951	26.235	33.484	
26.455		36.872	37.932	52.998	
-		58.044	-	76.545	
-		-	-	302.903	
2.417		2.417	152	152	
22.952		33.491	-	-	
-		2.345	-	66.022	
-		1.958	-	40.108	
-		164.413	-	-	
578.492		1.272.610	518.296	1.483.257	
80.299		80.299	17.809	17.809	
9.335		9.335	2.070	2.070	
89.634		89.634	19.879	19.879	
668.126		1.362.244	538.175	1.503.136	
252.406		491.818	184.389	563.844	
415.720		870.426	353.786	939.292	
668.126		1.362.244	538.175	1.503.136	

• Composição das obrigações diferidas (posição passiva):

Amortização de deságio

Ajuste de SWAP a valor de mercado

Ajuste de TVM a valor de mercado

Ganho de capital sobre venda do Ativo Permanente

Ajuste a Valor de Mercado – Instrumentos Financeiros

Opções

Sub-total

Obrigações tributárias sobre títulos disponíveis para venda

IRPJ e CSLL

PIS e COFINS

Sub-total

Total

Curto prazo

Longo prazo

Total

		RS mil			
		Em 31 de dezembro			
		2010		2009	
		BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
-		(8.054)	-	(8.054)	
-		-	(892)	(892)	
(41.771)		(41.771)	(25.121)	(25.121)	
-		(52.164)	-	-	
-		(155.426)	-	-	
-		(92.224)	-	-	
(41.771)		(349.639)	(26.013)	(34.067)	
(147.645)		(15.300.460)	(96.915)	(109.270)	
(17.164)		(17.164)	(11.266)	(11.266)	
(164.809)		(15.317.624)	(108.181)	(120.536)	
(206.580)		(15.667.263)	(134.194)	(154.603)	
(41.771)		(58.189)	(26.013)	(38.368)	
(164.809)		(15.609.074)	(108.181)	(116.235)	
(206.580)		(15.667.263)	(134.194)	(154.603)	

(continuação)

De acordo com a Resolução BACEN n.º 3.059/02 e conforme alíquotas vigentes mencionadas na Nota 22.1, foram constituídos ativos e passivos fiscais diferidos sobre as adições e exclusões temporárias que serão futuramente dedutíveis e tributáveis nas bases de cálculo de imposto de renda e contribuição social e, sobre prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social que serão compensados com lucros tributáveis futuros. Em 31 de dezembro, a contrapartida das provisões de imposto de renda e contribuição social diferidos está demonstrada a seguir:

	R\$ mil					
	2º semestre		Em 31 de dezembro			
	de 2010		2010		2009	
	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
Imposto de renda	8.800	(129.923)	27.774	(214.392)	(86.546)	175.664
Contribuição social	5.280	(38.112)	16.664	(64.839)	(51.927)	35.632
Total	14.080	(168.035)	44.438	(279.231)	(138.473)	211.296

Basicamente, os créditos tributários diferidos, decorrentes de diferenças temporárias, têm as seguintes origens:

- Créditos baixados como prejuízo: relacionados com perdas em operações de crédito ou repasses interfinanceiros as quais estão inadimplentes há mais de 360 dias ou que tiveram seus contratos declarados vencidos antecipadamente por falta de atendimento às cláusulas contratuais. Tais créditos podem estar em cobrança amigável pela área de recuperação de créditos ou, em caso de insucesso, em cobrança judicial.
- Provisões trabalhistas e cíveis: referem-se às ações trabalhistas (Nota 24.a) e cíveis (Nota 24.b).
- Provisão para a desvalorização de investimentos: sobre participações acionárias avaliadas pelo custo de aquisição ou pelo método de equivalência patrimonial e outros investimentos.

- Ajuste a valor de mercado de TVM e de *swap*: são os ganhos e perdas líquidos apurados com a marcação a mercado dos TVM e nas operações de *swap*, que constituem em instrumento de proteção de posições passivas.
- Permuta de títulos e valores mobiliários: refere-se ao crédito tributário constituído para compensar o efeito do imposto de renda e contribuição social corrente pago sobre o diferencial entre o valor de mercado e o valor contábil proveniente da operação de permuta de títulos e valores mobiliários. A realização destes créditos está vinculada à alienação dos respectivos títulos.
- Programa de desligamento planejado de funcionários: estimativa de custos com plano para incentivar a aposentadoria de funcionários ativos que atendam as condições para aposentadoria por tempo de serviço (Nota 31).
- Derivativos – Opções: refere-se ao valor justo de opções atreladas à ações pertencentes à carteira de investimentos.
- Provisão para despesas médicas – FAMS: refere-se à provisão para despesas com assistência médica, contabilizada conforme Deliberação CVM Nº 600/09.

Em relação às obrigações tributárias diferidas, decorrentes de diferenças temporárias, que ocorrem principalmente na controlada BNDESPAR, têm origem, basicamente, de:

- Ajuste a valor de mercado – Instrumentos Financeiros: refere-se à marcação a mercado de debêntures e de títulos classificados como disponíveis para venda e de outros investimentos em coligadas cuja influência foi perdida;
- Ganho por compra vantajosa: receita reconhecida na aquisição de coligadas em função dos valores justos proporcionais dos ativos líquidos dessas coligadas serem superiores às contraprestações transferidas em troca das ações dessas sociedades investidas;
- Baixa do deságio – CPC: deságios apurados antes de 2009 e baixados em decorrência da adoção inicial dos CPCs.

Os créditos e obrigações tributárias sobre adições e exclusões temporárias são realizados quando do pagamento, utilização ou reversão das provisões relacionadas. Os créditos decorrentes da apuração de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, são compensáveis com o lucro tributável futuro, limitado a 30% em cada período. A demonstração dos valores constituídos e baixados no exercício está evidenciada a seguir:

	R\$ mil			
	BNDES			
	31/12/2009	Constituição	Realização	31/12/2010
. Créditos tributários:				
Créditos baixados como prejuízo	369.381	190.622	(188.405)	371.598
Provisões trabalhistas e cíveis	55.141	3.414	(10.655)	47.900
Provisão para desvalorização de investimentos	29.455	-	-	29.455
Ajuste de <i>swap</i> a valor de mercado	-	42.323	(7.301)	35.022
Programa de desligamento planejado de funcionários	37.932	-	(11.477)	26.455
Provisão para participação dos empregados no lucro	26.235	42.694	(26.235)	42.694
Provisão para despesas médicas – FAMS	-	22.952	-	22.952
Provisão para desvalorização de bens	152	2.265	-	2.417
Sub-total	518.296	304.270	(244.073)	578.493
Créditos diferidos sobre marcação a mercado de títulos disponíveis para venda:				
IRPJ e CSLL	17.809	62.490	-	80.299
PIS e COFINS	2.070	7.265	-	9.335
Sub-total	19.879	69.755	-	89.634
Total de créditos tributários diferidos	538.175	374.025	(244.073)	668.127
. Obrigações tributárias :				
Ajuste de <i>swap</i> a valor de mercado	(892)	-	892	-
Ajuste de TVM a valor de mercado	(25.121)	(16.650)	-	(41.771)
Sub-total	(26.013)	(16.650)	892	(41.771)
Obrigações diferidas sobre marcação a mercado de títulos disponíveis para venda:				
IRPJ e CSLL	(96.915)	(50.730)	-	(147.645)
PIS e COFINS	(11.266)	(5.898)	-	(17.164)
Sub-total	(108.181)	(56.628)	-	(164.809)
Total de obrigações tributárias diferidas	(134.194)	(73.278)	892	(206.580)



(continuação)					RS mil
					Consolidado
					Ajustes de exercícios anteriores por adoção dos CPC
	31/12/2009	Constituição	Realização		31/12/2010
. Créditos tributários:					
Créditos baixados como prejuízo	414.872	208.673	(209.338)	-	414.207
Provisões trabalhistas e cíveis	239.970	5.960	(14.318)	-	231.612
Provisão para desvalorização de investimentos	256.203	49.094	(55.779)	(18.240)	231.278
Ajuste de <i>swap</i> a valor de mercado	-	42.323	(7.301)	-	35.022
Participação dos empregados no lucro	33.484	60.951	(33.484)	-	60.951
Programa de desligamento planejado de funcionários	52.998	-	(16.126)	-	36.872
Provisão para despesas médicas – FAMS	-	33.491	-	-	33.491
Amortização de ágio, líquida de realização	76.545	10.130	(31.340)	2.709	58.044
Permuta de títulos e valores mobiliários	302.903	-	(302.903)	-	-
Provisão para desvalorização de bens	152	2.265	-	-	2.417
Opções	-	164.413	-	-	164.413
Prejuízo fiscal	66.022	-	(63.677)	-	2.345
Base negativa da CSLL	40.108	-	(38.150)	-	1.958
Sub-total	1.483.257	577.300	(772.416)	(15.531)	1.272.610
Créditos diferidos sobre marcação a mercado de títulos disponíveis para venda:					
IRPJ e CSLL	17.809	62.490	-	-	80.299
PIS e COFINS	2.070	7.265	-	-	9.335
Sub-total	19.879	69.755	-	-	89.634
Total	1.503.136	647.055	(772.416)	(15.531)	1.362.244
. Obrigações Tributárias :					
Amortização de deságio	(8.054)	-	-	-	(8.054)
Ajuste de <i>swap</i> a valor de mercado	(892)	-	892	-	-
Ajuste de TVM a valor de mercado	(25.121)	(16.650)	-	-	(41.771)
Ganho de capital sobre venda do Ativo Permanente	-	(52.164)	-	-	(52.164)
Ajuste a Valor de Mercado – Instrumentos Financeiros	-	(537.336)	596.748	(214.838)	(155.426)
Opções	-	(92.224)	-	-	(92.224)
Sub-total	(34.067)	(698.374)	597.640	(214.838)	(349.639)
Obrigações tributárias sobre marcação a mercado de títulos disponíveis para venda:					
IRPJ e CSLL	(109.270)	(50.730)	2.711.098	(17.851.558)	(15.300.460)
PIS e COFINS	(11.266)	(5.898)	-	-	(17.164)
Sub-total	(120.536)	(56.628)	2.711.098	(17.851.558)	(15.317.624)
Total	(154.603)	(755.002)	3.308.738	(18.066.396)	(15.667.263)

					RS mil
					BNDES
					Ajustes de exercícios anteriores por adoção dos CPC
	31/12/2008	Constituição	Realização		31/12/2009
. Créditos tributários :					
Créditos baixados como prejuízo		262.771	194.030	(87.420)	369.381
Provisões trabalhistas e cíveis		311.330	-	(256.189)	55.141
Provisão para desvalorização de investimentos		29.455	-	-	29.455
Ajuste de Swap a valor de mercado		4.304	53.901	(58.205)	-
Programa de desligamento planejado de funcionários		42.740	-	(4.808)	37.932
Ajuste de TVM a valor de mercado		-	20.138	(20.138)	-
Provisão para participação dos empregados no lucro		13.427	26.235	(13.427)	26.235
Provisão para desvalorização de bens		152	-	-	152
Sub-total		664.179	294.304	(440.187)	518.296
Créditos diferidos sobre marcação a mercado de títulos disponíveis para venda:					
IRPJ e CSLL		5.642	12.167	-	17.809
PIS e COFINS		656	1.414	-	2.070
Sub-total		6.298	13.581	-	19.879
Total de créditos tributários diferidos		670.477	307.885	(440.187)	538.175
. Obrigações tributárias :					
Ajuste de <i>swap</i> a valor de mercado		(2.548)	-	1.656	(892)
Ajuste de TVM a valor de mercado		(30.876)	-	5.755	(25.121)
Sub-total		(33.424)	-	7.411	(26.013)
Obrigações tributárias sobre marcação a mercado de títulos disponíveis para venda:					
IRPJ e CSLL		(119.074)	-	22.159	(96.915)
PIS e COFINS		(13.843)	-	2.577	(11.266)
Sub-total		(132.917)	-	24.736	(108.181)
Total das obrigações tributárias diferidas		(166.341)	-	32.147	(134.194)

(continuação)

. Créditos tributários:

Créditos baixados como prejuízo
Provisões trabalhistas e cíveis
Provisão para desvalorização de investimentos
Ajuste de *swap* a valor de mercado
Participação dos empregados no lucro
Programa de desligamento planejado de funcionários
Amortização de ágio, líquida de realização
Permuta de títulos e valores mobiliários
Provisão para desvalorização de bens
Prejuízo fiscal
Base negativa da CSLL
Sub-total

Créditos diferidos sobre marcação a mercado de títulos disponíveis para venda:

IRPJ e CSLL
PIS e COFINS
Sub-total

Total

. Obrigações Tributárias:

Amortização de deságio
Ajuste de *swap* a valor de mercado
Ajuste de TVM a valor de mercado
Sub-total

Obrigações tributárias sobre marcação a mercado de títulos disponíveis para venda:

IRPJ e CSLL
PIS e COFINS
Sub-total

Total

	Consolidado			R\$ mil
	31/12/2008	Constituição	Realização	31/12/2009
314.346	194.555	(94.029)	414.872	
477.490	4.418	(241.938)	239.970	
190.254	127.007	(61.058)	256.203	
4.304	53.901	(58.205)	-	
20.904	33.484	(20.904)	33.484	
57.693	403	(5.098)	52.998	
69.366	7.179	-	76.545	
218	302.685	-	302.903	
152	-	-	152	
90.159	49.632	(73.769)	66.022	
54.485	17.832	(32.209)	40.108	
1.279.371	791.096	(587.210)	1.483.257	
5.642	12.167	-	17.809	
656	1.414	-	2.070	
6.298	13.581	-	19.879	
1.285.669	804.677	(587.210)	1.503.136	
(8.054)	-	-	(8.054)	
(2.548)	-	1.656	(892)	
(30.876)	-	5.755	(25.121)	
(41.478)	-	7.411	(34.067)	
(119.074)	(12.354)	22.158	(109.270)	
(13.843)	-	2.577	(11.266)	
(132.917)	(12.354)	24.735	(120.536)	
(174.395)	(12.354)	32.146	(154.603)	

O montante de créditos tributários não registrados, em 31 de dezembro 2010, no BNDES totalizou R\$ 1.777.086 mil (R\$ 2.134.581 mil em 31 de dezembro de 2009) e no Consolidado R\$ 3.193.503 mil (R\$ 3.112.505 mil em 31 de dezembro de 2009). Esses valores referem-se, basicamente, à provisão para risco de crédito (Resolução BACEN n.º 2.682/99), parte das provisões cíveis e trabalhistas, provisão sobre a desvalorização de investimentos, oriundos de incentivos fiscais – FINOR – (somente no caso de CSLL) e outros e à provisão para despesas médicas – FAMS. Após a Resolução BACEN n.º 3.059/02, somente podem ser constituídos créditos tributários sobre a parcela realizável em até 5 anos, intervalo que foi alterado para 10 anos pela Resolução BACEN n.º 3.355/06. Entretanto, até esta data, a Sociedade tem orçamentos e expectativas de geração de lucros tributáveis apenas para o futuro previsível, não existindo previsibilidade de compensação de ativos após 5 anos.

A seguir apresenta-se a expectativa de realização dos créditos tributários:

	BNDES						R\$ mil
	2011	2012	2013	2014	2015	Após 2015	Total
. Créditos tributários:							
Créditos baixados como prejuízo	163.487	44.714	31.232	78.688	53.477	-	371.598
Provisões trabalhistas e cíveis	491	6.125	38.830	1.051	1.403	-	47.900
Provisão para desv. de investimentos	-	-	-	-	-	29.455	29.455
Ajuste de SWAP a valor de mercado	26.919	-	-	-	8.103	-	35.022
Programa de desligamento planejado de funcionários	12.214	14.241	-	-	-	-	26.455
Provisão para despesas médicas – FAMS	4.336	4.482	4.618	4.692	4.824	-	22.952
Provisão para desvalorização de bens	2.265	-	-	-	-	152	2.417
Participação dos empregados no lucro	42.694	-	-	-	-	-	42.694
Sub-total	252.406	69.562	74.680	84.431	67.807	29.607	578.493
Créditos diferidos sobre marcação a mercado de títulos disponíveis para venda:							
IRPJ e CSLL	-	80.299	-	-	-	-	80.299
PIS e COFINS	-	9.335	-	-	-	-	9.335
Sub-total	-	89.634	-	-	-	-	89.634
Total dos créditos tributários	252.406	159.196	74.680	84.431	67.807	29.607	668.127
. Obrigações tributárias :							
Ajuste de TVM a valor de mercado	(41.771)	-	-	-	-	-	(41.771)
Sub-total	(41.771)	-	-	-	-	-	(41.771)
Obrigações diferidas sobre marcação a mercado de título disponíveis para venda:							
IRPJ e CSLL	-	(147.645)	-	-	-	-	(147.645)
PIS e COFINS	-	(17.164)	-	-	-	-	(17.164)
Sub-total	-	(164.809)	-	-	-	-	(164.809)
Total das obrigações diferidas	(41.771)	(164.809)	-	-	-	-	(206.580)

	Consolidado						R\$ mil
	2011	2012	2013	2014	2015	Após 2015	Total
. Créditos tributários:							
Créditos baixados como prejuízo	186.987	48.870	38.685	82.908	56.757	-	414.207
Provisões trabalhistas e cíveis	2.474	6.982	39.662	1.256	181.238	-	231.612
Provisão para desv. de investimentos	173.551	822	6.755	7.586	7.585	34.979	231.278
Programa de desligamento planejado de funcionários	16.624	20.248	-	-	-	-	36.872
Provisão para despesas médicas – FAMS	6.272	6.506	6.746	6.890	7.077	-	33.491
Ajuste de SWAP a valor de mercado	26.919	-	-	-	8.103	-	35.022
Provisão para desvalorização de bens	2.265	-	-	-	-	152	2.417
Amortização de ágio	11.471	814	538	1.052	9.214	34.955	58.044
Prejuízo fiscal	2.345	-	-	-	-	-	2.345
Base negativa de CSLL	1.958	-	-	-	-	-	1.958
Participação dos empregados no lucro	60.951	-	-	-	-	-	60.951
Derivativos – Opções	-	-	-	164.413	-	-	164.413
Sub-total	491.817	84.242	92.386	264.105	269.974	70.086	1.272.610
Créditos diferidos sobre marcação a mercado de títulos disponíveis para venda:							
IRPJ e CSLL	-	80.299	-	-	-	-	80.299
PIS e COFINS	-	9.335	-	-	-	-	9.335
Sub-total	-	89.634	-	-	-	-	89.634
Total dos créditos tributários	491.817	173.876	92.386	264.105	269.974	70.086	1.362.244
. Obrigações Tributárias :							
Amortização de deságios	-	-	-	-	-	(8.054)	(8.054)
Ajuste de TVM a valor de mercado	(41.771)	-	-	-	-	-	(41.771)
Ganho de capital sobre venda do Ativo Permanente	-	-	-	-	-	(52.164)	(52.164)
AVM (valor justo na perda de influência)	-	-	-	-	-	(21.062)	(21.062)
AVM Debêntures convertidas/permutadas (CPC)	-	-	-	-	-	(31.936)	(31.936)
AVM Debêntures (CPC)	-	-	-	-	-	(102.428)	(102.428)
Opções	-	-	-	-	-	(92.224)	(92.224)
Sub-total	(41.771)	-	-	-	-	(307.868)	(349.639)
Obrigações diferidas sobre marcação a mercado de título disponíveis para venda:							
IRPJ e CSLL	(16.418)	(147.645)	-	-	-	(15.136.397)	(15.300.460)
PIS e COFINS	-	(17.164)	-	-	-	-	(17.164)
Sub-total	(16.418)	(164.809)	-	-	-	(15.136.397)	(15.317.624)
Total das obrigações diferidas	(58.189)	(164.809)	-	-	-	(15.444.265)	(15.667.263)

O valor presente dos créditos tributários contabilizados, calculados considerando a taxa média de captação, totaliza R\$ 501.300 mil (R\$ 943.276 mil no Consolidado).

O Art. 5º da Resolução n.º 3.059/02 obriga a baixa do ativo correspondente à parcela dos créditos tributários quando os valores efetivamente realizados em dois períodos consecutivos forem inferiores a 50% dos valores previstos para igual período no estudo técnico preparado pela instituição. O disposto neste artigo não se aplica aos créditos tributários constituídos anteriormente à data da entrada em vigor desta Resolução. Em 31 de dezembro de 2010, não foram realizadas baixas desta natureza. O montante de créditos tributários constituídos após a vigência desta resolução totalizou R\$ 489.155 mil (R\$ 1.108.612 mil no Consolidado).

24. Provisões trabalhistas e cíveis

O BNDES é parte em processos judiciais de naturezas trabalhistas e cíveis decorrentes do curso normal de suas atividades.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN n.º 3.823/09 e na Deliberação CVM n.º 594/09, as quais aprovaram o Pronunciamento Contábil n.º 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.